

REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA

**MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO E REPRESENTAÇÕES: ONDE ESTÃO
AS MULHERES NEGRAS?
(1978-1982)**

**MARIANA
MINAS GERAIS
2023**

REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA

**MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO E REPRESENTAÇÕES: ONDE ESTÃO
AS MULHERES NEGRAS?
(1978-1982)**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
em História pela
Universidade Federal de
Ouro Preto como requisito
parcial para obtenção do
Título de Mestre em História.

Orientadora: Helena Miranda
Mollo

Área de concentração: Poder
e Linguagens.

Linha de Pesquisa: Ideias,
Linguagens e Historiografia.

**MARIANA
MINAS GERAIS
2023**

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

O483m Oliveira, Regina Celia de.

Movimento negro unificado e representações [manuscrito]: onde estão as mulheres negras? (1978-1982). / Regina Celia de Oliveira. - 2022. 137 f.: il..

Orientadora: Profa. Dra. Helena Mollo Mollo.

Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

Área de Concentração: História.

1. Mulheres negras. 2. Organizações negras. 3. Movimento negro. I. Mollo, Helena Mollo. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 323.13

Bibliotecário(a) Responsável: Iury de Souza Batista - CRB6/3841



FOLHA DE APROVAÇÃO

Regina Célia de Oliveira

negras? (1978-1982) **Movimento Negro Unificado e representações: onde estão as mulheres**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História

Aprovada em 28 de setembro de 2022

Membros da banca

Professora Doutora Helena Miranda Mollo - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Professor Doutor Felipe Alves de Oliveira (outros)
Professora Doutora Idalina Maria Almeida de Freitas (UNILAB)
Professora Doutora Iracélli da Cruz Alves (UFF)

Helena Miranda Mollo, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 28/12/2022



Documento assinado eletronicamente por **Helena Miranda Mollo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/01/2023, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0458748** e o código CRC **3BEF8F02**.

DEDICATÓRIA

Agradeço aos meus pais e aos meus
irmãos por estarem ao meu lado
sempre e por acreditarem nesse
sonho.

AGRADECIMENTOS

Sempre soube que realizar sonhos é um ato muito difícil, mas nunca imaginei que a caminhada seria tão árdua, angustiante, cansativa, pesada e com tantos obstáculos. E como foi trabalhosa essa empreitada acadêmica! Ainda bem que tive pessoas que seguraram a minha mão, foi meu apoio e, algumas vezes, até meu guindaste, para me tirar da inércia em que me encontrava. A pessoa que mais me apoiou foi minha mãe, mulher negra, doméstica, feminista (mesmo sem saber o que era isso), incansável e foi quem me apresentou o mundo das leituras através daqueles livrinhos de bolso. Maria Das Dores é para você e por você toda essa realização. Agradeço imensamente por estar sempre ao meu lado. Te amo. Sei que é a primeira vez que lê/ouve isso de mim. Amo-te, mãe, e muito obrigado!

Agradeço também àqueles que não estão mais aqui, mas que ficariam felizes por essa conquista: obrigado, Pai, por tudo, pelo carinho, pelas brincadeiras e por ter sido o melhor pai que poderia ser; obrigado Wilha Leão (Lão), por continuar sendo meu melhor amigo mesmo aí do outro lado, obrigada Tia Alice e Tio Fanto, que apesar de não terem estudado me proporcionaram o primeiro contato com uma biblioteca caseira, livros esses que me faziam sonhar, uns velhos, outros de doação e, claro, a enciclopédia Barsa.

Agradeço ao Sandro Aurélio (Bolly), obrigado por acreditar em mim quando nem eu mesmo acreditava. Seu apoio ao longo da graduação e do mestrado foi essencial.

Agradeço à minha família, por acreditarem no meu sonho. Obrigado meus irmãos: José Raimundo, Vander Lúcio, Maria Inês, Maria Andréia e, em especial, à Edina pela mesada durante minha graduação. Agradeço a todos meus sobrinhos e sobrinhos-netos, em especial à Grazielle Silva, Izabela Alves e Janelson Oliveira, que sempre estiveram presente em forma bens tecnológicos essenciais para minha caminhada acadêmica.

Agradeço à minha casinha Athena, à minha geração Karine, Débora, Anna, Clara, Bárbara e Laura.

Agradeço também a República Divina Comédia gerações passadas, atuais e agregados, em especial ao Guilherme Drummond, João Marcos e Rafael Venâncio.

Agradeço imensamente a turma 15.1 do curso de História que me acolheu com tanto carinho, uma estranha no ninho. Obrigado a todos os amigos que fiz em Mariana - MG, meu lugar no mundo. Obrigada Paula Lima, Vinicius Sena, Fernanda Chain, Ruty Souza, Dayane Silvestre, Paula Fraga, Francine Soares, Rafhael Francis, Douglas Bernardes, Marcone e Marianna Andrade. Gostaria de agradecer imensamente Karine, Clara, Mari, Paula, Bah,

Namô, Cháin e Ruty, obrigado pela escuta dos meus podcast em forma de áudio nesses anos de mestrado, amo muito vocês.

Agradeço às minhas amigas de Antunes por entenderem minha ausência e continuaram me dando apoio mesmo de longe. Obrigada Andreia, Keila, Valéria, Sueli Souza, Ana Paula, Gisele e Luzinete. Obrigada Elaine Baia e família pelo apoio incondicional a esse sonho.

Agradeço ainda, Felipe Alves de Oliveira, por sua amizade, pelas trocas e pela essencial importância no meu (e de muitos) processo de entrada no PPGHIS e, principalmente, por ter sido o primeiro a apresentar um texto de uma intelectual negra, bell hook, por ter sido o primeiro a acreditar na minha intelectualidade negra e por sempre me incentivar.

Agradeço à minha orientadora Helena Miranda Mollo por ter acreditado nesse projeto e por ter apoiado essa caminhada. Obrigada pelo projeto de Oficina de Escrita Acadêmica, idealizada por você, fez toda a diferença na escrita dessa dissertação.

Agradeço carinhosamente a Mikaela Gabriele e a Flávia Helena pelas trocas na Oficina de Escrita, vocês tornaram essa caminhada mais leve. Mikaela, acredito que não existam palavras que possam descrever toda a minha gratidão por tudo que fez por mim nesses últimos anos. Seu apoio foi fundamental em todos os sentidos, poder dividir com você as angústias da academia, do nosso povo preto, do nosso lugar no mundo foi essencial para fortalecer minha consciência racial e de classe. E claro, poder contar com você nas horas boas, dar risada, beber uma cervejinha via *meet*, fofocar sobre o mundinho dos famosos. Obrigada por tudo, você é maravilhosa!

Agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto, pelo ensino público e de exímia qualidade. Ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), seu corpo docente e demais funcionários por todo suporte recebido. A CAPES pela bolsa recebida durante o mestrado. E agradeço, principalmente, às políticas de ação afirmativa elaboradas pelo Movimento Negro Brasileiro e implementadas pela gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), sem as quais esse sonho não seria possível.

RESUMO

A presente pesquisa aborda as estratégias que as mulheres negras ativistas adotaram para que suas demandas alcançassem a devida atenção. Elas sempre lutaram para que seus empreendimentos tivessem espaço e importância, e no interior do Movimento Negro, diante das transformações que ocorreram na década de 1970/1980, algumas dessas mulheres contribuíram para a criação do Movimento Negro Unificado e, também, do Movimento das Mulheres Negras. Nesse material concentramos o nosso recorte nas questões de gênero, portanto, voltamos o nosso olhar no que tange às mulheres negras, e para tal adotamos alguns conceitos e metodologias. Realizamos um breve levantamento das correntes historiográficas que favoreceram a inserção de grupos marginalizados no espectro historiográfico enquanto sujeitos históricos. No que tange ao MNU, este foi apresentado através de seus primeiros anos. E, por fim, apresentamos as estratégias que as mulheres negras componentes do MNU encontraram para atender suas particularidades. No que concerne às fontes, foram utilizadas como produção de análises: a Carta de Princípios, as primeiras edições do jornal do MNU e os relatos de entrevista de Ana Célia da Silva, Luiza Bairros e Valdecir Nascimento contidas na dissertação de Silvana Bispo a respeito da criação do GM-MNU/BA (Grupo de Mulheres Negras do MNU da Bahia), na tese de Claudia Cardoso sobre feminismos e entrevistas das militantes Ana Célia e Valdecir Nascimento nos canais Negritos e Cultne hospedados na plataforma do YouTube. Por fim, deseja-se que a presente dissertação consiga contribuir para pesquisas futuras a respeito da história de mulheres negras pertencentes ao Movimento Negro ou não.

Palavras-chaves: Mulheres Negras, Organizações Negras; Movimento Negro

ABSTRACT:

The present research addresses the strategies that black women activists adopted so that their demands reached due attention. They always have struggled for their undertakings to have space and importance. With the black movements, and facing the transformations that occurred in the 1970s and 1980s, some of these women contributed to the creation of the Movimento Negro Unificado and also the Movimento das Mulheres Negras. In this material, we put our focus on gender issues, therefore, we turned our attention to black women, and for that, we adopted some concepts and methodologies. We carried out a brief survey of the historiographic currents that favored the insertion of marginalized groups in the historiographical spectrum as historical subjects. As far as the MNU is concerned, this was presented through their early years. And, finally, we present the strategies that the black women members of the MNU found to meet their particularities. With regard to the sources, the following were used as production analysis: the Charter of Principles, the first editions of the MNU newspaper and the interview reports by Luiza Bairros and Valdecir Nascimento contained in Silvana Bispo's dissertation on the creation of the GM-MNU/BA (Grupo de Mulheres Negras do MNU da Bahia) in Claudia Cardoso's thesis on feminisms and interviews by activists Ana Célia and Valdecir Nascimento on the Negritos and Cultne channels hosted on the YouTube platform. However, we note that several other studies are still needed so that it can cover everything that the theme offers. Finally, it is hoped that this dissertation will be able to contribute to future research on the history of black women belonging to the black movement or not.

Keywords: Black Women, Black Organizations; Black movement

LISTA DE FIGURAS

Primeira edição

Fig.01 - Capa da primeira edição	83
Fig.02 - Matéria impressa sobre o dia da abolição	83
Fig.03 - Matéria impressa sobre o dia Internacional da Mulher	84
Fig.04 - Entrevista impressa da atriz e cantora Zezé Mota	84

Segunda edição

Fig.01 - Homenagem póstumas para Olympio Marques	90
--	----

Terceira edição

Fig.01 - Matéria impressa seção Cultura - Poema	91
Fig.02 - Matéria impressa sobre o Miss Afro – Bahia	92
Fig.03 - Matéria impressa do GM do MNU/BA	93
Fig.04 - Matéria impressa do Grupo Olodum	93
Fig.04 - Matéria impressa Propaganda Negro	94
Fig.05 - Matéria impressa com a ganhadora do Miss Afro-Bahia	95

Quarta edição (material extra)

Fig.01- Capa sobre o dia da Consciência Negra	101
---	-----

Quinta edição (material extra)

Fig.01- Matéria impressa Sobre a questão do Aborto.	102
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-5	Ato Institucional número cinco
APTJMA	Arquivo Público do Tribunal de Justiça do Maranhão
CECAN	Centro de Cultura e Arte Negra
DEOPS/SP	Departamento Estadual de Ordem Política
FNB	Frente Negra Brasileira
GM/MNU-BA	Grupo de Mulheres do Movimento Negro Unificado da Bahia
IPCN	Instituto de Pesquisas da Cultura Negra
IPEAFRO	Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiro
MMN	Movimento de Mulheres Negras
MN	Movimento Negro
MNU	Movimento Negro Unificado
MNUCDR	Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial
MUCDR	Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial
NNS	Núcleo Negro Socialista
SINBA	Sociedade de Intercâmbio Brasil-Alemanha
TEN	Teatro Experimental do Negro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - CAMINHOS E POSSIBILIDADES	24
1.1 - Pequenos efeitos rompendo grandes sistemas	24
1.2 - Trânsitos, estratégias e acolhimento	34
1.3 - Os entre - caminhos	37
CAPÍTULO II- EM CONSTANTE MOVIMENTO	44
2.1 - Nossa história	44
2.2 A travessia do poder negro pelos anos de chumbo e a suas histórias	49
CAPÍTULO III - MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO: OCUPANDO ESPAÇOS	80
3.1 A imprensa do MNU e as Mulheres	82
3.1.1 Primeira edição Boletim Informativo- julho de 1981	89
3.1.2 Segunda edição do Boletim Informativo, sem data	95
3.1.3 Terceira edição do Boletim Informativo - março de 1982	97
3.1.4 Quarta edição do Boletim Informativo - janeiro de 1984	107
3.1.5 Quinta edição do Boletim Informativo - novembro de 1984	108
3.2 A germinação das mulheres negras junto ao MNU	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
FONTES	134
REFERÊNCIAS	135
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	142

INTRODUÇÃO

Ser negro é ser violentado de forma constante, continua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção; a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e de recusar, negar e anular a presença do corpo negro.

(Neusa Souza)¹

Demorei muito tempo a dar os primeiros passos em tornar-me uma mulher negra. Eu sabia que era negra, mas tornar-se uma é um processo diferente. É libertador e, ao mesmo tempo, doloroso. Como se fosse um duelo interior de um ideal imposto pela sociedade racista vivemos com nossa identidade negra adormecida. Com o ingresso no ensino superior, vieram alguns debates e, a partir destes debates, os incômodos que senti ao longo da vida, os quais eu não sabia nomear, foram tomando formas e se apresentando em diversas categorias do racismo e de questões feministas. Apesar de ser angustiante perceber as situações que passei por desconhecimento, foi catártico, pois fui aprendendo a me amar, a me aceitar, a substituir o padrão do ego branco incompatível pelo meu verdadeiro Eu. Passei pela transição capilar², e por mais que possamos pensar no cabelo apenas como fios e adereços, no meu caso, a transição mexeu com tudo dentro de mim e, ao mesmo tempo, foi colocando tudo nos eixos. Dessa forma, hoje consigo entender essa passagem epigrafada do livro de Neusa Souza *Tornar-se negro* (1983).

Nesse percurso durante o ensino superior, lembranças como da personagem Chica da Silva e sua representatividade em minha adolescência, que me fizeram optar pelo curso de história, foi ficando esquecido em um cantinho da memória e do coração. As dificuldades encontradas na graduação e a falta de referenciais negros nos quais pudesse me espelhar foram favorecendo para o distanciamento da minha inspiração histórica que me motivava enfrentar tantos obstáculos. Porém, no final da minha licenciatura eu fui apresentada pela primeira vez à intelectualidade negra, através do texto *Intelectuais negras* (1995), da bell hooks.

Essa apresentação despertou em mim a curiosidade sobre a vida das mulheres negras e como elas foram importantes para história, principalmente para historiografia do povo negro

¹ SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Edição Graal, Rio de Janeiro, 1983, p.06 (apresentação de Jurandir Freire Costa)

² **Transição Capilar:** compreende o período em que você desiste das químicas de alisamento, e resolve assumir suas raízes naturais; a transição capilar normalmente termina com o *big chop* (corte de cabelo que retira toda a química do cabelo, frequentemente é um corte bem curto). Costa, Mikaela Gabriele Elias da. Costa, Walkiria Gabriele Elias da. *Meu Crespo, Nossa História*. Belo Horizonte: Editora Crivo Editorial, 2016, p. 169.

brasileiro. Comecei a buscar por estes referenciais, e fui atraída a conhecer mais sobre a trajetória do povo negro, em especial das mulheres negras.

Gostaria de ressaltar que os passos ainda são lentos diante da descoberta desse mundo negro, o direcionamento, os acessos e os aprendizados, por mais que estejamos em momento de avanço tecnológico, ainda se tem obstáculos pelo caminho, que, no meu caso, em particular, contribuíram para um acesso tardio às produções negras que já estavam sendo feitas, no entanto, ao mesmo tempo, infla em mim uma necessidade absurda de absorver tudo e dar conta de tudo referente às pautas raciais, o que é humanamente impossível, principalmente pela dificuldade de acompanhar todas as atualizações.

Mas dizeres como o de Jurema Werneck, em seu artigo “*Nossos passos vêm de longe!*” *Movimento de Mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo* (2010), me alimentam, me inspiram e me dão forças para continuar. Werneck nos mostra que foi de grande importância a longa caminhada de mulheres negras antes de nós, quando elas iniciaram um brilhante e ousado movimento intelectual de cruzar discursos científicos e ativistas em seus trajetos profissionais. Esse caminho possibilitou o entendimento sobre as lutas e estratégias de resistência e, até mesmo, amplificou o combate à cultura do apagamento da população negra. Mulheres negras com visibilidade ou anônimas deixaram a marca de seus pés nessa estrada, quando buscavam se inserir nos espaços públicos e em discursos políticos, sociais, raciais e de gênero, levantando bandeiras de insurgências. E são essas mulheres que vieram antes de mim, que me dão forças para continuar lutando, e indo em busca, cada vez mais, de conhecimentos. É a força dessas palavras que me fazem seguir mesmo não conseguindo alguns acessos como livros, artigos e fontes. Sou resistência e também perseverança.

Essa atitude de conhecer a nossa história, a história do povo preto, foi direcionando o meu caminhar, até que me deparei com as organizações negras³ e a participação das mulheres nas mesmas. Passei a perceber as diversidades e, em se tratando das múltiplas facetas humanas e suas particularidades, encontramos diferenças nessas singularidades, e uma delas é a condição de ser mulher negra no Brasil.

Essas observações e inquietações referentes às lutas, às pautas e às perspectivas do acolhimento – ou não – de demandas femininas no interior dos movimentos sociais e negros,

³ **Organizações Negras:** nesta dissertação trabalharei com a nomenclatura de organização negra para referir-me ao conjunto de ações negras em diversas categorias e mobilizações, sendo elas irmandades, associações, clubes, saraus, grêmios, imprensa negra e, principalmente, o que envolveu as mobilizações negras do final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Todavia, essa forma de expressar será usada quando referir de modo geral, porém irei também utilizar de categorias específicas à medida que o texto peça.

resultaram, nesta pesquisa, no questionamento sobre o lugar das mulheres negras no interior do Movimento Negro Brasileiro, em especial o Movimento Negro Unificado (doravante MNU). Quanto ao recorte temporal, optei pelos anos de 1978 a 1982 e também por destacar um recorte espacial e temporal no MNU, entre esse período e nessas mesmas datas.

Partir de alguns rompimentos na historiografia tradicional, para que pudesse tratar do objeto não apenas em uma perspectiva negra, mas também do ponto de vista de mulheres negras. Mas para que houvesse sucesso nessa empreitada foram necessários alguns ajustes, pois, durante algum tempo, a própria historiografia não contemplava a história do povo negro para além da concepção escravocrata, vista através da formulação de objetos que circunscreviam o povo negro à mão de obra escrava. Os estudos, em sua maioria e por um longo tempo, se concentravam apenas no negro enquanto objeto de estudo, nunca como sujeito historiográfico. Porém, as abordagens contemporâneas⁴ apresentadas passaram a oferecer o alargamento da narrativa histórica e, com isso, contribuíram para a inclusão de outros sujeitos no debate histórico, neste caso, a mulher negra. Cabe ressaltar que para percorrer a história das mulheres negras nesse espectro historiográfico que emergiu, foi necessário perceber que as suas experiências, apesar de possuírem alguns referenciais positivos e plurais, ainda continuavam com pouca visibilidade no que diz respeito ao espaço acadêmico; uma vez que a história do povo negro sempre existiu, ela só não era contemplada devidamente no espaço de reprodução de conhecimento tido como oficial pela sociedade. Por isso, foi e é importante colocar o povo negro, sobretudo às mulheres negras como agentes históricos e questionar os múltiplos estereótipos que lhes foram e são impostos.

A decolonialidade e seus desdobramentos são resultados da agência e gerenciamento de grupos subalternos, entre eles, o povo negro. Os resultados dessa releitura da história dos territórios colonizados pelos europeus proporcionam que esses povos tenham a oportunidade de conhecer as suas histórias e as especificidades que delas emanam. A teoria feminista apresentada como um dos desdobramentos da decolonidade possui metodologias, como a interseccionalidade, que são usadas como ferramentas para auxiliar na percepção das variadas consequências das opressões advindas as interações entre diversas estruturas de subordinação dos marcadores sociais, tais como o sexismo, racismo, classismo, a sexualidade, o patriarcado entre outros. Essas leituras e a inclusão de grupos marginalizados na perspectiva historiográfica brasileira foram possível diante do emprego dos estudos decoloniais, que têm

⁴Nomes como Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, João José Reis, Wlamyra Albuquerque, entre outros foram contribuintes para essa nova abordagem contemporânea de questões raciais.

como base categorias interpretativas e, sobretudo, uma realidade historiográfica que emerge a partir das experiências da América Latina, esses engendramentos irão auxiliar na construção dessa pesquisa. Autora como María Lugones traz à luz questões sobre lutas específicas de grupos que não entram no coletivo universal, que são colocados do outro lado da linha, onde não podem se tornar visíveis, pois o coletivo os mantém no local do inexistente, neste caso, mulheres negras e indígenas.

Tendo em vista que a decolonidade possibilita realizar contestações, rupturas e ressignificações de uma escrita histórica universalizante, através da percepção de outras narrativas culturais, políticas, simbólicas e intelectuais de outros grupos tidos como subalternizados, percebemos que esses saberes são igualmente relevantes para a sociedade, ampliando o leque representativo na historiografia.

Sendo assim, ao utilizar de teoria feminista negra juntamente com narrativa decolonial abre-se a possibilidade de se encontrar caminhos para promover a desestabilização na historiografia brasileira a respeito da história das mulheres negras brasileiras. Lélia Gonzalez no artigo *Por um feminismo afro-latino-americano* (2020, p.140) ressalta que é inegável que o feminismo, como teoria e prática, desempenhou um papel fundamental nas lutas e conquistas e, à medida que ele apresenta novas perguntas, não somente estimulou a formação de grupos e redes, mas também desenvolveu a busca de uma nova forma de ser mulher. A historiadora Diva do Couto Gontijo Muniz em *Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas*, de (2015),⁵ em concordância com Showalter⁶, atestam que a crítica feminista “deve encontrar seu próprio assunto, seu próprio sistema, sua própria teoria, e sua própria voz”⁷ (SHOWALTER, 1994, p. 29 apud MUNIZ 2015, p.321).

Lélia Gonzalez (1985), Luiza Bairros (1995) e Sueli Carneiro (1996) em concordância com outras intelectuais negras, que trabalharam e trabalham a questão da mulher negra, no que se refere a movimentos sociais e negros, relatam em seus estudos e escritos que foi necessário encontrar um lugar que as atendessem, levando em conta as suas particularidades, no espectro social, econômico e profissional. Segundo essas intelectuais, tanto o Movimento

5 **MUNIZ, D. d.** (2015). *Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas*. OPSIS, 15(n.2), 317-329.

6 **ELAINE SHOWALTER** - É uma crítica literária americana, feminista e escritora sobre questões culturais e sociais. Ela influenciou a crítica literária feminista na academia dos Estados Unidos, desenvolvendo o conceito e a prática de ginocrítica, um termo que descreve o estudo de "mulheres como escritoras". Ver em: <https://www.britannica.com/biography/Elaine-Showalter>

7 **MUNIZ** (2015, p.321 apud Showalter, 1994, p. 29)

Negro quanto o Movimento Feminista⁸ não conseguiram abarcar essas especificidades totalmente e, a partir daí, passaram a desenhar outras possibilidades para essas mulheres, como o Movimento de Mulheres Negras. É importante colocar as mulheres em determinadas categorias como, por exemplo, raça, gênero, classe e sexualidade para que se possam compreender as suas particularidades e dar a elas o tratamento adequado em suas especificidades (Bairros, 1995; Carneiro, 2003; Ribeiro, 1995)⁹. Sueli Carneiro destaca algumas dessas singularidades:

Os esforços organizativos das mulheres negras decorrem da insuficiência com que a especificidade da mulher negra é tratada tanto no Movimento Feminista quanto no Movimento Negro, posto que não está estruturalmente integrado nas concepções e práticas políticas destes dois movimentos sociais, a perspectiva que há sempre uma dimensão racial na questão de gênero, e uma dimensão de gênero na problemática étnico-racial. (CARNEIRO [1996], 2018, p.170)

A epistemologia do Feminismo Negro¹⁰ auxilia a trabalhar as várias categorias em que as mulheres negras se apresentam, pois possuem algumas ferramentas teóricas que ajudam a entender a sua complexidade e auxiliam na elaboração de respostas e perspectivas direcionadas pelas vivências e necessidades de grupos específicos. O conceito de interseccionalidade¹¹ no interior do Feminismo Negro vem sendo apontado como uma

8 **Movimento Feminista (Feminismo Tradicional ou Feminismo Branco ou Feminismo Civilizatório)** - É a vinculação de um feminismo a uma matriz euroamericana, branca, ocidental, eurocentrada, cisheterossexual, classe média e presente, principalmente, nos círculos acadêmicos (não apenas), neste movimento buscam igualar os problemas civis das mulheres brancas na sociedade com os problemas que as mulheres negras e grupos LGBTQIA+ enfrentam na sociedade. Segundo Vergès, esse modelo de feminismo adotou e adaptou os objetivos da missão civilizatória colonial, oferecendo ao neoliberalismo e ao imperialismo uma política dos direitos das mulheres que serve a seus interesses. De grosso modo, esse feminismo seria defendido por mulheres brancas e burguesas européias que desde os anos de 1960 tipicamente reivindicaram direitos iguais aos homens de sua própria classe, ou seja, classe média e alta privilegiadas. (VERGÈS, 2020)

9 **BAIROS, Luiza**, 1995; **CARNEIRO, Sueli**, 2003; **RIBEIRO, Matilde**, 1995. Essas autoras provocam o debate a respeito das perspectivas das mulheres no interior do movimento negro e do movimento feminista hegemônico, quando questionam o espaço implícito reservado às mulheres negras em suas lutas.

10 **Feminismo Negro** é um movimento feminista que busca centralizar e explorar as experiências de mulheres negras. Ele tem como base entender e trabalhar com a posição do racismo, sexismo e classismo na vida de mulheres negras ou não brancas. Levando em conta que essas pessoas acabam sofrendo de mais de uma discriminação.

11 **Interseccionalidade:** Termo cunhado por Kimberle W. Crenshaw em 1989/1990, que auxilia perceber que em determinadas situações há uma interseção entre diferentes identidades sociais. Quando isso ocorre a discriminação assume características singulares, baseado em uma estrutura que nos permita identificar a discriminação racial e a discriminação de gênero, de modo a compreender melhor como essas discriminações operam juntas, limitando as chances de sucesso das mulheres negras. CRENSHAW, Kimberlé. *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*. VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.

Lélia Gonzalez - apresenta os princípios da interseccionalidade tratada como tríplice opressão que, segundo ela, seria o resultado do entrelaçamento de opressões (raça, gênero e classe) que ocorre com mulheres negras. GONZALEZ, Lélia. *A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica [1981]*. In. Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

importante teoria na compreensão de como as opressões de gênero, classe, raça, sexualidade se relacionam entre si e como interferem na vida de cada mulher, e auxilia a compreender e experienciar a opressão de gênero a partir de um ponto de vista único. O conceito também está atrelado à leitura da trajetória e da memória das mulheres negras dando a especificidade que possuem e ajudando a encontrar respostas ao confrontar as desigualdades que se estabelecem na sociedade, pois a opressão não atinge da mesma forma todas as mulheres.

Apesar da interseccionalidade ser um termo cunhado por Kimberle W. Crenshaw¹², por volta da década de 1990, os princípios contidos neste conceito podem também ser percebidos anteriormente a esse período. Em 1980, Lélia Gonzalez apresentou a noção da tríplice opressão empregada às mulheres negras brasileiras, em seu texto *Racismo e sexismo na Cultura Brasileira*, ao abordar as encruzilhadas de opressões que acomete a mulher negra, como o sexismo, o classismo e o racismo. Diante disso, as abordagens de interseccionalidade nesta pesquisa estarão mais voltadas para a perspectiva apresentada pela historiadora brasileira sobre as noções de tríplice opressão. Optamos por trazer um olhar mais voltado para as questões das mulheres sem nos aprofundarmos pelo viés do feminismo negro, por acreditar que primeiramente é mais interessante mostrar a mulher negra sob um aspecto de pauta feminina no interior dos movimentos em sua iniciação. Mas ressalto que apesar de não aprofundar no feminismo negro, o conceito de tríplice opressão/interseccionalidade será utilizado nesse processo proposto. Quanto às teorias do feminismo negro que são importantíssimas, daremos maiores direcionamento nas pesquisas futuras.

Gonzalez, através de seus estudos, mostra que é fundamental atrelar a luta contra o racismo à luta antissexista, além da necessidade de introduzir a pauta feminista no movimento negro. Para a autora, é urgente lidar com as encruzilhadas das opressões estruturantes da sociedade capitalista. Para tanto, Gonzalez constata que mesmo abolida a escravidão, permaneceu uma organização racial da sociedade que determinava os lugares socialmente ocupados por negros, sejam homens ou mulheres.

Carla Akotirene - apresenta a interseccionalidade como um conceito de sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros. AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

¹²**Kimberlé Williams Crenshaw** nascida em 1959 é uma defensora dos direitos civis norte-americana. É uma das principais estudiosas da teoria crítica da raça. Ela é professora em tempo integral na Faculdade de Direito da UCLA e na Columbia Law School, onde se especializa em questões de raça e gênero. Crenshaw é também fundadora do Centro de Interseccionalidade e Estudos de Política Social da Columbia Law School (CISPS) e do Fórum de Política Afro-Americano (AAPF), bem como do presidente do Centro de Justiça Interseccional (CIJ), com sede em Berlim. Disponível em:

https://www-law-columbia-edu.translate.google/faculty/kimberle-w-crenshaw?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=op.sc Acesso em: 05/02/2022

As possibilidades de ascensão em determinados setores da classe média têm sido praticamente nulas para a maioria da população negra. É certo que, de 1950 para cá, ocorreu o crescimento das classes médias no Brasil. Todavia, em termos relativos, isto significou a deterioração das possibilidades de acesso ao mercado de trabalho para a população negra. Excluída da participação no processo de desenvolvimento (desigual e combinado, não esqueçamos), ficou relegada à condição de massa marginal crescente. (GONZALES, Lélia, 2018[1981], p.44)

E

Quanto à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que estereótipos gerados pelo racismo pelo sexismo coloca no mais baixo nível de opressão. Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policial, (...) ela se volta para prestação de serviço doméstico junto às famílias da classe média e alta da formação brasileira. Enquanto empregada doméstica ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhes seriam peculiares. Tudo isso acrescido da dupla jornada que ela mais do que ninguém tem que enfrentar. (GONZALES, Lélia, 2018[1981], p.44-45)

Ao empregarmos o conceito de interseccionalidade torna-se possível dar visibilidade às diferenças existentes nos grupos representados nesta dissertação, a população negra, representada pelo Movimento Negro e as mulheres negras e perceber as singularidades em seu interior. O seu emprego nesta dissertação possibilita que respostas sejam encontradas ao confrontar as desigualdades que se estabeleceram no interior do Movimento Negro.

Decidi fazer um mapeamento de alguns lugares em que mulheres negras ocuparam no interior do MNU no período de sua criação, em 1978, e nos quatro anos seguintes. A escolha do recorte 1978 a 1982 foi motivada pela genialidade incorporada pelo grupo de pessoas negras que viram no projeto de abertura democrática ainda na Ditadura Militar a possibilidade de criar não apenas uma organização negra, mas uma organização negra unificada com células em diversas partes do país. E os quatro primeiros anos foram de intensa potencialidade, resistências, estratégias individuais, coletivas e principalmente burocráticas. Percebe-se toda essa potência negra ao olhar para a simbologia de tantas cartas produzidas e direcionadas à população negra para uma chamada à luta pelos seus direitos, que por muitas vezes são relegados ao esquecimento por aqueles que deveriam respeitar e criar possibilidades de uma vida digna para todos. Para trabalhar essas questões e seus desdobramentos foi necessário traçar alguns caminhos na historiografia que foram apresentados em três capítulos.

No primeiro capítulo foram debatidos alguns percursos historiográficos que possibilitaram a inserção de sujeitos marginalizados e subalternos na historiografia, particularmente na brasileira. Fizemos uma breve exposição dessas correntes e como elas

possibilitaram caminhos que favoreceram e favorecem esses sujeitos históricos, por exemplo, a inclusão da perspectiva Latino-Americana pelos intelectuais da decolonidade. Tal perspectiva contribui para que se possa observar o lugar da mulher negra na sociedade e, conseqüentemente, no interior do MNU, objetivo dessa dissertação. Essa contribuição de intelectuais da decolonidade é importante para que a história do povo preto tenha ainda mais representatividade acadêmica, alcançando variados públicos inseridos ou não na universidade, assim como foi no meu caso, tais metodologias contribuíram para o meu desabrochar da consciência e do letramento racial.

No capítulo dois, trago a história inicial do MNU, seus primeiros passos, conquistas, seminários e congressos, através de relatos de seus organizadores contidos principalmente nos estudos de Amilcar Araujo e Karin Sant'Anna Kössling. É mostrado também um breve contexto histórico em que o MNU estava inserido. Utilizei como fonte a Carta de Princípios do Movimento Negro Unificado¹³, em específico, as pautas reivindicatórias contidas na carta. A partir dessas pautas, é possível iniciar a reflexão com a pergunta: Onde estão as mulheres negras? O levantamento dessas demandas juntamente com as percepções de autoras como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro sobre a realidade da mulher negra na década de 1970 começam a desenhar este lugar.

Por último no capítulo três trago as estratégias e como as demandas femininas eram recebidas no MNU através da análise do editorial *Nêgo* da entidade como fonte e também da criação do GM-MNU/BA (Grupo de Mulheres Negras do Movimento Negro Unificado unidade da Bahia). Para tanto, foram utilizados os primeiros números do Jornal NÊGO, posteriormente chamado de *Jornal do Movimento Negro Unificado*, nesta etapa fiz uma análise das mulheres a partir de suas participações tanto nos temas das matérias como nas assinaturas contidas nas edições, para isso foram analisadas as cinco primeiras edições. Os exemplares do boletim do Movimento Negro Unificado encontram-se disponíveis no site *NEGRITOS*¹⁴. Quanto à criação do GM-MNU/BA como um caminho de resposta sobre o lugar das mulheres negras na instituição, nesta pesquisa foram tratadas as perspectivas das mulheres negras no Movimento Negro e no Movimento de Mulheres Negras abordando algumas reflexões sobre o lugar ocupado nesses espaços, relatos de algumas militantes como Luiza Bairros, Valdecir Nascimento e Ana Célia contidos nas dissertações e tese de Silvana Bispo e Claudia Pons Cardoso e em entrevista de Ana Célia para o canal Negritos e de

¹³ **A Carta de Princípios do Movimento Negro Unificado:**

Disponível: <https://movimentonegrounificadoba.wordpress.com/documentos/> Acesso em: 23/10/2020.

¹⁴ **Site Negritos.** Disponível em: <http://negritos.com.br/> Acesso em: 23/10/2020.

Valdecir Nascimento para o canal Cultine, ambos hospedados na plataforma Youtube, contribuíram para articular possíveis respostas a respeito da visão das mulheres negras sobre o seu não-lugar naquele espaço, ao mesmo tempo em que essa percepção trouxe ainda mais potencialidade à tomada de controle de suas próprias histórias. Gostaria de ressaltar que a escolha por entrevista a terceiros não era a primeira opção, mas diante da dificuldade em acessar as militantes, mesmo depois de inúmeras tentativas, parti para essa segunda opção, no entanto acredito que não prejudicou o objetivo final da pesquisa.

Tendo em vista que as mulheres foram participantes ativas nas organizações, mas nem sempre foram relatadas com precisão, foi preciso utilizar também da subjetividade para melhor compreender essas atuações. Mulheres negras atuaram em várias frentes da resistência negra, ajudaram nas fugas escravas, na obtenção de alforrias para os seus, nas irmandades, nas associações beneficentes, nos grêmios, nos clubes, na imprensa negra, ainda que fosse de forma subalternizada e inferiorizada, por vezes colocando a raça na frente de suas prioridades femininas, nem sempre atendidas, em nome de uma causa maior, mas elas sempre estiveram e estão presentes nesses espaços. Por isso, é importante lembrar-se dessas nossas irmãs e sobre como nossos passos vêm de longe, como bem aponta Jurema Werneck.

Cabe destacar que a força motriz do Movimento Negro Contemporâneo é lutar pelo “reconhecimento do racismo como um aspecto estruturante da sociedade brasileira” para que possa conseguir combatê-lo (DOMINGUES, 2007, p.102) e lutar por melhores condições de vida para a população negra em diversos setores da sociedade brasileira. Sendo assim, espera-se que esta dissertação de mestrado possa auxiliar futuramente na compreensão de como foi à representatividade da mulher negra e suas pautas no Movimento Negro organizado, em especial no MNU. É do nosso desejo também que este estudo possa contribuir com as outras pesquisas sobre mulheres negras e sua participação na história do Movimento Negro, auxiliando combater o apagamento dessas narrativas que são importantes para conhecermos o nosso histórico de luta e perseverança.

CAPÍTULO I - CAMINHOS E POSSIBILIDADES

1.1 - Pequenos efeitos rompendo grandes sistemas

No presente capítulo pretendo pensar as aberturas de vias e estratégias encontradas para que sujeitos silenciados pudessem produzir discursos e serem *ouvidos* historicamente. Percebemos que a discussão sobre o campo da produção do saber historiográfico é bastante complexa e, obviamente, seria impossível examinar, em apenas algumas páginas, todo o conjunto de questões, críticas, conceitos, correntes historiográficas, linhas de pensamento, e teorias feministas, que possibilitaram os estudos sobre as mulheres. Diante dessa alternativa apresentada, buscaremos utilizar de correntes de pensamento não-hegemônicas que possibilitaram novas abordagens sobre as mulheres negras como a decolonialidade e o feminismo negro. No entanto, salientamos que a utilização ficará a título de contextualização da luta da mulher negra pelo espaço próprio, neste caso, no interior do Movimento Negro.

A produção do conhecimento histórico sobre uma historiografia negra sofreu por muito tempo as consequências de uma tradição universal, em que o conhecimento branco e europeu foi tomado como superior e ideal. A abordagem ficava restrita ao campo do positivismo, centrado no espectro científico e da história tida como a “verdadeira”, que se estendeu até às primeiras décadas do século XX. Esse campo do conhecimento além de se concentrar no espaço público e nos processos econômicos buscava também registrar a história dos “grandes acontecimentos históricos” e seus “grandes heróis”. Como é do conhecimento de todos, tais heróis era personificação do homem branco, adulto, heterossexual, urbano e burguês. Devido a essa padronização, é perceptível o lugar de centralidade de figuras políticas, como os únicos condutores da história, como salienta Silvana Bispo em sua dissertação de 2011, intitulada de *Feminismo em debate: Reflexões sobre a organização do Movimento de Mulheres Negras em Salvador (1978-1997)*.

Como uma doutrina filosófica, sociológica e política o positivismo surge a partir do desenvolvimento do Iluminismo, das transformações, a nível moral e social, com o fim da dita Idade Média e o posterior nascimento da sociedade industrial europeia. O positivismo, enquanto uma perspectiva histórica defende piamente a ideia de um conhecimento lógico, cartesiano, determinista e científico, como únicas possibilidades de chegar a uma verdade universal, harmoniosa e ordenada. Para tal fim, os pensadores e intelectuais dessa corrente utilizaram-se do conceito de ciência, para definir a construção do saber como algo acessível a poucos indivíduos. (BISPO, 2011, p. 38)

A historiadora ainda utiliza de referências de Julia Sudbury (2003) para exemplificar a concepção de expansão dos “valores” europeus, baseada na premissa da busca por verdades universais e o acesso dos escolhidos:

Os europeus desenvolvem termos universais para descrever a si mesmos; eles são “homens modernos, civilizados e universais”. E projetam-se no mundo todo acima da sua “força cultural”. São salvadores do mundo, seus conquistadores; são os pacificadores mundiais. [...] Finalmente, é a obsessão europeia com o ilimitado “poder sobre os outros” que traz o universalismo para suas concepções. (SUDBURY, 2003, p. 53 apud BISPO, 2011, p.38)

Segundo Silvana Bispo (2011), o pensamento científicista contribuiu para que em determinados momentos houvesse uma transformação de realidades sociais em verdades absolutas e incontestáveis, por uma “comprovação” feita pela ciência, e que dessa forma passasse a ser requisito para todo o pensamento desenvolvido por essa ótica. A autora ainda atribuiu a essas percepções o renascimento da importância da Matemática, da Física e da Química como disciplinas exatas. E que para que as disciplinas humanistas se enquadrassem nesta perspectiva e tivesse validade, elas deveriam incorporar essa tendência científicista, utilizando desses novos métodos de se estudar as relações sociais e o andamento etapista da história através dos métodos empregados nas ciências exatas.

Partindo dessa premissa, o ofício do historiador seria o de resgatar os fatos do esquecimento através de sistemas metodológicos e possibilitar a sua divulgação, mas nunca interpretá-los ou propor um entendimento para os mesmos, pois, este seria um conhecimento falho, não verdadeiro e subjetivo, por se basear nos sentidos, na emoção e na avaliação de um ser humano que é passível de erros. Uma vez enveredado por esse caminho, a percepção passa a ser de um processo histórico que tem como único parâmetro um percurso contínuo, linear, inteligível, baseado apenas no modo racional e com um quadro no qual a figura determinante é o homem universal. Percebe-se, neste panorama, a exclusão da História das Mulheres, ou uma inclusão como extensão desse homem universal. Além de não fazer parte da história como um sujeito, um agente produtor de sentido específico, a mulher também não exercia a profissão de historiador (GONÇALVES, 2006, p. 52 apud BISPO, 2011, 39). Sendo assim, esse modelo positivista fazia uso de argumentações científicistas para justificar as mulheres enquanto seres a-históricos, indivíduos inferiores e subalternos.

Essa postura que legitima determinado tipo de conhecimento em detrimento de outros, pode ser considerada como resultante da reelaboração positivista e/ou mesmo da resistência do caráter de uma episteme racista, sexista e patriarcal que encontra respaldo num tradicionalismo acadêmico, ainda presente em correntes epistemológicas mais atuais e ditas inclusivistas, democráticas e etc., a fim de, numa relação de poder, assegurar seu lugar de privilégio. Na prática, existem, neste contexto, as permanências e rupturas. (BISPO, 2011, p.41)

Com a contemporaneidade, esses referenciais positivistas foram superados. Apesar de diversas ressignificações ao longo, sobretudo do século XX, algumas formas de produção de saber a respeito da história do povo negro para além da escravização e mercantilização de pessoas como escravizados, por vezes são vistas por parte de alguns autores e autoras como militância, e são retratados como inferiores e não acadêmicos. Houve algumas mudanças consideráveis, mas ainda há resistência a modelos que fogem do padrão imposto de se produzir conhecimento.

As mudanças na abordagem historiográfica ocorreram gradativamente a partir de um conjunto de variações e contribuições pertinentes para a existência de um paradigma mais amplo, e começaram a dar sinais mais efetivos nas primeiras décadas do século XX. Outras produções de histórias são propostas ampliando o leque de sujeitos e fontes, e com isso a possibilidade de incorporação de outros grupos na historiografia. Segundo Tânia Maria Gomes da Silva, professora e doutora da Universidade Federal do Paraná, no texto *Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil* (2008), as causas que possibilitaram tais mudanças são variadas e para alguns a resposta se encontra nas transformações trazidas pela *Escola dos Annales*, por estes terem operado uma ruptura significativa no campo historiográfico. A partir dessas e outras rupturas historiográficas houve uma renovação e ampliação no quadro de pesquisas históricas ao abrir o campo da história para o estudo de atividades humanas privilegiando métodos pluridisciplinares.

Para Michelle Perrot, em *Minha história das mulheres* (2006), a escola dos *Annales* operou uma ruptura significativa no campo historiográfico e, apesar de ter sido de grande importância, a escola não reservou qualquer atenção para a figura feminina, visto que todo interesse se centrou nos planos econômicos e sociais. Perrot (2006) reforça que apesar deste foco no social ter possibilitado, nos anos seguintes, maior receptividade dos historiadores quanto à presença da dimensão sexuada no interior da evolução histórica, isto só terminaria ocorrendo de maneira significativa nos anos 1970, com a terceira geração dos *Annales*, a chamada *Nouvelle Histoire*.

Silvana Bispo (2011) acrescenta que, em contraponto ao positivismo, apesar das rupturas e continuidades metodológicas historiográficas propostas pela Escola dos *Annales*

deve-se dar importância também para a corrente marxista na emergência desse novo fazer histórico. Para a autora, tal corrente se apresentou como um conjunto de ideias e posturas, no campo filosófico, político, econômico e social, e foi bastante relevante e decisivo/incisivo, para o materialismo e a dialética da história pelo referencial principal, pois, interpreta a vida social conforme a dinâmica da base produtiva das sociedades e das lutas de classe.

Bispo (2011) ainda faz uso dos argumentos de Le Goff (1993), que acredita que o marxismo representou “um papel fecundo na renovação metodológica” na medida em que abrangem dimensões do econômico, mental, social e político dos diferentes aspectos da vida social. Seu interesse volta-se mais para o coletivo do que para experiências individuais, influenciando também a renovação dos métodos da história.

Esse conjunto de ações promoveu uma revisão, um redirecionamento nos conceitos, no uso de fontes, na definição dos objetos, problemas e abordagens, e possibilitou trabalhar a história das grandes massas ou de grupos sociais específicos, apresentando suas relações na sociedade, processos de exclusão, organização social e cotidiana. Como visto, a incorporação de outros estudos abriu o leque para o tratamento de questões de gênero e estudo das relações raciais na historiografia, como categorias úteis de análise.

A partir desse cenário de contestações quanto à hegemonia histórica classista e eurocentrada, as mulheres encontraram a oportunidade de reivindicar seu lugar enquanto sujeitos históricos. Desse modo, uma historiografia feminina passa a desempenhar um papel significativo na perspectiva teórica e prática, e se insere nos registros historiográficos com seus contextos próprios, seus cenários e suas representações na história, causando um grande impacto na historiografia ocidental como um todo.

Trazendo novamente os dizeres de Diva Gontijo (2015), quanto às mulheres em encontrar seu próprio assunto, seu próprio sistema, sua própria teoria, e sua própria voz, tal como condição de legitimação dos estudos feministas junto ao conjunto de saberes e domínios das Ciências Humanas é de suma importância. Diante desse entendimento, segundo as autoras Showalter (1994) e Muniz (2015) é preciso indagar minuciosamente o que queremos saber e como podemos encontrar respostas às perguntas que surgem da nossa experiência, formular nossos argumentos, a partir de nossas premissas e não alhures, na tradição crítica androcêntrica¹⁵ (MUNIZ apud SHOWALTER, 1994, p. 28).

15 **Androcentrismo** - de modo geral, é um termo criado pelo sociólogo americano Lester F. Ward, em 1903. Está intimamente ligado à noção de patriarcado. Entretanto, não se refere apenas ao privilégio dos homens, mas também à forma com a qual as experiências masculinas são consideradas como as experiências de todos os seres humanos e tidas como uma norma universal, tanto para homens quanto para mulheres, sem dar o reconhecimento completo e igualitário à sabedoria e experiência feminina. A tendência quase universal de se reduzir a raça

Embora o debate e o embate em torno da questão permaneçam, é inegável que a crítica feminista provocou desestabilizações nos sistemas modernos de leitura e explicação do mundo. Seria, porém, ingênuo considerar que as teorias feministas romperam com os modelos de conhecimento dominante nas Ciências Humanas, pois se ocorreram rupturas, também ocorreram permanências em relação à tradição científica ocidental. (MUNIZ, 2015, p.321)

A desestabilização, ou seja, as mudanças que vem ocorrendo foram importantes para incorporar outros sujeitos, outras histórias, no campo historiográfico, como ocorreu com as mulheres ao se inserir nas fendas proporcionadas por essas correntes, passaram a serem vistas como sujeito histórico, rompendo com a homogeneidade de sua existência acoplada ao homem como ser universal. O rompimento das barreiras da historiografia universalizante possibilitou outras perspectivas historiográficas nessa esteira, como por exemplo, o estudo da História das Mulheres, Estudos Pós-Coloniais¹⁶, Estudos Subalternos¹⁷ e a decolonialidade¹⁸. A partir de desdobramentos como estes citados vislumbraram-se a possibilidade de inserção de outros sujeitos históricos no campo dos saberes.

O historiador e professor Muryatan Santana Barbosa, em seu artigo *A Crítica Pós-Colonial no Pensamento Indiano Contemporâneo* (2009), propõe que nas décadas de 1980-

humana ao termo "o homem" é um exemplo excludente que ilustra um comportamento androcêntrico. Para mais informações acesse o artigo de NASCIMENTO, Dulcilene Ribeiro Soares. *Androcentrismo, A Construção Da Dominação Cultural Masculina*. Revista Científica Cognitionis, v. 14, 2020.

<https://unilogos.org/revista/wp-content/uploads/2020/04/ANDROCENTRISMO-A-CONSTRU%C3%87%C3%83O-DA-DOMINA%C3%87%C3%83O-CULTURAL-MASCULINA.pdf>

16 Pós-colonial - refere-se a uma perspectiva teórica e cultural que realiza uma releitura da colonização como parte de um processo global. Não é possível falar de uma teoria única pós-colonial, mas sim de uma série de estudos que trazem contribuições com orientações distintas nas mais variadas áreas de conhecimento, que têm em comum o fato de realizarem fortes críticas às narrativas eurocênicas como modelo civilizatório universal. Os estudos pós-coloniais apontam para a construção de novas epistemologias e paradigmas de análise sócio-cultural, agindo na valorização de saberes não hegemônicos que provêm dos países periféricos. Ver: Da Silva Nascimento, Ayrton Matheus; De Santana, Pedro Abelardo. *Decolonialidade: Contribuições Para (Re) Pensar A História*. Revista De Ciências Humanas Caeté, V. 2, N. 3, P. 167-178, 2020.

17 Estudos Subalternos - Os Estudos Subalternos se encaixam na escola pós-colonialista como uma fração representativa dessa experiência pós-colonial, como um "grupo de pensadores indianos que se opunham ao que consideravam uma visão colonialista e elitista sobre a história da Índia". Na contramão dessa visão elitista, os olhos dos estudiosos dos Estudos Subalternos voltaram-se para os grupos marginalizados e subalternizados da história da Índia; desse modo, a produção intelectual desse grupo deu ensejo ao debate sobre exilados e excluídos também em outras regiões do mundo.

18 Decolonialidade - Resumidamente o conceito seria uma alternativa historiográfica para dar voz e visibilidade aos povos subalternizados e oprimidos que durante muito tempo foram silenciados. Pode ser visto como um projeto de libertação social, política, cultural e econômica que possibilita a esses povos ter respeito e autonomia, não apenas como indivíduos, mas também como grupos e movimentos sociais tais como o Movimento Feminista, o Movimento Negro, o Movimento LGBTQIA+, etc.

Ver: BALLESTRIN, Luciana. *América Latina e o giro decolonial*. Revista brasileira de ciência política, n. 11, p. 89-117, 2013. <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhw/?format=pdf&lang=pt> Acesso 30/04/2022 e LANDER, Edgardo (org.) Acesso: 25/04/2022

<https://ufrb.edu.br/educacaodocampoefp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ci%C3%A2ncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf>

90, a crítica pós-colonial ganhou amplitude e institucionalização em diversas partes do mundo, sobretudo nas academias norte-americanas, europeias (ocidentais) e indianas. Alguns estudos (BARBOSA, 2010; RIBEIRO, 2020; MATA, 2020) indicam também que a crítica pós-colonial surgiu com a trajetória ascensional de certos intelectuais do Terceiro Mundo¹⁹ nas academias europeias e estadunidenses, a partir da década de 1980. Primeiramente com palestino Edward Said, com a edição de seu livro *O Orientalismo*, que em sua essência pretendia desconstruir o discurso colonial, a partir da metodologia da arqueologia foucaultiana, acerca das relações entre saber e poder na modernidade. Para isso, realizou uma interpretação original da imagem de “Oriente”, criada por aquele discurso, demonstrando o grau de contradição interna ali presente (BARBOSA, 2010, p.58).

Defronte à repercussão da tese do livro, outros autores e autoras sentiram-se compelidos a enveredar pelo caminho aberto por Said. Como por exemplo, Homi Bhabha e a teórica Gayatri Spivak, ambos indianos, que também tinham como objeto de estudo o colonialismo e, neste caso, o do Estado-Nação indiano, e pretendiam analisar o discurso e estratégias coloniais pelas quais a Índia foi submetida. Esses intelectuais tornaram-se gradativamente um grupo homogêneo de crítica pós-colonial tornando sinônimo do pensamento pós-colonial segundo Muryatan Barbosa.

Esses intelectuais (Said, Bhabha e Spivak) influenciaram a criação do Coletivo Sul-Asiático de Estudos Subalternos. O grupo era formado por intelectuais como Ranajit Guha e a Gayatri Spivak dentre outros integrantes (Shahid Amin, David Arnold, Partha Chatterjee, David Hardiman e Gyanendra Pandey) interessados na revisão da história indiana a partir de uma perspectiva pós-nacional específica: pós-colonial e subalterna. Criado em 1982, tendo Gramsci como uma das maiores influências, o Coletivo publicou doze volumes da série Estudos Subalternos. Em 1988, Ranajit Guha e Gayatri Chakravorty Spivak publicaram uma seleção dos ensaios fundamentais destas séries, com introdução de Edward Said. Para Joaze Bernardino-Costa & Ramón Grosfoguel em *Decolonialidade e Perspectiva Negra* (2016) o Grupo de Estudos Subalternos Asiático:

Visava dismantelar a razão colonial e nacionalista na Índia, restituindo aos sujeitos subalternos sua condição de sujeitos plurais e descentrados. A coletânea de livros, estudos e publicações sob os auspícios de Guha propunha-se a apreender a consciência subalterna silenciada no e pelo discurso colonial e nacionalista, buscando nas fissuras e contradições desses discursos as vozes obliteradas ou

¹⁹ A nomenclatura **Intelectual do Terceiro Mundo** está inserida a partir do uso feito pelo autor Muryatan Santana Barbosa, neste sentido optamos por reproduzir o termo, tendo o cuidado de entendê-lo como palavra usual na década de 1980/1990.

silenciadas dos subalternos (GUHA, 1997 apud COSTA & GROFOGUEL, 2016, p. 16).

O foco dos Estudos Subalternos teve um grande impacto, isso contribuiu para a formulação da intervenção extremamente influenciadora de Spivak, com o artigo 'Pode o Subalterno falar?', que motivou novas linhas de pesquisas neste aspecto de questionamento. Principalmente pela condição também da mulher como subalterna, levantando alguns questionamentos fundamentais para a discussão sobre feminismo e/no pós-colonialismo: “Quem pode falar e por quem?” “Quem ouve?” “Como se representa a si e os outros?” Spivak tornou-se, nos anos 1990, uma das porta-vozes da crítica pós-colonial e subalterna, ao chamar para si e para os demais intelectuais pós-coloniais a responsabilidade de combater a subalternidade. No entender da autora, tal ação se efetivou não falando pelo subalterno, mas criando mecanismo para que ele se articulasse e fosse ouvido. A sua interpretação desta teoria visava aliar o marxismo gramsciano ao pós-estruturalismo de Derrida e ao Feminismo, como indica Barbosa (2010). Nos anos 1990, a influência do coletivo foi para além da Índia e sul da Ásia, outros intelectuais adotaram os projetos de pesquisa e modos de investigação semelhantes em várias regiões do mundo, incluindo América Latina.

Quanto ao pós-colonialismo, cabe ressaltar que com o passar dos anos e com o acréscimo de mais estudos, surgiram questionamentos quanto à limitação do termo pós-colonial como mostra Muryatan Barbosa (2010), alguns estudiosos optaram por uma definição mais ampla do termo.

Considerando pós-colonial toda cultura condicionada pelo processo imperial europeu-ocidental, desde a colonização até o presente. E, por autores pós-coloniais, todos aqueles pensadores e ativistas que, desde tal condição de subalternidade, tenham enfatizado: a) a experiência do colonialismo como formador da subjetividade; b) a ênfase sobre suas diferenças em relação ao poder imperial; c) uma tomada de posição diante dos pressupostos deste poder. Desta perspectiva, tratam os trabalhos de Said, Bhabha e Spivak como um “grupo” particular da crítica pós-colonial, estabelecida desde uma tradição mais ampla e antiga. (BARBOSA, 2010, p. 59)

Tanto Barbosa (2010) quanto Bernardino-Costa & Grosfoguel, e Adelia Miglievich-Ribeiro em *A virada pós-colonial: experiências, trauma e sensibilidades transfronteiriças* (2020) acreditavam que essa releitura e ampliação da crítica pós-colonial podem ser importantes para recuperar o pensamento de autores e ativistas do Terceiro Mundo, enquanto pertencentes à crítica pós-colonial. Estudos sobre Frantz Fanon, Aimé Césaire, Mahatma Gandhi, Amílcar Cabral, e outros mais, ganham amplitude e relevância teórica e política, estabelecendo um lócus de enunciação particular para a superação da agenda

eurocêntrica das Ciências Sociais. Essa abrangência se deu porque, segundo Barbosa (2010), havia um acúmulo de percepções anteriores vindo das guerras de libertação das colônias africanas ao mesmo tempo em que da diáspora negra gerava uma literatura inédita.

Nesta perspectiva ampla, o pós-colonialismo tem um papel central a cumprir, trabalhando com alternativas locais, na cultura formal e no pensamento popular, para obter a superação dos paradigmas eurocêtricos dominantes. Para os conhecedores da literatura anticolonial, tal projeto não é exatamente “novo”, como se pode observar desde os movimentos de descolonização da primeira metade do século XX: pan africanismo, movimento da negritude, renascimento hindu, etc. Entretanto, hoje, pelo acúmulo de discussão, parece que esta defesa da pluralidade das visões de mundo poderá seguir caminhos imprevisíveis. (BARBOSA, 2010, p.60)

Luciana Ballestrin no artigo *América Latina e o giro decolonial* (2013) afirma que em 1992 um grupo de intelectuais latino-americanos e americanos inspirado principalmente no Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos fundou o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos. Após algumas discordâncias quanto os referenciais teóricos (Foucault, Derrida, Gramsci), que remetiam a uma crítica ao eurocentrismo pautada em uma visão eurocêntrica, ficava implícita a incapacidade do grupo pioneiro romper com tal episteme. Alguns pensadores membros do Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos acreditavam que a crítica decolonial representava uma crítica ao eurocentrismo por parte dos saberes silenciados e subalternizados, e que os nomes mais expressivos do campo acadêmico pós-colonial, por não fazer nenhuma referência à América Latina nos seus estudos, mostravam que era necessário que intelectuais latinos se ocupassem com seus próprios estudos e foi assim que decidiram criar o Grupo Modernidade/Colonialidade que seria mais condizente com o objetivo proposto (COSTA & GROSGUÉL, 2016).

O Grupo Modernidade/Colonialidade foi sendo paulatinamente estruturado por vários seminários, diálogos paralelos e publicações, tendo como componentes Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Anibal Quijano e Fernando Coronil. Segundo Ballestrin (2013, p. 98), muitos desses integrantes já haviam desenvolvido, desde os anos 1970, linhas de pensamento próprias, como é o caso de Dussel e a Filosofia da Libertação, Quijano e a Teoria da Dependência, e Immanuel Wallerstein com a Teoria do Sistema-Mundo, desse modo a identidade grupal do Modernidade/Colonialidade acabou herdando essas e outras influências do pensamento crítico latino-americano do século XX.

Ballestrin (2013) apresenta o grupo como uma opção epistêmica, teórica e política, que é crítico à permanência da “Colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva”, se opondo à “Colonialidade do poder, do saber e do ser” (2013, p.89-90). Essa

construção do campo de produção de conhecimento, centrado no eurocentrismo/ocidentalismo e em uma ideia específica de racionalidade moderna, também resultou na aplicabilidade do conceito de Colonialidade²⁰. De modo geral, o conceito que representa a estrutura de dominação ou padrão de poder que permanece enraizado na sociedade, mesmo após o fim das relações coloniais, configurando um aspecto da modernidade como forma dominante de controle de recursos, trabalhos, capital e conhecimento limitado a uma relação de poder articulado pelo mercado capitalista.

Sendo assim, a Colonialidade é continuidade da propagação do pensamento colonial que representa uma matriz que se expressa essencialmente em relações de poder, saber e ser. Como mencionado, essa produção de conhecimento histórico foi forjada na tradição historiográfica universalista onde o conhecimento foi representado pelo branco e europeu como superior. A partir dessa percepção de Colonialidade, surge como contra proposta para resistir e desconstruir esses padrões, conceitos e perspectivas, a decolonialidade.

Ressaltando que a decolonialidade não consiste na reprodução de uma narrativa nos moldes coloniais, mas busca recontar a história a partir da ótica dos subalternizados e suas perspectivas. O objetivo seria quebrar os silêncios historiográficos e valorizar seus elementos, sem a pretensão de apagar as marcas da colonização.

No entanto, afirmamos, seguindo as autoras e autores dessa dissertação, que é necessária a possibilidade de a crítica teórica romper alguns paradigmas e criar o seu espaço comum epistemológico frente ao cenário eurocêntrico presente nas ciências. Desse modo, esses estudos possibilitaram a inserção de outros sujeitos históricos, que estiveram subalternizados, invisibilizados e apagados da história, neste caso em específico, a população negra e, conseqüentemente, a mulher negra.

Como bem observado por Aníbal Quijano em *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina* (2005), a percepção da colonialidade possibilitou enxergar que também existia uma colonialidade do poder que está relacionada com a globalização, que emergiu essencialmente do processo de constituição da América e da propagação do capitalismo eurocentrado, tendo como padrão de poder a classificação de raça. Na América Latina, a ideia

²⁰ **Colonialidade** - De modo geral, o conceito que representa a estrutura de dominação ou padrão de poder que permanece enraizado na sociedade, mesmo após o fim das relações coloniais, configurando como um aspecto da modernidade como forma dominante de controle de recursos, trabalhos, capital e conhecimento limitado a uma relação de poder articulado pelo mercado capitalista. Sendo assim, a colonialidade é continuidade da propagação do pensamento colonial que representa uma matriz que se expressa essencialmente em relações de poder, saber e ser. Ver em: BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista brasileira de ciência política, n. 11, p. 89-117, 2013.

<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso 30/04/2022

de raça foi uma forma de legitimar as relações de dominação europeia, visto que o padrão do homem europeu era tido como superior e dotado de estrutura biológica/racial diferenciada, firmado na identificação de povos conforme certos fenótipos estabelecidos e impostos pelo pensamento ocidental, submetendo os dominados/colonizados a uma situação de inferioridade.

A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referências a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. (QUIJANO, 2005, p.107)

O conceito de colonialidade foi estendido para outros âmbitos que não só o do poder. Assim, Mignolo (2010, p.12 apud BALLESTRIN, 2013, p.91) sugere que a matriz colonial do poder “é uma estrutura complexa de níveis entrelaçados”. Vale ressaltar que a colonialidade do poder é a base do pensamento colonial, e também é o pilar da colonialidade do saber e do ser.

A colonialidade do saber se sustenta na derivação do pensamento moderno a respeito do desenvolvimento de um padrão de conhecimento global, hegemônico, superior e naturalizado. É a negação ou invisibilidade do conhecimento produzido pelos países marginalizados pelos povos do Ocidente, sendo estes últimos considerados durante muito tempo superiores racionalmente e intelectualmente. O problema da colonialidade do saber é um dos mais recorrentes dentro das discussões do grupo Modernidade/Colonialidade, porque ignoram o outro como ser pensante.

Para Walter Mignolo (2010), a colonialidade do ser está diretamente ligada à inferioridade atribuída aos povos subalternizados, isto é, aqueles grupos que foram silenciados, oprimidos, colocados às margens da sociedade. A colonialidade do ser surgiu para diferenciar os povos em relação ao gênero, raça e sexualidade, usando das diferenças para inferiorizar esses grupos a fim de fortalecer a dominação de determinados povos com o intuito de manter a exploração. Também está ligado à uma manifestação da colonialidade do poder e por envolver as experiências ontológicas vividas pelos sujeitos da modernidade/colonialidade representada na experiência física, material, cotidiana dos sujeitos marginalizados.

Como também observa Maldonado-Torres (2016), essa categoria de colonialidade seria a experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem, sendo esses povos entendidos como inferiores, negando sua relação com a intelectualidade, racionalidade e

capacidade, em contraponto ao padrão do homem europeu, branco, burguês, racional e civilizado. Assim, a colonialidade do ser e do saber, como forma de colonização, é combatida por meio da reconstrução das histórias apagadas, subjetividades suprimidas, linguagens e conhecimentos outros devido à premissa totalizante da modernidade e racionalidade (MIGNOLO, 2010 apud BALLESTRIN, 2013, p. 102).

Walter Mignolo (2010 apud Ballestrini, 2013, p. 102) descreve a decolonialidade como uma emancipação em relação aos mecanismos de dominação, e questiona a manutenção dos ideais colonialistas da epistemologia e forma um pensamento inovador que prevalece nos conhecimentos locais.

Assim, ao abordar a decolonialidade epistêmica, o autor identifica cinco tipos de colonialidade do poder: o controle da economia; o controle da autoridade; o controle do gênero e da sexualidade; controle da subjetividade e do conhecimento; A colonialidade do gênero e da sexualidade está ligada, dentre outros fatores, ao controle do sentir do corpo e das significações sobre ele, como também aos papéis sociais entre os gêneros; e o controle da subjetividade e do conhecimento está relacionado à forma de percepção da realidade, e em como ocorre a construção do conhecimento e se instituem padrões estéticos. [...] A colonialidade do gênero e da sexualidade está ligada, dentre outros fatores, ao controle do sentir do corpo e das significações sobre ele, como também aos papéis sociais entre os gêneros; e o controle da subjetividade e do conhecimento está relacionado à forma de percepção da realidade, e em como ocorre a construção do conhecimento e se instituem padrões estéticos. (BALLESTRINI, 2013, p. 102)

Essa amálgama de pensamentos apresentada converge para que possamos utilizar da decolonialidade como escopo teórico para buscar entender a mulher latino-americana, especialmente a mulher negra brasileira, neste caso, os estudos de María Lugones são importante auxílio.

Os estudos de María Lugones trabalham o conceito de sistema colonial/moderno de gênero, e também a intersecção das categorias raça, gênero e colonialidade. Maria Lugones é uma mulher da Argentina/Latina, porém residente e professora nos Estados Unidos. Ela também fez parte do grupo Modernidade/Colonialidade desde 2006, sua obra tem grande importância para os estudos de gênero e colonialidade. Lugones acrescentou o conceito de colonialidade de gênero às formas de colonialidade, do ser, do poder e do saber. A professora ressalta a pouca atenção dada ao aspecto de gênero, seja em temas econômicos ou históricos da colonialidade.

María Lugones (2007) teceu críticas ao pensamento decolonial e ao feminismo hegemônico. Quanto ao grupo Modernidade/Colonialidade, Lugones destacou a percepção limitante sobre gênero do seu companheiro de grupo Aníbal Quijano. Segundo ela, Quijano,

apesar de escrever sobre colonialidade, se baseava em conceitos eurocêntricos e heteronormativos relativos ao gênero, que não correspondiam à realidade colonial. Quanto ao feminismo hegemônico, para a autora, esse grupo ao pretender ser universal, dita as possibilidades, as regras, negando a existência de outros grupos de mulheres que não se enquadram nessa universalidade. Dessa forma, lutas específicas desses grupos que não entram no coletivo universal se perdem e ficam do outro lado da linha, onde não podem se tornar visíveis, pois o coletivo os mantém no local do inexistente. Nessa categoria ela inclui as indígenas e as negras, pois estas não estão representadas na categoria universal de “mulher”.

1.2 - Trânsitos, estratégias e acolhimento

A tomada de consciência da pluralidade de concepções acerca da questão do gênero foi um passo importante para renovação historiográfica, principalmente através dos estudos decoloniais. Diante disso, os intelectuais brasileiros na esteira das transformações ocorridas pelo mundo durante o século XX e aqueles que também estavam minimamente alinhados a essas críticas, a partir dos anos 1970, passaram a documentar a presença das mulheres na história em um esforço de historicização de seus percursos como sujeitos históricos. Consequentemente, alguns materiais como artigos, teses, dissertações entre outros foram surgindo numa perspectiva de um aparato discursivo configurador de um campo de conhecimento histórico sobre as mulheres. Tais esforços culminaram na categoria da “História da Mulher” (História das Mulheres e/ou Estudos de Gênero), evidenciando o projeto para conceder a inteligibilidade da experiência histórica das mulheres.

Como mencionado, a nova abordagem historiográfica possibilitou transformações nas narrativas a serem trabalhadas levando não somente a observação dos fatos, como também a discussão e questionamento sobre o ocorrido, além de ter possibilitado a inserção da mulher na historiografia como sujeito e como dona de sua própria história.

No entanto, Joana Maria Pedro e Rachel Soihet, em *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero* (2007), reforçam que apesar de haver vários trabalhos sobre mulheres nos dias atuais, esta abordagem teve uma trajetória difícil, para consolidar ‘gênero’, enquanto categoria de análise, no campo historiográfico. Nas ciências humanas, a disciplina História é certamente a que mais tardiamente apropriou-se dessa categoria, assim como da própria inclusão de ‘mulher’ ou de ‘mulheres’ como categoria analítica na pesquisa histórica (PEDRO, SOIHET, 2007, p. 284).

A interdisciplinaridade assume crescente importância nos estudos sobre as mulheres, juntamente com o fortalecimento do feminismo, a partir de fins da década de 1960. Diante disso, o papel das mulheres no processo historiográfico alcança a condição de objeto e sujeito da História, marcando a emergência da História das Mulheres. Essa reviravolta desencadeou reivindicações que provocaram uma forte demanda por informações sobre o sujeito mulher, em várias partes do mundo nas quais o feminismo afluía.

Joan Scott (1990, p.84), no artigo *Gênero: Uma categoria útil de análise histórica*, afirma que a história do pensamento feminista é uma história da recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino, em seus contextos específicos, e não está centrada em tentar reverter ou deslocar suas operações, mas em teorizar suas práticas e desenvolver o gênero como uma categoria analítica e, com isso, reivindicar certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens.

Rachel Soihet em *História das Mulheres e História de Gênero* (1998, p.80) concorda com a análise de Scott e reitera a sua relevância no estudo da história das mulheres por incorporar contribuições inovadoras no terreno teórico e no próprio conhecimento histórico. Soihet (1998) considera que apesar das contribuições do modelo de análise proposto por Scott (1990) alguns elementos essenciais ao desvendamento da atuação concreta das mulheres podem tornar-se de difícil percepção e, por esse motivo, é importante examinar outras contribuições para ampliar o espectro de concepções acerca da problemática do gênero, como por exemplo, não limitando apenas ao domínio público, mas também a outras esferas como o cotidiano. E reforça que:

Não se trata de excluir a abordagem das mulheres no terreno da política formal, mas urge não ignorar esse tipo de manifestações, típicas da resistência dos segmentos populares, sob o risco de inversão do problema; passando-se a focalizar as mulheres, apenas sob a ótica da classe e do sexo dominante (SOIHET.1998, p.81)

Rachel Soihet (1998) levanta o questionamento para que se atente a todos os espaços que as histórias das mulheres devem preencher essa abordagem historiográfica não contemplou todas as mulheres, as mulheres negras não estiveram totalmente inseridas nesse contexto. Desse modo, a presença negra passa a ser também o objetivo desta dissertação, através de preenchimento de espaços próprios, inserção de lugares, luta pelos seus direitos e pertencimento de mulheres negras, em particular as brasileiras.

1.3 - Os entrecaminhos

A mulher negra munuiu-se de várias estratégias para inserir sua história no campo do saber, consolidar seu lugar e empoderar-se como sujeito histórico. Buscou usufruir dos campos de conhecimento — estudos feministas e também da perspectiva da decolonialidade — para que fosse atendida enquanto ‘mulher negra’, porém, estes campos deixavam a desejar quanto a uma perspectiva feminista negra. Diante desse déficit, a mulher negra foi ocupando gradativamente espaços no campo histórico ao mesmo tempo em que utilizava das novas metodologias para buscar consolidar sua vivência como prática na perspectiva negra.

O feminismo decolonial acadêmico apresentado pela filósofa argentina María Lugones, em seu texto *Rumo ao feminismo Decolonial* (2007), amplia a teoria da “colonialidade do poder” introduzindo a noção de “sistema moderno-colonial de gênero”, como já mencionado, e auxilia também para o trabalho da perspectiva negra, assim como o Grupo Modernidade/Colonialidade. Estes foram precursores – no interior das academias – na análise do colonialismo pensado a partir do eurocentrismo, do racismo e da modernidade. Ao mostrar como o projeto europeu de colonização das Américas estava calcado na teoria pseudocientífica da raça como desculpa para a expropriação capitalista da mão de obra escrava e para o acúmulo de capital globalizado.

Para Cláudia Pons Cardoso, em sua tese *Outras falas: Feminismos na perspectiva de Mulheres Negras brasileiras* (2012, p.97), ao abordar as contribuições da decolonialidade a partir do grupo Modernidade/Colonialidade para os estudos de gênero, observa que o sociólogo Quijano, apesar de elaborar reflexões acerca de gênero para a colonialidade do poder, ele faz tais reflexões de forma sutil, bem como sua relação com raça e classe, pois, segundo Cláudia Cardoso, ele não está imune aos efeitos da própria colonialidade no que se refere ao viés androcêntrico e heteronormativo. Conforme Cardoso (2012), ainda que a relação entre raça, classe, gênero, sexualidade, e a colonização e escravidão tenha sido estabelecida e estudada pelas feministas negras de diversos países, vários cientistas sociais, entre eles os do grupo M/C, reconhecer esse aporte das feministas, através de pequenas inferências, de modo geral, no entanto, raramente as incluem na bibliografia consultada, ficando suas ideias desconhecidas. Neste caso, para a autora, Quijano não fugiu à regra.

Porém, a historiadora reforça que a interseccionalidade se entrelaça com a análise da colonialidade do poder, e que apesar de Aníbal Quijano não colocar os aportes de feministas negras em sua obra, o conceito de interseccionalidade pode ser percebido nos efeitos no

*patrón mundial de dominación*²¹ quando manifestados em outras estruturas de poder por raça. Essa ausência também é percebida por Ramón Grosfoguel (2010), nos escritos de Quijano.

Em contrapartida, Cardoso (2012) afirma que Grosfoguel é um dos poucos homens inseridos no debate da teoria social contemporânea da América Latina a reconhecer as contribuições teóricas desenvolvidas pelas feministas, principalmente as negras da América Latina, Caribe e EUA, sobre os efeitos do colonialismo nas sociedades contemporâneas e, por vezes, se apóia nos pensamentos de Gloria Anzaldúa, Patricia Hill Collins, Cherríe Moraga, Gayatri Spivak e Kimberlé Crenshaw. Cardoso (2012) também ressalta que os autores debruçados sobre o tema da colonialidade e decolonialidade por vezes têm se silenciado a respeito da crítica pós-colonial já produzida pelas feministas para descolonizar o pensamento.

Ao trazer o debate para o cenário brasileiro, Cláudia Cardoso (2012) cita Jurema Werneck ao abordar os efeitos da intersecção entre racismo e patriarcado como dois eixos estruturantes das relações de poder na sociedade brasileira, categorizando o cruzamento como racismo patriarcal.

As desvantagens provocadas por este fenômeno na sociedade de classes, diz a autora, “além de inferiorizar a população negra, também estabelece formas diferenciadas de subordinação de acordo com o sexo das pessoas negras, afetando principalmente mulheres” [...] os indicadores sociais sobre o rendimento médio da população brasileira desagregados pelas variáveis raça e gênero, de 2010, identificam nos dois grupos a presença de desigualdades de gênero, resultando na discriminação sexista no mercado de trabalho; mas este é o dado aparente: o que está subjacente é a força de raça, do racismo redefinindo o quadro. Se gênero é capaz de informar uma mesma lógica sexista de organização social para negros e brancos, raça redefine esses princípios organizativos e altera a posição dos homens negros na hierarquia social.ressaltando a autora a existência de “uma linha racial que separa rendimentos de negras e brancas, havendo também outra linha que separa mulheres e homens do mesmo grupo racial, estabelecendo desigualdades” e tal linha só encontra justificativa na existência do racismo patriarcal. (WERNECK, 2010, p. 6-7 apud CARDOSO, 2012, p.96).

Nessa perspectiva, é legítimo citar o trabalho de Lélia Gonzalez, que nos anos 1980 refletiu sobre a realidade de exclusão das mulheres na sociedade brasileira, principalmente das negras e indígenas. Gonzalez foi pioneira nas críticas ao feminismo tradicional e nas reflexões acerca das diferentes trajetórias de resistência das mulheres ao patriarcado, evidenciando, com isso, as histórias das mulheres negras e indígenas, no Brasil, como destaca Cláudia Pons Cardoso, no artigo *Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez* de 2014.

²¹ **Patrón Mundial de Dominación:** Padrão Mundial de dominação. Termo frequentemente utilizado nos estudos pós-coloniais, decoloniais e estudos subalternos, a respeito da forma como se deu a dominação da colonização em países colonizados.

Cardoso (2014) atenta para as articulações sobre proposição de descolonização do saber e da produção de conhecimento e ressalta atuação da “forasteira de dentro” (*outsider within*), como define Patrícia Hill Collins, que também é ressaltado por bell hooks, ao questionar a insuficiência das categorias analíticas das Ciências Sociais para explicar, por exemplo, a realidade das mulheres negras. Gonzalez (1983) levanta a questão da necessidade das mulheres negras em aprofundar as reflexões, ao invés de continuar na repetição e reprodução dos modelos oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais, como já mencionado.

A historiadora demonstra sua insatisfação pelos textos que somente retratam a mulher negra numa perspectiva sócio-econômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais, mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. Dessa forma, o que pode ser entendido e reafirmado pelos dizeres de Jurema Werneck é que realmente “os nossos passos vêm de longe”, e serve de direcionamento para a caminhada do entendimento do povo negro ao reconstruir sua história.

Ao fazer essa exposição sobre tais empreendimentos historiográficos para mapear as contribuições e direcionar os estudos sobre esses grupos tidos como subalternos, percebe-se que as mulheres negras precisam ainda mais de, teorias e articulações para que possam ser atendidas na construção de sua presença no tempo. As concepções modernas como a História das Mulheres, Feminismos e Decolonialidade dão conta dessa singularidade até determinado ponto, no entanto, a perspectiva negra e a interseccionalidade as atende melhor.

Partindo dessas provocações e também nas vivências políticas das mulheres negras, percebe-se a necessidade de ampliar o debate centrado nas desigualdades de raça, gênero e classe, indicando a urgência em estender as análises sobre aspectos da realidade através do Pensamento Feminista Negro para reformular as teorias feministas capazes de pensar as opressões interseccionais como categorias fundamentais na análise da realidade social da perspectiva feminista.

Para o entendimento desses diferentes eixos de opressão aplicados a grupos específicos de mulheres, é de grande utilidade o conceito conhecido como interseccionalidade, nomeado oficialmente pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw. Em 1989. Crenshaw desenvolveu o conceito interseccionalidade, no entanto, a experiência e as ideias fundamentais da interseccionalidade já eram percebidas e descritas anteriormente a essa data por algumas mulheres negras, através das noções de múltiplas discriminações, dupla discriminação, tripla discriminação, tríplice opressão e mosaicos sobre as condições das mulhere negras. Essas percepções eram usadas para identificar as várias formas de

subordinação/opressão refletidas nos efeitos interativos das discriminações de raça, gênero e classe. A interseccionalidade auxilia também ao reconhecimento das diferenças entre as mulheres, bem como as diferenças entre mulheres e homens, podendo ser aplicado para demonstrar a ausência das mulheres negras nas agendas políticas dos movimentos sociais negros e de mulheres, e ainda evidenciar as desvantagens de mulheres negras quando comparadas às mulheres brancas e aos homens negros e brancos. Neste sentido, a aplicabilidade deste conceito permite analisar e compreender a complexidade dessas realidades sociais mencionadas.

Como dito, algumas interações sobre o termo interseccionalidade estiveram presentes nos estudos de outras intelectuais, que vieram antes e auxiliaram no construto desse conceito, e, através de abordagens de ideias fundamentais da interseccionalidade tornaram-na uma ferramenta importante para discutir as pautas levantadas a respeito do lugar da mulher negra na sociedade e, que neste caso, da dissertação, ajudam a decifrar esse lugar ocupado no MNU em seu início. Destaco a importância e contribuição que intelectuais como Lélia Gonzalez (2018; 2020), Patricia Hill Collins (2019) e bell hooks (2019; 2020; 2021) ofertaram por meio de suas discussões a respeito da interseccionalidade e contribuíram de forma satisfatória com o meu caminhar enquanto mulher negra e também auxiliaram em minha compreensão a respeito do meu objeto de pesquisa escolhido e o recorte temporal deste.

É inegável que a interseccionalidade é um conceito que tem ganhado cada vez mais espaço nos debates e nas pesquisas acadêmicas, inclusive no Brasil, por ser um conceito analítico eficiente quando se trata de analisar contextos e teorias a partir de uma perspectiva que abarque outras categorias além do gênero.

De acordo com a doutora e professora em direito Gabriela M. Kyrillos (2020) em *Uma análise crítica sobre os antecedentes da Interseccionalidade*, quando se traz a perspectiva da aplicabilidade da intersecção o resultado é:

A ruptura com uma visão monolítica de análise e sua popularização é, sem dúvida, uma das grandes contribuições dos estudos que utilizam a teoria da interseccionalidade. A interseccionalidade pode ser entendida como uma ferramenta de análise que consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea. Com essa lente, os processos discriminatórios não são compreendidos isoladamente, nem se propõem uma mera adição de discriminações, mas sim, abraça-se a complexidade dos cruzamentos dos processos discriminatórios e a partir daí se busca compreender as condições específicas que deles decorrem. (KYRILLOS, 2020, p.1)

Apesar dessa ampliação na utilização do conceito que auxilia em vários estudos, é preciso entender a importância da análise crítica sobre a origem da interseccionalidade, não

esquecendo que sua origem está relacionada com as lutas sociais e as elaborações teóricas de mulheres negras. Para isso, é fundamental partir do entendimento de que a ideia basilar da interseccionalidade transmite uma preocupação que existia dentro dos movimentos sociais e de textos teóricos desde muito antes do surgimento do conceito da interseccionalidade e de sua apropriação pelo mundo acadêmico (KYRILLOS, 2020, p.2).

Não raro, alguns estudos acerca da interseccionalidade consideram que ela surgiu entre as décadas de 1980 e 1990, nos Estados Unidos e, como já mencionado, comumente o conceito é atribuído à Kimberlè Crenshaw. No entanto, na dissertação de Raquel Suely Cardoso da Conceição sobre o *Pensamento Feminista Negro: Contribuições de Patricia Hill Collins* (2018) observa a contribuição de Collins sobre a “atribuição” de um conceito:

Que no caso da Interseccionalidade, trata-se de uma adequação às normas acadêmicas, que tende a cunhar o surgimento de novas ideias e conceitos a indivíduos, alienando-os de sua origem política. Porém, a Interseccionalidade como marco interpretativo é conhecimento de oposição formulado em locais *outsider-within*. Por isso é possível rastrear algumas de suas premissas em alguns contextos históricos. Na verdade, desde o discurso de Sojourner Truth, a denúncia do silenciamento de outras experiências que escapam a categorizações grupais e suas lutas políticas aponta para uma intersecção entre gênero, raça e classe e outras construções sociais. (CONCEIÇÃO, 2018, p.75)

Assim como bell hooks em seu livro *E eu não sou uma mulher*, lançado em 1981, aponta que, em determinado momento, as mulheres negras dos Estados Unidos poderiam ter exigido equidade social para as mulheres e reconhecimento do impacto do sexismo no *status* social de todas as mulheres, porém elas ficaram em silêncio, não era um silêncio em desamparo às mulheres brancas e nem um gesto de solidariedade aos patriarcas negros, mas era um silêncio do oprimido, do resignado, onde não cabia a luta pela mulheridade empenhada pelas mulheres brancas (hooks, [1981], 2020, p.17). Ou seja, como lutar por algo que não te pertence, que lhe foi arrancado? Portanto, quando essas mulheres exigem das mulheres negras lutarem juntas contra a opressão sexista, essa questão fica em segundo plano devido à realidade brutal do racismo, que eventualmente anuviou a percepção de que o sexismo era também opressivo. Todavia, algumas mulheres negras começaram a romper o silêncio e começaram a dar vozes a suas experiências e também a registrá-las.

As percepções do conceito da interseccionalidade nos estudos de Rosália Lemos em *Os Feminismos Negros: a reação aos sistemas de opressões* (2016) são fundamentais para essa dissertação, visto que destacam a importância do resgate das primeiras indicações para a construção do conceito de Feminismo Negro, levando em conta como ponto inicial a vida e a história das mulheres negras norte-americanas, como Sojourner Truth. Entretanto, ela também

ênfatiza a relevância de histórias paralelas vivenciadas por diferentes mulheres negras, em diáspora africana em várias partes do mundo, que foram traduzidas em ações e reações equivalentes contra as forças de opressão, que caracterizam o eixo comum da realidade das mulheres africanas escravizadas. Lemos (2016, p.14) ressalta que nem toda produção chegou ao conhecimento público de maneira universal e, simultaneamente, a oralidade e a exclusão no acesso à informação dificultaram seu escoamento, além dos limites impostos pelas barreiras linguísticas foram determinantes para aprofundar o quadro de isolamento intelectual. O legado deixado foi o da importância e da necessidade de continuar em luta.

Lélia Gonzalez (1980), sob o viés da dupla opressão, apresenta o lugar da mulher negra que vivencia os atravessamentos do racismo e do sexismo. E a partir dessa análise é possível perceber que as noções de *mulata*, *doméstica* e *mãe preta* são invocadas por ela para definição de como a mulher negra é percebida, dependendo do contexto em que se encontra. É neste momento que conseguimos perceber que a autora já concebia o que chamamos de interseccionalidade, ao traçar as experiências das mulheres negras na conjugação das opressões. Assim, tanto Gonzalez quanto Kimberlé Crenshaw perceberam que tais estruturas de discriminação racial e de gênero operam juntas, limitando as chances de sucesso das mulheres negras. Desse modo, a segunda nomeou essas estruturas como interseccionalidade. Kimberlé Crenshaw no texto *Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero* (2002) tem como objetivo a necessidade de perceber como essas categorias são articuladas e operacionalizadas para a representação das mulheres de diferentes contextos culturais, portanto:

A garantia de que todas as mulheres sejam beneficiadas pela ampliação da proteção dos direitos humanos baseadas no gênero exige que se dê atenção às várias formas pelas quais o gênero intersecta-se com uma gama de outras identidades e ao modo pelo qual essas interseções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres. (CRENSHAW, 2002, p. 174)

É importante compreender o processo organizativo das mulheres negras e como elas utilizaram as estratégias de enfrentamento desenvolvidas. Algumas são aplicadas diante de práticas sexistas reproduzidas por parte de alguns homens da entidade esses episódios fizeram com que elas desenvolvessem bandeiras políticas a partir de referenciais anti-racistas, anti-sexistas e feministas. Essas articulações envolvem instabilidades, diferenciações, pertencimentos, experiências individuais e coletivas que demarcam as diferentes identidades do sujeito histórico, mulher negra.

Segundo Cláudia Cardoso, na tese *Outras Falas: Feminismos na perspectiva de Mulheres Negras Brasileiras* (2012, p.57), o modelo analítico de Crenshaw é de grande contribuição para as pesquisas feministas, pois permite o exame minucioso das realidades sociais, desnudando os processos discriminatórios que acometem as mulheres em situação específica. Cardoso (2012) ainda reforça que a aplicação do modelo analítico proposto exige maiores reflexões, sem perder de vista o significado e a importância dos processos de resistência empreendidos pelas mulheres em suas lutas ao longo da história.

Vale ressaltar que os marcadores sociais, como sexismo, racismo e classismo são resultados de processos de dominação e opressão, mas também são construtores de identidades. Destacando que não se pode reduzi-los apenas a simples categorias descritivas das identidades dos indivíduos, uma vez que as definições de espaços sociais são provocadas pelas estruturas sociais, sendo assim, os marcadores sociais são ferramentas que promovem desigualdades entre os grupos. No entanto, é necessário estar atento e evitar transformar a interseccionalidade entre as opressões em um bloco homogêneo sem expectativa de mudanças. Porque “esta perspectiva enfraquece o próprio objetivo político do conceito, ao negar a autonomia das mulheres e ao ocultar as experiências individuais e, principalmente, coletivas, de enfrentamento às opressões” (CARDOSO, 2012, p. 58).

Cláudia Cardoso (2012) traz Patricia Hill Collins (1990) para ajudar a elucidar sua fala. Para a autora, a definição de raça, classe e gênero constituem os principais eixos de opressão que afetam profundamente as experiências das mulheres negras nas sociedades pós-coloniais da diáspora negra. Cardoso (2012) salienta que:

Outros grupos podem ser afetados por distintos eixos integrantes de uma matriz mais ampla de dominação que representa a organização geral do poder na sociedade, podendo apresentar diferentes arranjos de intersecção das opressões, pois estes são configurados pelos diferentes contextos históricos. Os eixos ou sistemas de opressão compartilham uma concepção ideológica apoiada nas noções de superioridade e inferioridade para construir suas ideias de dominação. Para a autora, a matriz de dominação é estruturada ao longo dos eixos e em vários níveis. (CARDOSO, 2012, p.58)

Diante desses debates sobre interseccionalidade, percebe-se que essa noção auxilia-nos no entendimento das questões femininas as levantadas no interior do Movimento Negro e auxilia nas as discussões a respeito da luta contra o sexismo e o racismo, uma vez que ambas não podem ser dissociadas.

CAPÍTULO II- EM CONSTANTE MOVIMENTO

2.1 - Nossa história

Como mencionado no capítulo anterior, foi necessário que a nossa história intercalasse com alguns empreendimentos historiográficos da academia para que fosse possível mapear as contribuições e direcionar os estudos sobre esses grupos tidos como subalternos. Tais movimentos contribuíram para a ampliação do conceito de pós-colonialismo, dos estudos subalternos, da decolonialidade, e seus empreendimentos e princípios a respeito dos estudos da sociedade negra contribuíram conseqüentemente, para a visibilização das mulheres negras na historiografia. Apesar dessas articulações é imprescindível lembrar que “os nossos passos vêm de longe”, e continuam servindo de direcionamento para a caminhada do entendimento da nossa história.

Os povos africanos foram trazidos forçosamente ao espaço que formou o Brasil por volta do século XVI, na condição de escravizados, para suprir as demandas de mão de obra da colônia de Portugal. Mas essa chegada e permanência da população negra como mercadoria não se deu de forma passiva. Houve resistência, fugas, mortes, ajuntamento de pessoas (quilombos) e ajuda mútua entre eles para conseguirem viver minimamente. Muito dessa resistência pode ser percebida através das organizações que surgiram a partir da criação de irmandades, associações, mobilizações e do Movimento Negro. O intuito dessas mobilizações era regido pela luta dos direitos da população negra.

Amilcar Araujo Pereira²², em sua tese de doutorado *O mundo negro: A constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil* (2010), afirma que os negros se mobilizavam há bastante tempo mesmo em condições adversas. E por meio das ideias de Abdias Nascimento (2000), algumas articulações são consideradas como uma forma de mobilização negra desde os primórdios da escravatura, que foram se moldando a partir dos contextos historiográficos do Brasil.

Não existe o Brasil sem o africano, nem existe o africano no Brasil sem o seu protagonismo de luta anti-escravista e anti-racista. Fundada por um lado na tradição de luta quilombola que atravessa todo o período colonial e do Império e sacode até fazer ruir as estruturas da economia escravocrata e, por outro, na militância abolicionista protagonizada por figuras como Luiz Gama e outros, a atividade afro-brasileira se exprimia nas primeiras décadas deste século, sobretudo na forma de organização de clubes, irmandades religiosas e associações recreativas.

²² **Amilcar Araujo Pereira** - A grafia que consta em seu Lattes é sem acentos.
Ver: <http://lattes.cnpq.br/6346712809070450>

(NASCIMENTO & NASCIMENTO, 2000, p.204 apud PEREIRA, Amilcar, 2010, p.83)

Para Henrique Cunha Junior em *Movimento da Consciência Negra na década de 1970* (2003), “falar de movimento negro no Brasil é falar também de um dos mais antigos movimentos políticos do país que tem como objetivos amparar e auxiliar os negros em suas lutas”, (CUNHA, 2003, p.48). Essa ideia de entidades como partícipes de noções de mobilizações negras com cunho político também é percebida nos escritos de Selma Maria da Silva em sua dissertação *Imagens de Africanidade, uma leitura de um mundo antirracista*, (2003):

Durante o período escravista entidades de variadas feições e estruturas estiveram empenhadas, de forma manifesta, na compra de carta de alforria. E, hoje, na atualidade têm como estratégia as ações afirmativas. Entretanto, apesar dos discursos que buscam invisibilizar as iniciativas dos escravos como mentores diretos de seus projetos e em nenhuma das duas etapas os resultados obtidos são benesses, são conquistas, são o resultado de amplas negociações bastante difíceis e complexas. (SILVA, 2003, p.72)

A população negra sempre teve que ir em busca de seus direitos, pois no pouco que se fez em termos de participação e cidadania social não lhes foi assegurado ganhos materiais ou simbólicos que lhes fossem efetivos realmente. Na realidade, o povo preto continua a lutar contra a marginalização, e continua se organizando em busca de inserção social no contexto brasileiro. Após a Lei Áurea (1888) e a Proclamação da República no ano seguinte, foi disseminado um novo sistema de universalização do direito à cidadania da população negra, porém o que resultou se concentrou mais na teoria do que na prática.

Pois do ponto de vista do discurso legal, cidadãos negros passariam a desfrutar de uma igualdade de direitos e oportunidades em relação ao branco, em todas as áreas da vida pública: educação, emprego, moradia, terra, saúde lazer etc., no entanto, não podemos esquecer que, segundo o artigo 70, título IV da constituição de 1891, não tinham direitos políticos, ou seja, não podiam votar ou serem votados, entre outros, os analfabetos, condição na qual se encontrava a maioria da população negra. Assim, a inexistência da igualdade política anulava, na prática, muitos dos supostos avanços da teoria. (DOMINGUES, Petrônio, s/p, 2005)

As dificuldades da população negra na nova ordem social foram impostas por variados fatores, entre eles a grande entrada de imigrantes, colocando ainda mais barreiras e obstáculos para a inserção do negro no mercado de trabalho, circunstâncias que causaram consequências determinantes para suas vidas. A busca pelo reconhecimento e pertencimento foi constante para essa população, pois a sociedade continuava a tratá-los de forma hierarquizada e, por

muitas vezes, racista, sinalizando uma disputa dialética e imagética de pertencimento e, ao mesmo tempo, alimentando um “saber o seu lugar” enquanto população negra. Esta expressão “saber o seu lugar” está representada, segundo a historiadora Wlamyra Albuquerque (2009), na tradução de regras de sociabilidade hierarquizadas que, ao serem referendadas ou contestadas, atualizam-se cotidianamente. É construída a partir de lugares estabelecidos nas relações, nas formas de pertencimentos e nas estruturas de disputas dos jogos sociais.

No período da pós-abolição, os negros foram habilidosos e engendraram projetos para a conquista da cidadania, travaram alianças e buscaram articular redes de conexões políticas, sociais e culturais. A sociedade do início do século não pode ser vista apenas como homogênea ou uniforme, pois ela se mostrava de forma plural, híbrida, diversificada, e despontava numa espécie de caleidoscópio vivo de etnias, de cores e de experiências culturais, como menciona Petrônio Domingues (2009)²³. Junto ao período republicano, a pauta política a respeito da cidadania negra emerge nesse novo contexto de país, e esta pauta esteve a cargo principalmente da população negra, através de sua luta, como vemos em estudos atuais.

Ao analisarmos as perspectivas das mulheres, nessa pesquisa, como elas estiveram ligadas e atendidas no interior de algumas entidades negras das cidades do país, percebemos a influência que o associativismo²⁴ no pós-abolição aprofundou um importante espaço de construção de identidades e de luta por direitos, empoderamento e igualdade tanto pela população negra como um todo quanto pelas mulheres negras. O associativismo estava centrado na ampla rede constituída por clubes, jornais, grupos educacionais, centros cívicos, grêmios literários e associações beneficentes, entre outros.

²³ **DOMÍNGUES, Petrônio.** *Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição*. Anos 90. Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 215-250, dez. 2009

²⁴ **Associativismo** - enquanto forma de organização social, caracteriza-se pelo seu caráter, normalmente, de voluntariado, por reunião de dois ou mais indivíduos, usado como instrumento da satisfação das necessidades individuais humanas (nas suas mais diversas manifestações). Em termos gerais, a prática associativa consiste na organização voluntária de pessoas, sem fins lucrativos, com o objetivo de satisfazer as necessidades coletivas ou alcançar os objetivos comuns, via cooperação. Esta forma de organização coletiva tem como objetivos reforçar os laços de amizade e solidariedade, reunir esforços para reivindicar melhorias na comunidade, defender os interesses dos associados, desenvolverem interesses coletivos de trabalho, produzir e comercializar de forma cooperada, melhorar a qualidade de vida e participar no desenvolvimento da região na qual as associações estão inseridas. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Associa%C3%A7%C3%A3o> acessada em 01/11/21.

O associativismo no contexto de organização negra - Pode ser entendido na perspectiva de ideia sobre o agrupamento de pessoas negras durante a escravidão e no pós-abolição, no qual esses sujeitos membros buscaram, em rede ou não, socializar, inserir, negociar mesmo em uma sociedade tão restritiva e preconceituosa quanto a sociedade brasileira os preceitos que conferiam a eles status sociais diferenciadores em busca dos seus próprios espaços.

A constituição das associações, que elas teriam sido fundadas numa perspectiva de política de assimilação à cultura europeia²⁵, e que no caso do Brasil essa cultura europeia é aplicada numa adequação para que a população, inclusive a negra, pudesse participar da sociedade encerra um grande debate. Não há consenso sobre a assimilação à cultura europeia por parte dos negros. Na realidade, essas formas às quais a população negra se submetia para parecer com a população branca, incorporar seu modo de vida, transparecia uma cópia abasileirada da Europa; tratava-se, na realidade, de ações de combate aos estereótipos pejorativos que essa mesma sociedade designava ao povo negro. Ou seja, essa assimilação estava voltada para combater a rejeição de um estilo de vida dos negros que era considerado bárbaro, primitivo e selvagem pela sociedade da época. E para combater esses estereótipos, os negros, principalmente com algum poder aquisitivo, buscava instruir-se, “refinar-se”, conectando-se com as últimas tendências em termos de sofisticação comportamental, mas levando em conta também seus símbolos diaspóricos, e essa foram a forma que inventaram de ser negro e moderno, simultaneamente. Segundo Petrônio Domingues:

Era imperioso se comportar de acordo com as regras de etiqueta, polidez e boas maneiras e, ao mesmo tempo, desvencilhar-se da imagem de vadio, bêbado, analfabeto, brejeiro, xucro, imoral, deselegante, ou seja, livrar-se dos estereótipos negativos tradicionalmente associados ao negro, daí o rigor na apropriação dos códigos de condutas considerados modernos. Não se tratava de embranquecer – como algumas pesquisas vêm sugerindo –, entretanto, sem perder de vista uma identidade diaspórica, espelhar-se no que havia de civilizado naquele momento. (DOMINGUES, Petrônio, 2014, p.260)

2.2 A travessia do poder negro pelos anos de chumbo e a suas histórias

Os aspectos apresentados a respeito das mobilizações negras permitem observar algumas continuidades no processo de constituição dos movimentos na segunda metade do século XX, principalmente no que se refere à participação das mulheres negras. Desse modo, neste capítulo, iremos debruçar sobre a criação do MNU e suas dinâmicas ao longo dos anos de 1978 a 1982, e lançaremos um olhar sobre as mulheres em conjuntura com essa organização.

No início dos anos 1970, o Movimento Negro começa a dar sinais de forças com o retorno do teatro negro pelos integrantes do CECAN, pela movimentação do Grupo de Palmares no Rio Grande do Sul, que debatia sobre a substituição do 13 de maio pelo 20 de

²⁵**Cultura europeia** - Empregada aqui, de forma bastante ampla, como um conjunto de padrões de comportamento, de crenças, de instituições e de valores transmitidos coletivamente. Identifica-se esse padrão com transmitido pela colonização e como um objetivo a ser alcançado.

novembro, pelos interesses de jovens negros, principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo, pelo *Soul*²⁶, fazendo deste estilo musical um ato de resistência, consciência e identidade negra, além de algumas outras articulações pelos estados da Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo. As ações dessas organizações foram importantes para que durante o início do processo de redemocratização que ocorria no final da década de 1970, que estava fortemente influenciada pelas mobilizações coletivas nacionais e internacionais, contribuíssem para que o MNU fosse criado.

O MNU contou com a influência de articulações iniciais de outras mobilizações negras individuais ou coletivas para seu êxito. Tais articulações, apesar dos avanços significativos de combate ao racismo, e crescente engajamento de militantes negros não escondiam a discordância no tratamento de algumas questões e condutas, e, como já dizia Lélia Gonzalez (1982, p.19), falar sobre Movimento Negro implica no tratamento de um tema cuja complexidade, dada a multiplicidade de variantes, não permite uma visão unitária; afinal, os negros não são constituídos de um bloco monolítico, de características rígidas e imutáveis. Diante desse entendimento é possível perceber a divergência de articulações de mulheres negras nos ambientes em que buscavam se inserir resultava em insatisfação, que, por vezes, ocorriam situações de sexismo no espaço de lutas.

A partir das semanas, a “*tiurma*” entrou em contato com o Afro-Asiático, e passou a se reunir em suas dependências. Durante o decorrer da semana, encontravam-se duas vezes para preparar dois tipos de texto: um, com o noticiário a respeito de atos de discriminação e, outro, relativo ao período pré-colonial na África. Aos sábados, reunião geral para discutir os textos, na base da dinâmica de grupo. No domingo, tava todo mundo na Noite do *Shaft* no Renascença. A cada reunião o grupo crescia. Chegou a um ponto que as mulheres passaram a se reunir separadamente para, depois, todos se reunirem numa sala maior, onde se discutirá os problemas comuns. É claro que pintou machismo e paternalismo, mas também solidariedade e entendimento. O atraso de alguns se manifestou num tipo de moralismo calvinista e machista, que caracterizava o quanto se sentiam ameaçados pela capacidade e sensibilidade das companheiras mais brilhantes; em seus comentários, falavam de mal-amadas e coisas que tais (baixaria mesmo). Desnecessário dizer que suas esposas ou companheiras nunca participaram de tais reuniões, na medida em que ficava em casa cuidando das crianças, da casa etc., o que é sintomático. De um modo geral, esses machões de uma geração mais velha, porque os mais jovens cresceram junto com suas irmãs de lutas. [...]De qualquer modo, o avanço das mulheres negras, dentro movimento negro carioca, marcaria sua diferença com relação a outras regiões. (GONZALEZ, [1982], 2018, p.157-158)

²⁶ **Soul:** *Soul music* ou apenas *soul* é um gênero musical popular que se originou na comunidade afro-americana dos Estados Unidos nos anos 1950 e no início dos anos 1960. Combina elementos da música gospel, *rhythm and blues* e jazz. O *soul* é também um estilo animado e dançante. Sua produção partiu principalmente da população afro-americana, sendo bem aceito e disseminado entre os negros. O estilo musical está fortemente associado à luta pelos Direitos Civis, tendo em vista que nas décadas de 1950 até 1960, os EUA possuíam rígidas leis de segregação racial, como por exemplo a Lei Jim Crow

O machismo se fez presente nas reuniões do Centro de Estudo Afro-Asiático por volta de 1974, como observa Lélia Gonzalez e que aguça ainda mais a necessidade de saber quais espaços estavam efetivamente delegados às mulheres negras no interior do Movimento Negro, desnudando assim a insatisfação das mulheres negras com essas condutas.

A opção por fazer esse recorte do MNU sobre a criação e contexto histórico de uma maneira mais objetiva reflete a maneira que percebi a sua criação, ao longo da pesquisa deste material. Consideramos como uma escolha política tratar da mesma forma. Notamos um engessamento presente no material pesquisado sobre a historiografia do MNU e sua criação, principalmente no que refere à mulher negra e a sua participação. Percebemos, ainda, apenas algumas menções a mulheres, como, por exemplo,, como Lélia Gonzalez, Neusa Pereira, Vera Mara Teixeira, Maria Inês Barbosa, que são integrantes importantes e são mencionadas sem muita notoriedade, apesar de terem participado efetivamente na construção dessa nova organização que nascia.

Nesse sentido, acredito ser importante que a história do MNU seja sempre reconstruída, reverberada e apresentada entre os nossos, para que os negros e negras que estão chegando na luta, na sua consciência racial, em seu letramento conheça o histórico de luta do povo preto desse período, vale também como lembranças e memorização para que os que já estão na luta há muitos anos, pois cada vez mais que essa história de resistência de lutas pela sua criação e permanência é reproduzida, mais fortalecido seremos. Que seja em forma de teorias, que seja em forma de história contada ou apresentada como será apresentado abaixo.

O Movimento Negro não passou despercebido pelos dois momentos de ruptura da democracia do Brasil. Em ambos os períodos ditatoriais 1937-1945 e de 1964-1985 que são vistos como um marco na história política do país, o Movimento Negro esteve sob a vigilância do Estado.

No período entre 1930 e 1945, a rede repressiva do regime contribuiu para o enfraquecimento de algumas instituições como o Congresso Nacional e houve até mesmo a extinção de alguns partidos políticos e de entidades negras, como foi o caso da Frente Negra Brasileira que também pretendia ter um espaço no cenário político brasileiro.

No período que corresponde ao Golpe Militar de 1964, as ações dos golpistas não foram diferentes de 1930. Ainda trazia em seu cerne muito do período ditatorial anterior, visto também na continuidade dos métodos e das organizações criadas para combater o dito inimigo. No entanto, não serão abordadas as conjunturas históricas de ambos os golpes de

forma mais aprofundada, pois foge do escopo deste trabalho. O período ditatorial, iniciado em 1964, será um pano de fundo para tratar dos primeiros anos do MNU.

O período ditatorial brasileiro que ocorreu entre 1964 a 1985, foi denominado de Ditadura Civil-Militar por ter sido saudado por importantes setores da sociedade brasileira. Grande parte do empresariado, da imprensa, dos proprietários rurais, da Igreja Católica, vários governadores de estados importantes (como Carlos Lacerda, da Guanabara, Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e Ademar de Barros, de São Paulo) e amplos setores de classe média pediram e estimularam a intervenção militar, como modo de pôr fim à ameaça de esquerdização do governo e de se controlar a crise econômica²⁷. Tal ação aconteceu devido à articulação militar que culminou com a tomada de poder estabelecendo um regime ditatorial baseado em vigilância, censura, sequestros e execuções. As primeiras articulações deram sinais antes 1964, e foram tornando-se cada vez mais complexas e eficientes para a conclusão do golpe. A metodologia instaurada pelo governo neste regime estava pautada em um modelo de sistema de informações e de segurança, isto é, um conjunto de órgãos encarregados de fazer espionagem e reprimir os brasileiros considerados "subversivos", como sistematiza Carlos Fico no livro *Como eles Agiam. Os Subterrâneos da Ditadura Militar: Espionagem e polícia política* (2001). Conforme Fico (2001, p.17), neste regime implantado, mesmo em um cenário de cerceamento e opressões, houve variações na intensidade e nos métodos que eram praticadas essas perseguições, deixando assim uma dubiedade quanto às narrativas de violências cometidas.

Durante a Ditadura Militar: em certos momentos, como na fase imediatamente posterior ao golpe ou na conjuntura que se iniciou em 1968, a repressão foi muito intensa; em outras fases, como no período seguinte às primeiras punições (junho de 1964 a outubro de 1965) e durante a "distensão" e "abertura" políticas promovidas nos governos Geisel e Figueiredo, o número de punições decresceu. Por causa dessas variações, alguns analistas classificaram o período de combate à luta armada como o "auge da repressão" (1968/1974), enquanto outros, sublinhando a coexistência do regime político de exceção com períodos de diminuição relativa da coerção, mencionaram o neologismo burlesco "ditabranda". (FICO, 2001, p.18)

No entanto, o que não se pode negar é que a principal perspectiva apresentada pelos golpistas, tanto para sociedade civil quanto para os militares, seria a implantação da ideologia comunista e uma hipotética resistência dos opositores do governo quanto a Ditadura Militar,

²⁷ **O golpe de 1964** - A conjuntura de radicalização ideológica e o golpe militar - CPDOC/FGV- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getulio Vargas.

Acesso ao site em 26/04/2020

https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/O_golpe_de_1964

regime implantado para combater essa estrutura política e econômica que pretendia ser inserida no país. Diante disso, apresentava-se um cenário onde ações violentas praticadas pela polícia política contra civis eram legitimadas. Muitas dessas ações violentas aconteciam contra Instituições e pessoas que manifestassem qualquer mínima insatisfação com o regime, ou que não seguissem uma conduta que não estava em conformidade aos princípios políticos e baseados na moral e nos bons costumes

Essa ação vigilante não se deteve apenas às instituições sociais e partidos políticos, estendeu-se também ao Movimento Negro que era constantemente investigado dentro de uma perspectiva preconceituosa e persistente, repleta de estigmas raciais, pois, o governo reforçava e apresentava a ideia de um país harmonicamente racial, e o Movimento Negro contestava tal argumento, uma vez que era mentira a inexistência do racismo brasileiro. Um exemplo foi o que ocorreu com cassação de políticos negros, um dos casos mais emblemáticos foi o de 1968, que envolveu o prefeito eleito de Santos, litoral do Estado de São Paulo, Esmeraldo Tarquínio.

Sua trajetória oferece pistas sobre o quão complexas eram as relações raciais durante a ditadura dos generais. Envolvido com a política desde muito jovem, elegeu-se primeiro vereador, em 1959, e deputado estadual, em 1962. Em 15 de novembro de 1968, venceu as eleições municipais para prefeito de Santos. Contudo, o General Costa e Silva nomeou um interventor federal e Tarquínio foi cassado um mês antes da sua posse. Impedido de assumir o cargo, o prefeito eleito teria seus direitos políticos suspensos por dez anos. O político, ferrenho defensor da igualdade racial e preocupado com a justiça social, voltaria a se candidatar somente nas eleições de 1982, no contexto da redemocratização, mas fora vitimado por um acidente vascular cerebral poucos dias antes do pleito. No contexto de sua morte, os jornais paulistas noticiaram os conflitos que o político viveu, anos atrás, com as forças armadas. (MEMÓRIA DA DITADURA, S/D)²⁸.

A historiadora Karin Sant'Anna Kössling (2007) em sua dissertação de mestrado com o título *As lutas anti-racistas de Afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)*, traz uma abordagem sobre as perspectivas do Movimento Negro nesse período, sinalizando as suas articulações de protestos contra o racismo. Essa mobilização ia contra a ideia de integração nacional estabelecida pela elite do golpe e era vista como uma ameaça à paz social ao desnudar a desintegração da sociedade brasileira. Por este motivo, órgãos repressores entendiam que as temáticas raciais poderiam se enquadrar como desobediência civil ou até mesmo como crime. A historiadora concentra-se na documentação do

²⁸ Site Memória da Ditadura, matéria sem data (S/D). Disponível em https://memoriasdaditadura.org.br/cnv-e-negros/?gclid=CjwKCAiAp7GcBhA0EiwA9U0mtgKXN40SYGtU3AxdJIh1Op2ZhMOyR13O8worF5wuvz2LCHDKErbnFxoC1Y0QAvD_BwE acesso 15/11/2022

Departamento Estadual de Ordem Política e Social- DEOPS/SP²⁹, e seus estudos auxiliam para o desenvolvimento deste capítulo no que diz respeito às análises do Movimento Negro, do MNU e, também, do período ditatorial.

Kössling (2007, p.14) também ressalta que a vigilância às organizações negras não se restringiu apenas ao Golpe de 1964. Conforme sua pesquisa, na década de 1930, houve também repressão. Os policiais e militares legitimavam ações pautadas no discurso da necessidade de uma cruzada em defesa da democracia e de instituições nacionais, a partir da ordem e do progresso, como forma legal de alcançar tal objetivo. Sendo assim, os questionamentos do Movimento Negro, para eles, tencionam a paz social e desestabilizava a dita democracia racial.

Os militares valorizavam a ordem como um elemento fundamental para organização da sociedade, conforme nota-se no manual da ESG: “Manifestação essencial da cultura política é a Ordem, por ela gerada, e que corresponde a um modelo de organização social decorrente do respeito a obediência a normas que se estabelecem naturalmente à medida que os participantes do grupo adotam os valores culturais e admitem como obrigatórios os usos e costumes vigentes. A Ordem apresenta-se como um complexo de normas e constitui o substrato essencial e básico de toda atividade social. Ela especifica os grupos humanos, distinguindo-os uns nos outros.” Tratava-se do valor da “ordem” sob a perspectiva da obediência plena das normas sociais que o regime buscava implementar e “salvaguardar” seus valores. Assim, a contestação dos movimentos negros à “democracia racial”, tornava-se “desordem” sob a perspectiva do regime militar. (KÖSSLING, 2007, p.19)

Cumprir destacar que os meios usados na repressão “aos inimigos” se estendiam ao Movimento Negro, classificando seus membros como subversivos, principalmente quando a polícia política, através de espionagem, percebia qualquer aproximação de membros do Movimento Negro aos comunistas, ou quando estes levantavam a bandeira da luta antirracista. Pois, para esses órgãos de informação e segurança seu maior inimigo era o Comunismo, e tudo que colocasse a Ordem do país em perigo. Diante dessa perspectiva, a polícia política buscava obter maior conhecimento possível do grande “inimigo”, neste caso, o Movimento Negro, para então cercear toda e qualquer atividade deste.

Apesar das dificuldades encontradas ao longo da sua existência, a população negra buscava articular-se, principalmente na área educacional. Para uma parcela desse povo, e de alguns movimentos negros, em vários momentos representados pelas ações de mulheres negras, a principal arma para combater o racismo e, conseqüentemente, ocupar um lugar na sociedade era através da educação. Essa iniciativa possibilitou a entrada, ainda que mínima, de alguns negros na vida estudantil e no ensino superior, o que ocasionou ainda mais um

²⁹ DEOPS/SP - Departamento Estadual de Ordem Política e Social- São Paulo.

debate sobre as questões raciais em trocas nacionais, estaduais e até internacionais. Essas trocas chegavam aos movimentos em forma de livros traduzidos, debates e apresentações de ideias em encontros, congressos e eventos. E assim as conexões iam acontecendo entre os jovens que traziam fôlego novo à incansável luta dos mais velhos. Como expõe Flávio Carrança no texto *Hamilton Cardoso e o MNU* (2020), publicado no livro *Movimento Negro Unificado: a resistência nas ruas*, organizado por Enio Brauns, Gevanilda Santos e José Adão de Oliveira:

Militante do movimento estudantil, sem vínculos com a vida sociocultural do meio negro paulistano, entrei (eu, Carrança) em contato com discussão da temática racial por volta de 1974, período que participava, junto com Milton Barbosa, de uma gestão no Centro Acadêmico Visconde de Cairu da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP, diretoria integrada em grande parte por ativistas que iriam participar da construção da tendência estudantil Liberdade e Luta, ligada à corrente política do jornal *O Trabalho*. A partir desse contato, conheci Jamu Minka, Rafael Pinto e Wanderlei José Maria, também estudantes da universidade, e passei a receber o jornal *Árvore das Palavras*, fortalecendo vínculos pessoais e políticos que me levariam anos depois a participar do Movimento Negro Unificado. (CARRANÇA, 2020, p.84-85)³⁰

Assim como nos elos e trocas construídos através da educação, a população negra também se conectava a partir do lazer, pois não foi só de lutas e sofrimentos negros que foram constituídas as relações do Movimento Negro:

Um evento que traduzia essa atmosfera era a Feira Hippie, que, no final da década de 1960, começou a ser realizada aos domingos na praça da República, onde pintores, escultores, artesãos, muitos deles negros expunham e vendiam seus trabalhos. O fato é que desses encontros de domingo participavam tanto ativistas mais novos como Hamilton, Ivair dos Santos, Milton Barbosa e Rafael Pinto, quanto gente mais velha, como Solano Trindade, Raquel Trindade, Ciro Nascimento, Odair de Mattos, Jangada e a doutora Maria da Penha. (CARRANÇA, 2020, p.83).

Apesar de estarem em um momento tão violento como o da Ditadura, os integrantes do movimento conseguiam driblar a vigilância e fazer daquele espaço e momento um lugar de muita conversa e troca de informações. Alguns que possuíam mais desenvoltura para leitura e indicavam livros, outros eram bons de oratória e conseguiam trocar conhecimentos com uma linguagem mais acessível. Carrança (2020, p.83) relata que nessas trocas, Rafael Pinto tinha um amigo chamado Aristides Barbosa que indicava leituras de Arthur Ramos, Roger Bastide, ou mesmo alguma coisa de Eldridge Cleaver, James Baldwin. E assim, eles iam tomando

³⁰ CARRANÇA, Flávio. *Hamilton Cardoso e o MNU*. In: BRAUNS, Ennio (org). *Movimento Negro Unificado*. São Paulo: Editora SESC, 2020. Jornalista, diretor do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e coordenador da comissão jornalista pela igualdade racial.

conhecimento da realidade de outros lugares sobre a questão racial, tanto do Brasil quanto fora dele. A feira Hippie, nos anos 1960 e 1970, e outros lugares vão aparecendo como pontos de encontro da juventude negra intelectualizada e progressista, contribuindo para construção de uma identidade negra que transcendia o âmbito nacional, incorporando elementos da diáspora africana, adquirindo através das percepções de outras vivências, como os movimentos pan-africanistas, os ideais da *Négritude*³¹, a lutas pelos direitos civis, e as lutas pelas independências do jugo colonial. Essas ações forneceram elementos que auxiliavam na luta pelo reconhecimento do racismo na sociedade brasileira e fomentavam as ações contra essa imposição social. Apesar do movimento negro ter utilizado dessas e várias outras estratégias para se articular na luta antirracista e pelos direitos da população negra, membros do regime ditatorial buscavam vigiar ainda mais a negritude. Para eles, o Brasil era um país que convivia harmonicamente, sem qualquer indício de racismo, então, não caberia uma luta contra o que não existia. Dessa maneira, a polícia política em forma de repressão buscou enquadrar as ações do movimento negro como infração.

Segundo Karin Sant'Anna Kössling (2007, p. 28), o manual usado pela polícia política também enumerava como crime contra a ordem política e social o “Fazer publicamente propaganda [...] de ódio de raça, de religião ou de classe”, e foi definido como lei sob número 1802, de 5 de janeiro de 1953³². Ou seja, neste quesito, o Movimento Negro se enquadrava como subversivo. Mesmo existindo a repressão, o Movimento Negro conseguiu organizar-se, como vimos, nas trocas de experiências e informações entre grupos negros, militantes de vanguarda e novos integrantes. Amilcar Pereira no artigo *O “Atlântico Negro” e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil* (2007) reforça esta percepção. Segundo Pereira, as articulações conseguem ter mais destaque na década de 1970, o que auxiliou a construção posteriormente do Movimento Negro Unificado:

Logo no início da década de 1970, algumas entidades e organizações se formaram em diferentes partes do país e iniciaram a construção de certa rede de relações que foi fundamental, por exemplo, para a criação do MNU em São Paulo. Em 1971, foi criado o Grupo Palmares no Rio Grande do Sul; em 1972, o Centro de Estudos de Arte Negra (Cecan), em São Paulo; o bloco afro Ilê Aiyê, em 1974, e o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, em 1976, ambos em Salvador; a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba), em 1974, e o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), em 1975, no Rio de Janeiro; em 1975, o Grupo de Trabalho André

³¹ **Negritude:** Negritude (*Négritude* em francês) foi uma corrente literária que agregou escritores negros de países que foram colonizados pela França. Os objetivos da Negritude são a valorização da cultura negra em países africanos ou com populações afro-descendentes expressivas que foram vítimas da opressão colonialista. Ver mais em: <https://www.geledes.org.br/atualidade-%E2%80%A8da-negritude/>

³² **APOLLONIO, L.** *Manual de polícia política e social. São Paulo: Escola de Polícia de São Paulo, 1963.* (3ª Edição), p. 319 apud KÖSSLING, 2007, p. 28.

Rebouças, em Niterói; o Centro de Estudos Brasil-África (Ceiba), em 1975, em São Gonçalo (RJ), entre outros. (PEREIRA, 2007, p.238)

Apesar da existência dessas organizações negras oferecerem a impressão de uma liberdade de organização, expressão e mobilização, os órgãos de repressão passaram a dispensar cada vez mais uma maior vigilância aos movimentos negros, como mostra Kössling:

No Governo Geisel (1974-1978), a repressão voltou-se para os grupos de oposição, reais ou imaginados. A repressão não alcançou somente a luta armada e aos que almejavam lutar pela revolução nacional e social, mas também atingiu a todos os que articulavam reivindicações sociais ou que apenas faziam oposição política, como os diversos movimentos anti-racistas no Brasil. (KÖSSLING, 2007, p. 30)

Neste sentido, percebe-se que, apesar de proporcionar uma progressiva mobilização de vários segmentos sociais, o período do governo Geisel caracterizou-se também pela contradição entre a política oficial de liberalização do projeto de abertura e a ação contínua dos aparatos da repressão política. Kössling (2007, p. 30) afirma que com o governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985) houve a revogação em 1979 do AI-5³³ e da Legislação de Segurança Nacional. E com este clima de “abertura política”, houve novas possibilidades legais para os movimentos sociais e políticos o que, sem dúvida, foi aproveitado também pelos movimentos negros que intensificaram suas campanhas. Foi justamente nesta “abertura política” que as lutas anti-racistas ganharam maior mobilização e se tornou possível a criação do inicial Movimento Negro Contra a Discriminação Racial (MNCDR), que, posteriormente tornou-se o Movimento Negro Unificado (MNU).

O Movimento Negro, assim como tantos outros movimentos sociais da época, questionava a opressão e o autoritarismo, e por conta desses questionamentos o movimento também entrava para o rol das entidades “subversivas”, segundo as instituições repressoras do regime. Apesar de nem todos os movimentos negros debaterem ideias marxistas, a grande maioria foi alvo de vigilância. Nota-se também que a articulação das questões raciais no

³³ O Ato Institucional Número Cinco (AI-5) foi o quinto de dezessete grandes decretos emitidos pela ditadura militar nos anos que se seguiram ao golpe de estado de 1964 no Brasil. Os atos institucionais foram a maior forma de legislação durante o regime militar, dado que, em nome do "Comando Supremo da Revolução" (liderança do regime), derrubaram até a Constituição da Nação, e foram aplicadas sem a possibilidade de revisão judicial. O AI-5, o mais duro de todos os Atos Institucionais, foi emitido pelo presidente Artur da Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968. Isso resultou na perda de mandatos de parlamentares contrários aos militares, intervenções ordenadas pelo presidente nos municípios e estados e também na suspensão de quaisquer garantias constitucionais que eventualmente resultaram na institucionalização da tortura, comumente usada como instrumento pelo Estado.

exterior fizeram com que a polícia política demandasse atenção ao Movimento Negro brasileiro. Como observa Karin Kössling:

Em especial, desde os anos de 1960, foi crescente o debate dos movimentos negros acerca de temas próprios do marxismo-leninismo em particular, em relação às propostas revolucionárias, próprias dos movimentos de independência em Angola e Moçambique e a luta armada dos Panteras Negras, nos Estados Unidos. (KÖSSLING, 2007, p. 37-38)

Os militares acreditavam que as propostas revolucionárias de alguns países do continente africano e a luta armada de grupos negros dos Estados Unidos poderiam influenciar o Movimento Negro brasileiro. Amilcar Araujo Pereira (2010) afirma que houve uma maior interação e circulação de informação sobre a diáspora negra e também sobre as questões negras no exterior. Como se vê, o Movimento Negro Brasileiro ao saber das mobilizações no exterior se solidarizava e essa troca de informações gerava ainda mais desconfianças na polícia política da época. Vale ressaltar que apesar dessas trocas de experiências com as questões raciais de outros países, o Movimento Negro em seu interior trabalhava diversas outras estratégias de mobilizações, que eram adotadas conforme os contextos históricos brasileiro. No entanto, para a polícia política que os mantinha em constante vigilância, toda e qualquer movimentação considerada suspeita os colocavam como subversivos. Os vigilantes não conseguiam entender e perceber a diversidade de lutas e estratégias das organizações negras. E ações como os atos públicos, manifestações contrárias ao preconceito, à discriminação e ao racismo, eram motivo de atenção por parte da polícia política, assim como a divulgação dessas ações por meio da imprensa alternativa era utilizada para denunciar as questões raciais e os problemas sociais brasileiros. O Movimento Negro, além de utilizar do espaço da imprensa alternativa também conseguiu criar jornais próprios, como Kössling informa:

Os movimentos negros obtiveram espaço na imprensa alternativa como a coluna Afro-América-Latina, do jornal Versus, editado entre 1976 a 1979, ou mesmo com a confecção de seus próprios periódicos. Por exemplo, o Jornegro, editado pelas Entidades Afro-brasileiras do Estado de São Paulo, que foi junto com os responsáveis pela sua publicação, foi identificado pelo DEOPS como pertencente à "imprensa alternativa" ou "nanica". (KÖSSLING, 2007, p. 39)³⁴

O regime militar criou algumas leis para conter “o inimigo”, dentro dessas, desenvolveu algumas também em relação às lutas anti-racistas e seu potencial de contestação

³⁴ Anexo A e B– Encaminhamento n. 0393/78 do Ministério da Marinha. Dossiê 50-Z-0- 14920. DEOPS/SP, DAESP apud KÖSSLING, 2007, p. 39.

política. Tal legislação juntamente com pensamento policial e militar analisava as condutas das organizações negras, como foi percebido por Karin Kössling (2007) e também por Amilcar Pereira (2010) em seus estudos como mencionado acima.

Kössling utilizou como fonte além dos documentos do DEOPS/SP, as publicações da Polícia Civil de São Paulo, os manuais da Escola Superior de Guerra e publicações militares. De acordo com suas consultas, a historiadora salienta que o Movimento Negro ao contestar o mito da democracia racial e o “congregamento racial” harmônico no Brasil tornou-se alvo de vigilância e de repressão. Era de interesse da polícia política sustentar o discurso de harmonia racial e social no Brasil³⁵. Ao mesmo tempo, o regime militar buscava trabalhar uma boa política exterior em relação à África, sustentada nesta “democracia racial” brasileira, para isso trazia para esse discurso de sustentação a exaltação das origens africanas na cultura brasileira. E salientavam que por tais motivos o país não era segregacionista como os Estados Unidos ou a África do Sul.

De um modo geral, algumas articulações do Movimento Negro eram alvo de vigilância, repressão e processos investigativos. As ações vigilantes utilizavam de infiltrações, perseguições aos movimentos investigados, por vezes, essas atividades eram documentadas com fotografias ou com relatórios. Tarefas como a distribuição de panfletos tanto do Movimento Negro ou mesmo outros setores que tivessem como temas campanhas contra a violência policial, insatisfação social e governamental, eram motivo de observação e detenção, como foi o caso de Milton Barbosa³⁶ militante, integrante de um grupo de questões raciais dentro da USP³⁷ e fundador do MNU que foi detido para averiguações quando estava panfletando contra a violência policial. Essas e outras atitudes arbitrarias, além dos constantes episódios de racismo por parte da sociedade, despertaram a ideia de luta unificada pela

³⁵ **Harmonia racial** - ver sobre: PEREIRA, Amilcar Araujo et al. " O mundo negro": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 2010. Tese de doutorado disponível no repositório institucional da Universidade Federal Fluminense: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/22402>.

³⁶ **Milton Barbosa** - Nasceu em Ribeirão Preto (SP) em 12 de maio de 1948. Quando tinha três anos, mudou-se com a mãe e com a irmã para o bairro do Bexiga, na cidade de São Paulo, onde foi criado. cursou economia na Universidade de São Paulo (USP), mas não concluiu, e foi diretor do Centro Acadêmico Visconde de Cairu da Faculdade de Economia e Administração da USP, no ano de 1974. Como funcionário do Metrô, foi diretor da Associação dos Funcionários do Metropolitano de São Paulo, Aeamesp, entre 1978 e 1979, que mais tarde se transformou no Sindicato dos Metroviários. Milton, como é conhecido, foi um dos fundadores do MNU, tendo presidido o ato público de lançamento do movimento, no dia 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Em 1982 fez parte do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, quando foi um dos fundadores da primeira Comissão de Negros do PT, na cidade de São Paulo. Foi presidente de honra na Convenção Nacional do Negro em 1986, em Brasília. Ver anexo: PEREIRA, Amilcar Araujo et al. "O mundo negro": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)". 2010. Tese de doutorado disponível no repositório institucional da Universidade Federal Fluminense: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/22402>.

³⁷ **USP** - Universidade de São Paulo.

população negra. Assim sendo, entidades negras foram em busca de melhores condições de vida e, dessa forma, surgiu o Movimento Negro Unificado.

A resistência do Movimento Negro brasileiro no período ditatorial contribuiu para a implantação da ideia de um movimento negro que fosse unificado, forte e disseminado por todas as regiões do país, visando combater o racismo latente na sociedade e, ao mesmo tempo, de alguma forma nos remete ao sentido de diáspora, pela dinâmica de reunir várias lideranças e organizações negras de diversas partes do país, como num mosaico. Foi a partir da emergência de uma resposta aos sucessivos episódios de racismo que ocorria país afora, e principalmente aos que ocorreram em São Paulo, que surgiu a ideia da criação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), onde pudessem articular e unificar em um bloco amplo todas ou a maioria das entidades negras e militantes negros existentes até aquele momento, concomitantemente abrindo as portas para a filiação de outros setores sociais. Essa era a ideia inicial, no entanto, à medida que o planejamento foi se desenvolvendo, outros posicionamentos surgiram, e essa unificação não conseguiu ser totalizada, vale ressaltar que posteriormente à criação do MNU, criou-se seções da entidade em vários estados brasileiros.

Quanto à adesão de entidades negras diversas ao MNU, e até mesmo as do estado de São Paulo, Regina Pahim Pinto (2013, p.330) destaca que Clovis Moura (1983) relata que nem todas as entidades e/ou grupos negros de São Paulo aderiram ao MUCDR, principalmente porque alguns grupos aconselhavam a integração do negro através do exemplo e da persuasão, outros grupos eram reticentes à filosofia do Movimento, e havia também aqueles que a achavam muito radical. No entanto, esse posicionamento de não unificação não ficou restrito apenas ao Estado de São Paulo.

Nem todas as entidades e/ou grupos negros de São Paulo (mesmo as que integravam a Federação das Entidades Afro-Brasileira do Estado de São Paulo) aderiram ao MNU. Principalmente os grupos que preconizavam a integração do negro, através do exemplo e da persuasão, mostraram-se bastante reticentes ou francamente contrários, por considerarem a filosofia do MNU muito radical. (PINTO, 2013, p.330)

Conforme novas estratégias iam sendo elaboradas, o perfil do MUCDR adquiriu novas nuances que refletiram até na denominação do grupo, que posteriormente devido a alguns ajustes e concordância tornou-se Movimento Negro Unificado Contra Discriminação Racial (MNUCDR), e logo após apenas Movimento Negro Unificado, o MNU, segundo Flávio Carrança (2020).

A data escolhida para do ato público da criação do MUCDR foi dia 07 de julho de 1978, na escadaria do Teatro Municipal em São Paulo, no entanto, sua fundação ocorreu no dia 18 de junho do mesmo ano, em uma reunião na sede do CECAN³⁸, como relata Neusa Maria Pereira³⁹, jornalista e umas das integrantes fundadoras da entidade.

O CECAN já era palco da luta travada contra a falácia da harmonia racial brasileira, nele havia debates fervorosos entre os militantes sobre as questões raciais, um desses debates era a respeito do 13 maio, data comemorativa da Lei Áurea, onde o protagonismo estava voltado para a princesa Isabel como redentora e que era também uma das bases da democracia racial. Apesar disso, o 13 de maio é uma data significativa para o povo negro, e a luta naquele momento era para ressignificação da data. Membros do CECAN e outras entidades que partilhavam aquele espaço decidiram lançar um contraponto às festividades daquele ano. Decidiram que iriam para rua denunciar e transformar a data em um dia de denúncia contra o racismo. E assim foi feito, pois segundo Flávio Carrança (2020, p.91), eles organizaram o primeiro ato do Movimento Negro, no largo do Paiçandu. Neste dia, durante as festividades oficiais, a concentração contou com cerca de 1200 pessoas aos pés da escultura da Mãe Preta⁴⁰, e além de ativistas e organizações negras, participaram da manifestação grupos organizados de mulheres, homossexuais e organizações de trabalhadores.

Após a concentração, os manifestantes saíram em passeata pelas ruas do Centro, portando faixas e fazendo coro de palavras de ordem contra o racismo, subemprego, desemprego, a repressão policial e a ditadura. A passeata se dirigiu até o Teatro Municipal, onde houve outra concentração. O ato causou surpresa às autoridades e policiais, que não conseguiram impedir a leitura da primeira carta aberta à população, fazendo um balanço dos mortos pela polícia, denunciando a violência policial e questionando a abolição da escravatura.

Essa iniciativa contribuiu para incentivar a primeira reunião da criação do MNCDR no dia 18 de junho de 1978, no CECAN como relata Neusa Pereira (2020, p.62), tendo por

³⁸ CECAN - Centro de Cultura e Arte Negra.

³⁹ PEREIRA, Neusa. *Nasce o Movimento Negro Unificado: Um salto de qualidade no tempo e na história*. In: BRAUNS, Ennio (org). Movimento Negro Unificado. São Paulo: Editora Sesc, 2020.

⁴⁰ **Mãe Preta:** A expressão “mãe preta” é tradicional. Vem do período em que as escravas negras amamentavam os filhos das mulheres brancas. Para servirem às brancas, eram requisitos que as mucamas fossem bonitas e limpas. Dada a importância social da “mãe preta” e ao significado simbólico de sua figura, nos anos 1920 o movimento negro paulista, liderado pelo jornalista José Correia Leite, diretor de *O Clarin d’Alvorada*, iniciou uma campanha para que fosse erguido um monumento em homenagem às mulheres que foram duplamente mães. “Por um lado cumprindo a missão ditada pela natureza; por outro, obedecendo às imposições do duro regime da escravidão”, dizia outro ativista, o jornalista Aristides Barbosa.

Disponível: <https://www.cedem.unesp.br/#!/documento-da-semana/28-de-setembro---dia-da-gratidao-a-mae-preta/>

objetivo incentivar ainda mais a ampla discussão no Brasil sobre as questões raciais do ponto de vista da população negra, através de ações mais concretas.

Nessa mesma reunião, segundo Flávio Carrança⁴¹ (2020, p.93), Hamilton Cardoso e seus companheiros Milton Barbosa e Rafael Pinto propuseram fazer novamente uma passeata até o Teatro Municipal em forma de protesto contra o racismo, suas problemáticas, e principalmente como resposta ao ocorrido com Robson Silveira, preso, torturado e morto pela Ditadura; e pelo episódio de discriminação racial que aconteceu com os quatro atletas do time juvenil de vôlei do Clube de Regatas Tietê. Para os militantes, o ato de ir para a rua seria grandioso e significativo.

Esta reunião de planejamento contou com a presença de diferentes pessoas de diversos setores ligados às associações negras, culturais, políticas e populares. De acordo com Lourival Aguiar Teixeira Custódio em sua tese de doutorado intitulada de *Um estudo de classe e identidade no Brasil: Movimento Negro Unificado (MNU) 1978-1990* (2017) estiveram presentes nesta reunião:

Representantes de atletas e artistas negros, entidades do movimento negro, como o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN) onde ocorreu a reunião, Grupo AfroLatino América (integrantes do Jornal Versus e do NNS⁴²), Associação Cultural Brasil Jovem, Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, e Câmara de Comércio Afro-Brasileiro, além de várias negras e negros, que naquele momento sentiram necessidade de expressar sua indignação, represada durante os anos de ditadura militar, e desta reunião resultou na criação do Movimento Negro Contra a Discriminação Racial - MNCDR. (PEREIRA, 2013 apud CUSTÓDIO, 2017, p.114)

Para os organizadores esse ato seria importante porque colocava a luta do negro em evidência. Os construtivos além de se atentarem às estratégias que deveriam ser usadas para conseguir a aglutinação e afiliação de organizações negras de outros estados, também deveriam pedir permissão para fazer a manifestação em plena ditadura. Foram orientados a entregar uma carta pedindo permissão ao secretário de Segurança de São Paulo para a realização do ato. E ao mesmo tempo, eles buscaram articular meios de usar a imprensa ao seu favor, mais especificamente a Folha de São Paulo. O jornal deu destaque à criação do

⁴¹ **CARRANÇA, Flávio.** *Hamilton Cardoso e o MNU.* In: BRAUNS, Ennio (org). *Movimento Negro Unificado.* São Paulo: Editora Sesc, 2020. Jornalista, diretor do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e coordenador da comissão jornalista pela igualdade racial.

⁴² **NNS** - Núcleo Negro Socialista

MUCDR, com direito a manchete na capa da edição do dia seguinte, dia 8 de julho de 1978⁴³, como conta Milton Barbosa em entrevista para Amilcar Pereira:

E inclusive tivemos que usar de esperteza: havia setores um pouco mais conservadores meio que querendo pular fora, porque exigiram que a gente fosse entregar uma carta para o secretário de Segurança do estado. A gente percebeu, nesse dia, que a gente tinha que manter aquele setor e tinha que entregar a carta lá para o secretário de Segurança. E elaboramos uma carta meio besta, dizendo que a gente ia fazer uma manifestação para evitar que forças alienígenas... Um tema esquisito. E foi entregue para o secretário de Segurança, que, naquele momento, eu acho que era o Erasmo Dias. Eu dei uma sorte que, no dia, a gente tinha uma reunião com o Boris Casoy na Folha de S. Paulo e eu fui convocado para ir a essa reunião – nós estávamos discutindo o apoio, para sair na Folha de S. Paulo. Então não tive que ir lá pagar o mico de entregar uma cartinha para o secretário de Segurança. Foi uma comitiva, acho que o Eduardo de Oliveira, o Antônio Leite, e foi bom isso porque, nesse contato, em função daquela cartinha, liberaram a praça. Não montaram esquema de repressão. E nós distribuimos a carta à população convocando. (BARBOSA apud PEREIRA, 2010, p.190-191)

Como mencionado por Milton Barbosa, eles confeccionaram uma carta explicando o motivo daquela manifestação, e convidaram a população e vários setores da sociedade paulista e nacional para participarem do ato. Segue abaixo o conteúdo desta carta convocatória para o evento:

*Carta convocatória*⁴⁴ para o ato público contra o racismo:

Nós, Entidades Negras, reunidas no Centro de Cultura e Arte Negra no dia 18 de junho, resolvemos criar um Movimento no sentido de defender a Comunidade Afro-Brasileira contra a secular exploração racial e desrespeito humano a que a Comunidade é submetida. Não podemos mais calar. A discriminação racial é um fato marcante na sociedade brasileira, que barra o desenvolvimento da Comunidade Afro-Brasileira, destrói a alma do homem negro e sua capacidade de realização como ser humano. O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial foi criado para que os direitos dos homens negros sejam respeitados. Como primeira atividade, este Movimento realizará um Ato Público contra o Racismo, no dia 7 de julho às 18:30 horas, no viaduto do Chá. Seu objetivo será protestar contra os últimos acontecimentos discriminatórios contra negros, amplamente divulgados pela imprensa. No dia 28 de abril, numa delegacia de Guaianazes, mais um negro foi morto por causa das torturas policiais. Este negro era Robson Silveira da Luz, trabalhador, casado e pai de filhos. No Clube de Regatas Tietê, quatro garotos foram barrados do time infantil de voleibol pelo fato de serem negros. O diretor do Clube deu entrevistas nas quais afirma as suas atitudes racistas, tal a confiança de que não

⁴³ Ver fotocópia da matéria em: PEREIRA, 2010, p.191. PEREIRA, Amilcar Araujo et al. "O mundo negro": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)". 2010. Tese de doutorado disponível no repositório institucional da Universidade Federal Fluminense: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/22402>.

⁴⁴ **Carta Convocatória** - Assinavam o documento os seguintes grupos e associações: Câmara de Comércio Afro-Brasileiro, Centro de Cultura e Arte Negra, Associação Recreativa Brasil Jovem, Afro-Latino-América, Associação Casa de Arte e Cultura Afro-Brasileira, Associação Cristã Beneficente do Brasil, Jornegro, Jornal Abertura, Jornal Capoeira, Company Soul, Zimbábwe Soul. Nas reuniões seguintes, a primeira se retirou e a segunda começou a se atemorizar com a repressão. De qualquer modo, um grupo de membros do Cegan organizou-se como o Centro de Luta Decisão e levou adiante a ideia de realização do Ato Público. Ao chegar a ocasião do Ato Público, eram as seguintes as entidades e grupos: Afro-Latino-América, Decisão, Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, Brasil Jovem, Capoeira, Atletas Negros e ACBB. (GONZALEZ, 1982: 43,44 apud PEREIRA, 2010 p. 186)

será punido por seu ato. Nós também sabemos que os processos desses casos não darão em nada. Como todos os outros casos de discriminação racial, serão apenas mais dois processos abafados e arquivados pelas autoridades deste país, embora um dos casos tenha a agravante da tortura e conseqüente morte de um cidadão. Mas o Ato Público Contra o Racismo marcará fundo nosso repúdio e convidamos a todos os setores democráticos que lutam contra os desrespeitos e as injustiças aos direitos humanos, a engrossarem fileiras com a Comunidade Afro-Brasileira nesse ato contra o racismo. Fazemos um convite especial a todas as entidades negras do país, a ampliarem nosso movimento. As entidades negras devem desempenhar o seu papel histórico em defesa da Comunidade Afro-Brasileira; e, lembramos, quem silencia consente. Não podemos mais aceitar as condições em que vivem o homem negro, sendo discriminado da vida social do país, vivendo no desemprego, subemprego e nas favelas. Não podemos mais consentir que o negro sofra as perseguições constantes da polícia, sem dar uma resposta.

TODOS AO ATO PÚBLICO CONTRA O RACISMO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL CONTRA A OPRESSÃO POLICIAL PELO FORTALECIMENTO E UNIÃO DAS ENTIDADES AFRO-BRASILEIRAS. (PEREIRA, 2010, p.186)

Diante do planejamento que foi feito na reunião no dia 18 de junho de 1978, e a execução das atividades ao longo dos dias seguintes, foi possível realizar na data marcada o ato proposto. Sendo assim, no dia 07 de julho de 1978, na cidade de São Paulo, em frente ao Teatro Municipal, aconteceu a manifestação dos organizadores junto com representantes de vários grupos de movimentos sociais e negros, como já mencionado, tendo como objetivo principal dar uma resposta aos vários episódios de discriminações raciais ocorridos, com destaque para a discriminação sofrida por quatro garotos do time infanto-juvenil de voleibol do Clube de Regatas Tietê, na Zona Norte de São Paulo, eles foram impedidos de utilizar a piscina do clube, mesmo sendo integrantes da instituição. No entanto, essa mesma piscina era um espaço utilizado por membros brancos; e também pela prisão, tortura e morte de Robson Silveira da Luz, trabalhador, pai de família, acusado de roubar frutas numa feira, que foi preso e torturado no 44º Distrito Policial de Guaianases, vindo a falecer em consequência dos ferimentos decorrentes da tortura (PEREIRA, 2010, p.64; GONZALEZ, 2018, p.163; GONZALEZ, 2020, p. 120; PINTO, 2013, p.325; PEREIRA, 2020, p.62).

De acordo com Flávio Carrança (2020, p. 92) o evento chegou a reunir cerca de duas mil pessoas, em sua maioria negros e negras, concentrados em frente ao Teatro Municipal. Durante a manifestação, uma carta aberta foi distribuída aos presentes e foi lida em coro pelos manifestantes. Esse ato foi visto como mais um passo importante em direção à luta contra o racismo. Segundo Lourival Custódio (2017, p. 115), havia a presença de várias entidades de diversas partes do país, como o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, Centro de Estudos Brasil África, Escola de Samba Quilombos, Renascença Clube, Núcleo Negro Socialista, Olorum Baba Min, Sociedade de Intercâmbio Brasil África (todos estes do estado do Rio de Janeiro); entidades da Bahia enviaram moções de apoio à manifestação; prisioneiros da Casa

de Detenção do Carandiru também enviaram um documento integrando-se ao Movimento, denunciando as condições desumanas em que viviam os presos e o racismo do sistema judiciário e do sistema prisional (Centro de Luta Netos de Zumbi); contou com a presença de personalidades importantes da época para o debate sobre o racismo e a discriminação racial no Brasil, como por exemplo, Lélia Gonzáles e Abdias Nascimento, vozes importante para legitimação da luta contra o racismo, mostrando a grandeza e a importância dessa manifestação.

Lélia Gonzalez reproduziu a carta aberta em seu livro “*O Movimento Negro na última década*”, *Lugar de negro* escrito juntamente com Carlos Hasenbalg em 1982:

“Contra o racismo”.

Hoje estamos na rua numa campanha de denúncia! Campanha contra a discriminação racial, contra a opressão racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, o subemprego e a marginalização. Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da comunidade negra. Hoje é um dia histórico, um novo dia começa a surgir para o negro! Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferências e estamos indo para as ruas. Um novo passo foi dado na luta contra o racismo. Os racistas do Clube de Regatas Tietê que se cubram, pois exigiremos justiça. Os assassinos dos negros que se cuidem, pois deles também exigiremos justiça! O MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL foi criado para ser um instrumento de luta da Comunidade Negra. Este movimento deve ter como princípio básico o trabalho de denúncia permanente de todo ato de discriminação racial, a constante organização da Comunidade para enfrentarmos todo e qualquer tipo de racismo. (...) É necessário buscar formas de organização. É preciso garantir que este movimento seja um forte instrumento de luta permanente da comunidade, onde todos participem de verdade, definindo os caminhos do movimento. Por isso chamamos todos a engrossarem o MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL. Portanto, propomos a criação de CENTROS DE LUTA DO MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, nos bairros, nas vilas, nas prisões, nos terreiros de candomblé, nos terreiros de umbanda, nos locais de trabalho, nas escolas de samba, nas igrejas, em todo lugar onde o negro vive. CENTROS DE LUTA que promovam o debate, a informação, a conscientização, a organização da comunidade negra, tornando-nos um movimento forte, ativo e combatente, levando o negro a participar de todos os setores da comunidade brasileira.

Carta Aberta à População em 7 de julho de 1978. (GONZALEZ, 1982, p. 48-50)

Esta carta, em primeiro momento, buscou verbalizar os principais ideais que fomentaram a criação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR). O nome dado neste primeiro momento foi devido à amplitude que o termo discriminação abarca para além da questão do negro, e do objetivo principal de unificação de todos os segmentos negros. Naquele momento, a intenção era também estar abertos à participação de diversos setores não-negros, pessoas de outros grupos étnicos e religiosos, assim como estava igualmente aberto para uma possível colaboração de movimentos indígenas, embora não

houvesse nenhum indígena participando naquele momento, como destaca Amilcar Pereira (2010, p.188).

Na entrevista cedida a Pereira (2010, p.193), Milton Barbosa disserta sobre a ajuda de pessoas não-negras fora do Movimento Negro, e cita a participação de uma moça judia chamada Mirna Grzich nas preparações do ato junto a eles. Mirna e seu namorado ajudaram a fazer contatos internacionais e com a imprensa.

Após a realização do ato público e a constatação da repercussão alcançada pelo Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, foi realizada em São Paulo, no dia 23 de julho a 1ª Assembleia de Organização e Estruturação Mínima do Movimento. Nesta reunião a palavra “negro” foi inserida, dando nova feição ao agora chamado Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Essa mudança foi importante na medida em que se alterava a visão inicial do movimento. De acordo com Lourival Custódio (2017, p.116), quem sugeriu a inserção da palavra negro foi Lélia González. Alguns membros queriam uma frente ampla que reunisse na pauta todos os “discriminados”, no entanto, a entidade optou por trabalhar a centralização da luta contra o racismo. Diante disso, seria mais viável um trabalho através das entidades e grupos de negros já existentes, e também com os que estavam surgindo pelo Brasil afora, mesmo em um momento de repressão.

Amilcar Pereira (2010, p.193) informa que nesta mesma reunião do dia 23 de julho, além da alteração e significação do nome da organização, decidiu-se criar também uma comissão interestadual para questões burocráticas, como a criação de uma Carta de Princípios e do Estatuto, e programaram para que fossem apresentadas as propostas da carta e do estatuto nas reuniões seguintes. Diante dessas determinações, ficou acordado que haveria um ciclo de assembleias em alguns estados do País, com um planejamento anual de duas assembleias a ocorrerem em duas das cidades mais negras do país: a primeira em setembro, no Rio de Janeiro; e a segunda em novembro, em Salvador. Ambas em 1978.

A criação de uma comissão interestadual que ficaria responsável pela elaboração das propostas de uma “carta de princípios” e do estatuto da organização. Essa comissão interestadual, na verdade, era composta por três paulistas (Hamilton Cardoso, Eduardo de Oliveira e Maria Inês Barbosa) e três cariocas (Amauri Mendes Pereira, Lélia Gonzalez e Vera Mara Teixeira). (PEREIRA, 2010, p.193)

Na assembléia fluminense, que ocorreu em 9 e 10 de setembro no IPCN⁴⁵, no Rio de Janeiro, houve bastante desgaste, segundo a entrevista de Milton Barbosa para Amilcar

⁴⁵ **IPCN** - Instituto De Pesquisa Das Culturas Negras

Pereira. Barbosa afirma que a reunião durou mais de 36 horas, algumas pessoas dormiam, outras iam embora e, apesar de um grande número de presença inicial, no final ficaram apenas de 30 a 40 pessoas. Houve muito debate e disputas internas. Na realidade, o que causava os atritos e o prolongamento da assembleia eram as questões das propostas do Programa de Ação e quais eram as bandeiras; a questão do Estatuto, como seria organizada a entidade e a Carta de Princípios.

Yedo Ferreira,⁴⁶ companheiro de Amauri Pereira⁴⁷, ambos do IPCN, em sua entrevista para Amilcar Pereira, discorrem a respeito das divergências sobre o Estatuto do MNUCDR. Ferreira afirma que, por conta desses desacordos de concepções, houve o rompimento de alguns membros, como por exemplo, o pessoal da SINBA⁴⁸

O estatuto foi que teve um problema sério. A comissão aceitou apresentar o estatuto na assembleia, no dia 9 de setembro. Só que o pessoal de São Paulo, com receio, novamente, de que eu e Amauri quiséssemos ser hegemônicos, já que nós estávamos propondo tudo, resolveram fazer lá um outro estatuto. Quando chegou no dia da assembleia, eles vieram com o estatuto debaixo do braço. Falei: “Espera aí, existia uma comissão que nós aprovamos para discutir o estatuto.” “Não, mas nós aprovamos um outro.” “Tudo bem. Vamos discutir.” O estatuto que nós tínhamos apresentado foi posto em discussão e eles acabaram “passando o rodo”; eu e Amauri fomos praticamente massacrados. Eles propuseram, então, que o estatuto a ser discutido era o que eles tinham aprovado lá em São Paulo. A Lélia concordou, a Vera Mara concordou, o Hamilton também e o Eduardo de Oliveira. Só quem ficou do lado do Amauri foi a Maria Inês, porque ela era muito mais ligada ao Cegan, que tinha um bom relacionamento conosco. Mas o resto ficou contra o Amauri. O Amauri ficou praticamente sozinho para apresentar o estatuto e, com isso, ficou o outro estatuto ao invés do que estávamos apresentando. Tinha uma diferença fundamental entre os dois estatutos. Por quê? O nosso estatuto dizia: o MNU tem que ser mobilizador. No estatuto deles, dizia que o MNU tinha que ser

⁴⁶ **Yedo Ferreira** - Yedo Ferreira nasceu na cidade de Santo Amaro da Purificação (BA) em 27 de agosto de 1933. Quando tinha cerca de sete anos, mudou-se com parte da família para a cidade do Rio de Janeiro, onde foi criado. Foi militante comunista até a década de 1960, quando foi dispensado do seu emprego nos Correios e Telégrafos e acabou se afastando da militância comunista devido à perseguição do regime militar. Por sua experiência como militante de esquerda antes do golpe de 1964, teve grande importância na fundação e na estruturação de entidades do movimento negro na década de 1970, quando foi fundador da Sinba, do IPCN e do MNU. Em 1971 ingressou na faculdade de matemática da UFRJ, mas não concluiu o curso. À época da entrevista integrava o MNU no Rio de Janeiro. Ver anexo: PEREIRA, Amilcar Araujo et al. *"O mundo negro": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)*". 2010. Tese de doutorado disponível no repositório institucional da Universidade Federal Fluminense: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/22402>.

⁴⁷ **Amauri Mendes Pereira**- Amauri Mendes Pereira nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 22 de setembro de 1951. Formado em educação física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1974, foi fundador da Sociedade de Intercâmbio BrasilÁfrica (Sinba) no mesmo ano; foi também redator e dirigente do jornal Sinba, publicado pela entidade de mesmo nome entre 1977 e 1980. Participou da criação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978, em São Paulo, e integrou a direção do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), fundado em 1975, no Rio de Janeiro, em dois momentos: no início da década de 1980 e entre 1992 e 1996, quando foi eleito presidente da entidade. Doutor em ciências sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), à época da entrevista era pesquisador do Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. Ver anexo: PEREIRA, Amilcar Araujo et al. *"O mundo negro": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)*". 2010. Tese de doutorado disponível no repositório institucional da Universidade Federal Fluminense: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/22402>.

⁴⁸ **SINBA** - Sociedade De Intercâmbio Brasil-África.

reivindicativo. E essa discussão, embora pareça uma coisa simples, é uma questão teórica, de princípios. Se ele é reivindicativo, não propõe coisa alguma, fica apenas no âmbito de fazer reivindicações. E nós dizíamos que ele teria que ser mobilizador, na medida em que vimos que ele teria que trabalhar com a massa da população negra. Não simplesmente reivindicar os direitos de uma elite negra – que era o que a gente colocava, na época –, e sim mobilizar a massa da população negra para reivindicar, porque ela está no subemprego, está favelizada... Mas eles não tiveram essa compreensão, não quiseram, não concordaram, passaram por cima. E essa discussão foi que realmente deu o racha. Porque nós tínhamos até como princípio: “O problema do negro brasileiro é o problema da maioria dos negros do Brasil.” Até o Carlos Hasenbalg falava: “Poxa, vocês escrevem uma tautologia.” “Não, nós queremos uma coisa que nós vamos seguir. O problema não é individual, nosso; é um problema da massa da população.” Mas, fomos derrotados. E fomos observar que as nossas propostas, todas elas, eram derrotadas; mesmo aquelas que nós achávamos que estavam mais próximas às deles. Isso nos levou a observar: “Olha, não vai dar pé. O ambiente mudou, começou a divergência.” No próprio dia, alguns se afastaram. E o grupo que ficou defendendo alguns princípios entre os que nós tínhamos apresentado foi eu, Amauri, o Ivair, o Henrique Cunha Jr., os irmãos Wilson e Celso Prudente... Nós ficamos defendendo sozinhos, mas eles eram maioria, então ganharam.

Essas divergências vão minando o objetivo principal que seria a unificação de todas as entidades num bloco hegemônico. A terceira Assembleia Nacional do MNUCDR foi em Salvador e nela ocorreu a aprovação do dia 20 de novembro como o *Dia da Consciência Negra*. Vale ressaltar a importância da luta travada anteriormente pelo grupo Palmares de Porto Alegre desde a sua criação para que o dia da morte de Zumbi dos Palmares (em 1695), ganhasse destaque e passasse a ser comemorado como o Dia da Consciência Negra. Ação que englobaria uma ampla discussão sobre a valorização da cultura, política e identidade negra, e provocava objetivamente uma revisão sobre o papel da população negra na formação da sociedade brasileira, na medida em que deslocava propositalmente o protagonismo em relação ao processo da abolição (13 de maio dia da abolição da escravatura) para a esfera dos negros, tendo Zumbi como referência e recusando a imagem da princesa branca benevolente que teria redimido os escravos (PEREIRA, 2020, p.99).

A assembleia realizada no ICBA⁴⁹ tem um caráter político muito importante, pois como percebemos, além de ter sido um momento histórico pela aprovação do dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra pelos próprios negros, essa homologação se deu na Bahia, local de grande representatividade para o povo negro. É necessário destacar que tal reunião foi feita em um momento da ditadura militar, no final do ano de 1978, no qual ainda vigorava o AI-5, um dos atos institucionais mais letais do período. Segundo Karin SantAnna Kössling (2007, p. 28), é neste contexto propositalmente distorcido que o governo sustentava

⁴⁹ ICBA - Instituto Cultural Brasil-Alemanha

sua repressão ao Movimento Negro, por este mostrar seu descontentamento com a realidade de como os negros eram tratados pela sociedade.

O diretor do ICBA ciente desta realidade brasileira, ainda sim disponibilizou o espaço, mesmo que tal atitude pudesse deixá-lo em situação desconfortável com membros da polícia política e do governo. Edson Cardoso aponta que curiosamente em um território alemão foi homologado o Dia da Consciência Negra. No entanto, o ICBA não serviu apenas de apoio ao ceder o espaço para o MNUCDR da Bahia, por volta dos anos de 1975-1976. O Instituto também disponibilizou uma sala para as reuniões do IPCN do Rio de Janeiro, até que a organização conseguisse ter seu próprio espaço, como relata Yedo Ferreira nas entrevistas concedidas a Amilcar Pereira (2020).

É possível perceber que “a criação MNUCDR” influenciou outras pessoas negras pelo país, trazendo para a cena social a necessidade de se organizar e lutar contra a discriminação. O fato de o MNUCDR fazer assembleias em estados diferentes possibilitou ainda mais sua divulgação e, conseqüentemente, mais pessoas foram tomando conhecimento e tornando-se membros ou criando outros organismos. Houve entidades representando o MNUCDR por diferentes estados do país como o Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Rio Grande do Sul, entre outros, criando assim as seções interestaduais.

Diante da conjuntura do MNUCDR e implantação de suas seccionais pelos país, em setembro de 1979 foi realizado, em Belo Horizonte, o 1º Encontro Nacional, com a proposta de realizar um balanço crítico das atividades desenvolvidas daquele primeiro ano e também para preparar o 1º Congresso Nacional que aconteceria em dezembro do mesmo ano, tendo o Rio de Janeiro como cidade escolhida para sediar o evento, como conta Neusa Pereira (2020, p.65).

Como esperado, nos dias 14, 15 e 16 de dezembro de 1979, foi realizado o 1º Congresso Nacional do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial no Rio de Janeiro. Este congresso também foi um marco histórico para o Movimento. O evento conseguiu reunir delegados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e do Espírito Santo. Foi nesse congresso que o programa de ação foi melhor discutido e ampliado, e, também, foi quando o MNUCDR passou a se chamar Movimento Negro Unificado, o MNU como conhecemos na atualidade. No congresso foi discutido e aprovado o Estatuto, o Programa de Ação, o Regimento interno e a Carta de Princípios. Esta última será utilizada pela dissertação como fonte para analisar o objeto proposto.

A partir dessas mobilizações como Congressos, Assembleias Estaduais, Encontros Regionais, Encontros de Mulheres Negras, Marchas, Encontros Nacional das Comunidades

Negras Rurais, entre outros, ao longo dos anos, possibilitou ao MNU reforçar ainda mais os objetivos propostos em sua criação. Tais como: implantar a organização em vários outros estados brasileiros, propagar entre os membros e a população as intenções da entidade, como o combate ao racismo, a luta contra a discriminação racial, o preconceito e toda forma de opressão existente na sociedade, buscando mobilizar e organizar a população negra para lutar pela sua emancipação política, econômica, social e cultural. E, ao elaborarem e tornarem pública a Carta de Princípios, essas questões levantadas ganharam destaque entre o povo preto, que passou a ter cada vez mais consciência racial e perceber que as mazelas imputadas a eles, como as discriminações raciais veladas, as péssimas condições de vida, os subempregos, o desemprego, as condições subumanas dos presídios (onde a massa carcerária é sua grande maioria negra), a exploração da mulher negra, entre as tantas outras questões, são resultados direto da política de tratamento racista dispensando ao povo negro.

A Carta Princípios foi escrita depois do ato de criação do MNU, após alguns congressos e debates. Foi formada uma equipe preliminar para confeccioná-la, junto à carta também foi criado o Estatuto⁵⁰ e o Programa de Ação⁵¹ da entidade. Esses documentos foram realizados por um conjunto de pessoas das várias seções do MNU de diversas partes do país, o que remete a um contexto diaspórico, como já mencionado.

A preocupação do MNU em seguir lutando pelas reivindicações contidas na Carta de Princípio foi primordial para continuar a se organizar e seguir na luta. A carta ainda tão atual reproduzida abaixo encontra-se no site do MNU- Nacional juntamente com o Regimento Interno e o Programa e Ação:

Carta de Princípios - MNU⁵².

Nós, membros da população negra brasileira – entendendo como negro todo aquele que possui na cor da pele, no rosto ou nos cabelos, sinais característicos dessa raça -, reunidos em Assembléia Nacional, CONVENCIDOS da existência de: discriminação racial;

- Marginalização racial, política, econômica, social e cultural do povo negro;
- Péssimas condições de vida;
- Desemprego;

⁵⁰ **Estatuto do MNU -**

<https://mnu.org.br/mnu/>

e

https://mnu.org.br/wp-content/uploads/2020/07/ESTATUTO_DO_MOVIMENTO_NEGRO_UNIFICADO-compactado.pdf

⁵¹ **Programa de Ação -** <https://mnu.org.br/mnu/>

e https://mnu.org.br/wp-content/themes/flawless-child/docs/programa_de_acao.pdf

⁵² **Carta de Princípios.** Disponível no site do Movimento Negro Unificado Nacional: <https://mnu.org.br/mnu/>
<https://mnu.org.br/wp-content/uploads/2020/07/CARTA-DE-PRINC%C3%8DPIO-MNU-1.pdf>

Acesso: 26/03/2020

- Subemprego;
- Discriminação na admissão em empregos e perseguição racial no trabalho; condições sub humanas de vida dos presídios;
- Permanente repressão, perseguição e violência policial;
- Exploração sexual, econômica social da mulher negra;
- Abandono e mau tratamento dos menores, negros em sua maioria;
- Colonização, descaracterização, esmagamento e comercialização de nossa cultura; mito da democracia racial.

RESOLVEMOS juntar nossas forças e lutar por defesa do povo negro em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais através da conquista de: maiores oportunidades de emprego;

- Melhor assistência à saúde, à educação e à habitação;
- Reavaliação da cultura negra e combate sistemático à sua comercialização, folclorização e distorção;
- Extinção de todas as formas de perseguição, exploração, repressão e violência a que somos submetidos;
- Liberdade de organização e de expressão do povo negro;

E CONSIDERANDO ENFIM QUE:

- Nossa luta de libertação deve ser somente dirigida por nós
- Queremos uma *nova* sociedade onde *todos* realmente participem
- Como não estamos isolados do restante da sociedade brasileira

NOS SOLIDARIZAMOS:

- Com toda e qualquer luta reivindicativa dos setores populares da sociedade brasileira que vise a real conquista de seus direitos políticos, econômicos e sociais;
- Com a luta internacional contra o racismo. POR

UMA AUTÊNTICA DEMOCRACIA RACIAL!

PELA LIBERTAÇÃO DO POVO NEGRO!

Neste capítulo optei por fazer a primeira análise sobre a questão levantada: *Movimento Negro Unificado e representações: onde estão as mulheres negras?*, através da fonte da Carta de Princípios. Ao começar a análise da Carta é possível notar o detalhamento de toda a realidade da população negra inscrita nas reivindicações. E não somente na Carta, mas em todos os documentos aqui apresentados, desde a Carta Convocatória, a Carta Aberta, o Estatuto, o Plano de Ação até a de Princípios, percebe-se a preocupação que o MNU externalizava estava voltada para os amplos problemas pelos quais a população negra era submetida, porém, não era nenhuma novidade, na realidade tais pautas também estiveram em

presente em outras organizações e continua como esteio da luta da população negra por uma vida digna.

Ao olhar para as pautas da Carta na atualidade, percebe-se que O MNU conseguiu atingir alguns objetivos concretos na área educacional, como a implantação da lei 10.639/03⁵³, que trata da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas. No entanto, vale ressaltar que outras entidades negras em outros períodos também levantaram essa bandeira da importância de uma educação voltada também para história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, sendo assim, é importante salientar esses passos que vieram antes, novamente parafraseando Jurema Werneck. Porém, a concretização dessa ação só foi acontecer mais à frente do recorte temporal proposto aqui. Mesmo assim, não posso deixar de ressaltar a importância dessa conquista, juntamente com as contribuições para a implantação de políticas de ações afirmativas. A luta é contínua para que a lei seja realmente aplicada e que traga frutos.

O MNU continua na luta pelo fortalecimento do campo democrático, pela luta dos trabalhadores e pelos povos oprimidos. E, para isso, o Movimento continua a afirmar sobre a necessidade de investir no conhecimento da população, na melhoria da vida desses, por empregos dignos, pelo direito à vida da população negra, a maior vítima do genocídio brasileiro. A entidade também continua a luta para que a população negra possa ser livre, e que a essa parcela da sociedade não fique à mercê de grupos econômicos que manipulam a área da educação, da comunicação, da política, da saúde etc. Para Amilcar Pereira (2010), a organização tem se fortalecido e lutado nos últimos quarenta anos com representações em vários estados do país, e cuja formação pode ter sido responsável pela difusão da noção de “Movimento Negro” como designação genérica e coletiva para diversas entidades e ações construídas a partir do momento da sua criação.

E foi a partir de percepções como essas que corroboram na escolha do título sobre onde estão as mulheres negras no Movimento Negro Unificado. Uma vez notório a grandeza dessa organização, e da sua luta pela população negra como um todo, nota-se que ao traçar um panorama sobre a criação e primeiros passos do MNU, as informações, as referências estão mais centradas em homens e em estudos feitos pelos mesmos.

⁵³ **Lei 10.639** é uma lei do Brasil que estabelece a obrigatoriedade do ensino de "história e cultura afro-brasileira" dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio. Também estabelece o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra no calendário escolar. Foi promulgada em 9 de janeiro de 2003 pelo presidente da época Luís Inácio Lula da Silva. Lei completa disponível:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10639&ano=2003&ato=431MTTq10dRpWTbf4>
Acesso: 26/03/2022

Diante disso, decidi fazer um levantamento sobre o lugar da mulher negra no interior do MNU no período escolhido de 1978 a 1982, ou seja nos primeiros anos da organização. Ao longo da pesquisa a fim de sanar tal questionamento e hipóteses sobre esse lugar, percebi que as mulheres negras estavam presentes no MNU, em forma de pauta na carta reivindicatória, na imprensa do MNU e também na criação de um núcleo feminino. Diante dessa observação, optei por fazer uma análise primeiramente da Carta Princípio neste capítulo e logo após no próximo analisar a participação delas na imprensa do MNU e no Grupo de Mulheres Negras da unidade do MNU/BA, lembrando que tais questões serão tratadas dentro do recorte temporal de 1978 a 1982. E como mencionado no capítulo um, utilizarei das noções de interseccionalidade para dar conta dessa empreitada.

Sendo assim, começarei pela análise da Carta como uma das fontes desta pesquisa. Ao verificar o seu conteúdo é possível perceber que as reivindicações e pautas contidas atendiam de uma forma geral, os objetivos da população negra como um todo, exceto uma que se dirigia especificamente às mulheres, e dizia respeito à luta contra a exploração sexual, econômica e social da mulher negra. Mas, ainda que levantada tal pauta, é importante mencionar que as mulheres possuíam também outras reivindicações, e lutavam por um atendimento com maior efetividade no interior do Movimento Negro, como aponta Sueli Carneiro em entrevista à revista Marie Claire, em 2018⁵⁴. Para a filósofa, as mulheres negras buscaram se organizar para conseguirem consolidar alguma solicitação no interior do Movimento Negro. “Eles tinham o mesmo problema das feministas: só enxergavam a questão raça, sem considerar o gênero. Essa contradição foi objeto de crítica das mulheres, que transformaram questões como a saúde em prioridades”. (CARNEIRO, 2018)⁵⁵. E como alternativa para o atendimento de suas demandas, as mulheres negras se organizaram e, assim como as outras mulheres em outras entidades do passado, elas também criaram núcleos próprios e mais tarde passaram a fazer parte do Movimento de Mulheres Negras.

É ainda mais necessário perceber que a organização não deu as costas para as mulheres negras, tendo em vista que suas lutas são as mesmas da população negra e as outras pautas também são estendidas a ela. Porém, apesar disto, é possível também fazer algumas

⁵⁴ CARNEIRO, S. (04 de dezembro de 2018). Sueli Carneiro revê a trajetória feminista e de luta contra o racismo em livro. *Mulheres no Mundo*. (A. F. SILVA, Entrevistador) Globo - Revista Marie Claire. [online] Disponível: <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2018/12/sueli-carneiro-reve-trajetoria-feminista-e-de-luta-contra-o-racismo-em-livro.html>. Acessado em: 23/04/2021

⁵⁵ CARNEIRO, S. (04 de dezembro de 2018). Sueli Carneiro revê a trajetória feminista e de luta contra o racismo em livro. *Mulheres no Mundo*. (A. F. SILVA, Entrevistador) Globo - Revista Marie Claire. [online] Disponível: <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2018/12/sueli-carneiro-reve-trajetoria-feminista-e-de-luta-contra-o-racismo-em-livro.html>.

colocações e apontamentos, a partir da realidade das mulheres negras, que podem ser vistas no pensamento e estudos de intelectuais negras e que sempre estiveram na linha de frente e elas traduziram em estudos como percebiam as mulheres na sociedade e no interior do movimento.

Ao debruçar sobre a Carta de Princípios como fonte, percebemos que o levantamento feito acerca de uma pauta direcionada exclusivamente para Mulher negra, no tópico sobre o combate à “*Exploração sexual, econômica social da mulher negra*”. Na medida em que o MNU vai se desenvolvendo em prol da luta negra, a preocupação sobre a questão da mulher também era uma causa que foi se ajustando às reivindicações da organização, mas tal movimentação ficava mais a cargo das mulheres negras da entidade. Ao apurar a pauta do combate da ‘Exploração sexual, econômica e social da mulher negra’ percebemos que é possível pensar como tem sido as representações das mulheres negras na sociedade brasileira e o porquê essa demanda merece destaque. Desse modo, utilizei dos estudos de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, pois acredito que por tratar de estudos que encaixem de forma mais objetiva e com exemplos diretos desses lugares de exploração sexual, social e econômico que a mulher negra é submetida. A articulação que as autoras trazem sobre as questões acerca da mulher negra na construção da sociedade brasileira auxiliam na análise da pauta em questão, e também entender como procuraram tratar alguns dilemas no interior do movimento.

As percepções sexuais, sociais e econômicas podem ser vistas nos escritos de Gonzalez (1981), no que refere à exploração da mulher negra brasileira. A autora parte de três “imagens”, todas atribuídas a um mesmo sujeito, a mulher negra: a mulata, a doméstica e a mãe preta. Essas representações negativas/depreciativas estão presentes na articulação entre o racismo e o sexismo, e acabam por colocar as mulheres em lugares contra os quais é preciso levantar a bandeira de combate, como a pauta da Carta propõe. Gonzalez apresenta uma síntese da construção da mulher, que se estende ao seu povo e também à sociedade:

E a mulher negra, qual a sua situação enquanto escrava? Em termos populacionais, sabe-se que o elemento masculino, sobretudo na região das minas, foi predominante entre a escravaria. Entretanto, o sistema não suavizou o trabalho dessa mulher. Encontramo-la também em duas categorias de freitas: a trabalhadora de eito e a mucama. E o que percebemos é que, em ambas situações, coube-lhe a tarefa de doação de força moral para seu homem, seus filhos ou seus irmãos de cativeiro. [...] Enquanto escrava do eito, ninguém melhor do que a mulher para estimular seus companheiros para a fuga ou a revolta, uma vez que, trabalhando de sol a sol, subalimentada e, muitas vezes, cometendo suicídio para o filho que trazia no ventre não tivesse o mesmo destino que ela. [...] Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “*livre*” das

sinhazinhas. E isto sem contar com as investidas sexuais do senhor para iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes. Desnecessário dizer o quanto eram objeto de ciúme rancoroso da senhora. Após o trabalho pesado na casa grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos, etc., quase mortos de fome e cansaço. Foi em função de sua atuação como gmucama, que a mulher negra deu origem à figura da *Mãe Preta*”, ou seja, aquela que efetivamente, ao menos em termos de primeira infância, [...]cuidou e educou os filhos dos senhores. (GONZALEZ, [1983] 2018, p. 211).

A partir dessa citação percebe-se que, apesar de ter passado o período escravocrata, a autora afirma que essas imagens permanecem no imaginário brasileiro, alimentadas por estereótipos sobre o comportamento da mulher negra, e a contínua representação simbólica desta sempre associada à cama e à cozinha (no linguajar vulgar, cama e mesa). Segundo Cardoso (2012), “mulata” e “doméstica” seriam derivações de mucama, denominação usual no período escravista, originada “do quimbundo *mu'kama* “amásia escrava”, a partir da visão de Lélia:

No contexto brasileiro, foi oficialmente redefinida, passando a ser conceituada por “escrava negra moça e de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família e que por vezes era ama-de-leite” (GONZALEZ, 1983, p. 229 apud CARDOSO, 2012, p.128).

Essas definições vão se perpetuando e se adequando à atualidade, porém com novas roupagens à medida que o racismo vai se reinventando, contribuindo para a permanência da mulher negra em situações degradantes, injustas e violentas. A mulata que no passado também fora mucama, neste novo viés lhe foi atribuída, além do resultado da mestiçagem, a exploração sexual e mercantilista, sendo representada como mercadoria. Nessa ‘atribuição’, a mulher negra passa a ser produto de exportação, exótica, carnavalesca e lasciva, e está associada, principalmente, aos tons de pele, quanto mais claro for, melhor.

A mucama também trouxe sua generalização na imagem da mãe preta que se mistura com a imagem de doméstica na atualidade, pois permanecem as atribuições vinculadas ao período escravista e ao exercício de funções vinculadas à casa. É aquela que deve se dedicar a servir a sociedade branca e a classe média (por vezes sexualmente também) com resignação, passividade, subserviência, principalmente, diante das situações de violência e opressão, além de ser sempre simpática, amorosa etc. Afinal, ela é quase da família. No entanto, para exercer esse papel de ‘quase da família’ ela precisa abrir mão dos cuidados da sua própria família, dos seus filhos, perpetuando um ciclo de servidão às famílias brancas e abastadas. E essas mesmas famílias esperam pela continuação de subserviência de outras famílias negras. Quando estas

decidem ou conseguem romper esse ciclo, são desencorajadas por aqueles que querem manter seus privilégios. A função deste estereótipo reside em negar o agenciamento das mulheres negras, ou seja, a sua existência histórica, porque independentemente da classe social e profissão sempre são vistas como serviçais. Essa condição da mulher apresentada por Lélia Gonzalez fincada no passado e que se estende até a atualidade se completa com os apontamentos feitos por Sueli Carneiro a respeito da situação econômica da mulher negra da década de 1970.

Carneiro no texto *Mulher Negra* ([1985], 2018), traz uma perspectiva sobre a evolução da situação socioeconômica das mulheres negras brasileiras na “Década da Mulher” iniciada com a “Conferência do Ano Internacional da Mulher”, realizada no México, em 1975. Logo de início, Carneiro já deixa explícito que a precariedade dos dados estatísticos do PNAD⁵⁶ existentes sobre a população negra, e em particular sobre a mulher negra, dificulta uma análise mais precisa acerca da situação da mulher negra brasileira. Carneiro destaca que na década de 1970, em que o Movimento Feminista Brasileiro produziu, embora em âmbito menor, pesquisas e estudos de caso sobre a mulher, o mesmo não abrangeu as mulheres negras nem o censo oficial, muito menos as pesquisas do movimento, uma vez que o quesito cor não foi incorporado de maneira sistemática nessas atividades.

Diante desses obstáculos, Carneiro (2018) optou por utilizar dados secundários do DEISO - Departamento de Indicadores Sociais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), esses são dados da população economicamente ativa, são referentes ao IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, e são separados por partes cor, sexo, grupos ocupacionais e rendimento médio mensal, para conseguir mapear a situação socioeconômica das mulheres negras brasileiras.

Desse modo, ela buscou fazer estudos representados por tabelas, por cor, sexo sobre a situação educacional (instrução), mercado de trabalho, rendimentos, consequências políticas/ideológicas e dentro desse espectro ela ainda trabalhou subclasses das classes predominantes, abrangendo primeiramente o estado de São Paulo e depois estendendo para o país. Como esperado as mulheres negras sempre estiveram na base da pirâmide, quanto a instrução:

Quando considerados os mesmos dados para o país, temos que quase 50% da população negra brasileira se encontra em estado de semianalfabetismo, contra 25% de brancos, e 15,3% de amarelos, em igual situação. O grosso da população negra, seja em São Paulo, seja no Brasil, se concentra, em termos de instrução, na faixa de

⁵⁶ PNAD- Pesquisas Nacionais de Domicílios.

0 a 4 anos de estudo, praticamente inexistindo nas faixas de escolaridade equivalente ao nível universitário. Nos níveis médios de instrução, por volta de 18,5% dos negros em São Paulo e 13,6% no Brasil, têm de 5 a 11 anos de estudos comparados com 28% dos brancos em São Paulo e 25% no Brasil, 39,7 % dos amarelos em São Paulo e 41% no Brasil. (CARNEIRO, [1985], 2018, p.18)

Quando Sueli Carneiro avalia os diversos níveis de instrução por cor e sexo, as desigualdades entre sexos, os níveis de educação mostram-se menores que as desigualdades raciais. No grupo branco, as diferenças entre os sexos variam de 0 a 3%; já no grupo negro as variações ficam por volta de 0 a 5% e nos amarelos de 2 a 5%. Nos anos de estudos das mulheres em termos de Brasil mostrava que quase 50% das mulheres negras brasileiras tinham de 0 a 1 ano de instrução. Entre 1 a 4 anos de estudos fica em torno de 38,5 %, de 5 a 8 para anos cai para 9,4%, de 9 a 11 anos 2.8 % e 12 anos ou mais (estudo equivalente ao grau universitário o percentual ficava a menos de 1%. Ou seja, quase 90% das mulheres negras brasileiras só chegam a atingir até 4 anos de instrução, comparando-se com 69,8% das mulheres brancas e 51% das amarelas (CARNEIRO, [1985], 2018, p.23).

No mercado de trabalho, as funções ocupacionais escolhidas pela filósofa foram: ocupações de agropecuária/extrativa vegetal e animal, indústria de transformação/construção civil e prestação de serviços. Tais ocupações concentravam 66,1 % da mão-de-obra negra em São Paulo e 70,6 % no país. Esses dados demonstram que o lugar do negro na estrutura operacional do país, ou seja, em atividades com menor remuneração com exigências de baixa escolaridade. Sueli Carneiro (2018) traz uma tabela com funções administrativas e a posição da população negra não muda muito. E apresenta outra tabela com variadas funções entre as mulheres brancas, negras e amarelas e novamente revela o acesso diferenciado no mercado de trabalho, segundo a cor, novamente a mulher negra é destinada aos setores com baixos salários, a prestação de serviços domésticos, e um número insignificante na estrutura nobre da tabela. Diante desse panorama apresentado, podemos deduzir que a mobilidade da mulher negra no período pesquisado se deu praticamente no setor primário para o baixo-terciário (seria a terceirização hoje). Na categoria rendimentos, os comparativos não foram diferentes, aos negros ficou evidente que tinham a maior participação na faixa de rendimentos inferior (até um salário mínimo) tendo discrepância até mesmo na ocupação por mulheres brancas e negras.

A partir do que Sueli Carneiro e Lélia Gonales trazem, a mulher negra não participa no processo produtivo como os demais grupos (homens e mulheres brancos, homens e mulheres amarelos, homens negros), situada na base da hierarquia social, penalizada em relação a oportunidades e mobilidade na estrutura ocupacional. E que apesar dos grandes

avanços estas ainda se encontram tendo que lutar para combater as explorações econômicas, sociais e sexuais que lhes são impostas. Carneiro (2018, p.59) deixa claro que o estudo feito referente à década da mulher⁵⁷ não possuía abrangência que possibilitava detectar a situação da mulher negra em outros aspectos inerentes a sua sobrevivência, ainda assim, poderia concluir ou inferir diante do exposto que a elas também estava relegada a precariedade da saúde, da habitação, da propensão de moradia em favelas das grandes cidades, no entanto, diante de nossa realidade brasileira percebemos que mesmo esses elementos não sendo elencados na década da mulher em 1970-1980, tais complexidades ficam no eixo da permanência e continuidade.

Sintetizando o que essas intelectuais expuseram sobre as mulheres negras, é possível perceber que no decorrer do tempo, no passado, na representação na cultura, no mercado de trabalho, nas relações sociais as mulheres negras continuam em sua grande maioria na base da hierarquia social. Também é necessário observar, como considera Lélia Gonzalez, que houve no início da retomada das lutas anti raciais com a criação do MNU um alerta para uma demanda até então não considerada e um novo ator político a afirmar sua identidade, a mulher negra como sujeito político. Dessa forma percebe-se a importância de levantar uma pauta específica em uma carta que reivindica melhores condições para a população negra e em consequência, para mulher negra. Estas mulheres sempre estiveram presentes no campo de batalha também.

Quanto à categoria das consequências políticas/ideológicas, as autoras levantam as questões da complexidade da problemática de ser mulher negra na sociedade brasileira, a partir da intersecção, levando em consideração as questões decorrentes do racismo e do sexismo. Lélia González alerta para a insuficiência da sociedade para erradicar o racismo nela existente e também pontua a necessidade de se levantar também a pauta de reprodução do machismo da população negra. Neste último caso, as mulheres negras têm buscado como alternativa criar departamentos femininos nas diversas entidades negras (CARNEIRO, 2018, p. 40-41), para ocupar espaços e conscientizar a população sobre a opressão causada pela tríplice opressão destinada às mulheres negras a partir dos marcadores sociais (sexismo, racismo e classe).

⁵⁷ **Década da Mulher** - Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher e instituiu os anos de 1975 a 1985 como a Década da Mulher em todo o mundo. Ver mais em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>

A dimensão discursiva sobre gênero, por si só, não dá conta de explicitar trajetórias de mulheres que vivem em sociedades multirraciais como a brasileira. A realidade da mulher negra contribuiu em alguns aspectos sobre a percepção do seu lugar, tendo como pano de fundo a tríplice opressão/interseccionalidade. A complexidade das encruzilhadas existentes na vida de mulheres negras tenta apresentarem um significado estabelecido pela dimensão racial nos estudos sobre relações de gênero e classe, pois possuem significados particulares no seu interior. As questões levantadas sob o viés da interseccionalidade possivelmente abrem algumas possibilidades de respostas. As formas de ser e estar no mundo para as populações negras podem ser interpretadas como um quebra-cabeça, em que peças, como ancestralidade, tradição oral, memórias, experiências, heterogeneidades, pertencimentos se completam. E nessas pertenças articular-se o ser mulher, estar mulher, através da teoria e prática de estudos que dêem conta do ser mulher negra.

CAPÍTULO III - MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO: OCUPANDO ESPAÇOS

Afro: Você que desenvolveu um excelente trabalho no MNU, o que acha do papel da mulher negra nesses movimentos. Ela tem ajudado de alguma maneira?

Lélia Gonzalez: Tem sim, tranquilamente. Você vê que temos figuras como Luiza (MNU-BA), Zelita e outras companheiras que trabalham firme. Nós temos efetivamente um papel decisivo. Se percorremos várias capitais brasileiras encontraremos mulheres de garra e participação atuando no MNU. E em outras entidades também, como Abigail Rocha que é presidente da IBCN⁵⁸ na Bahia, temos Cristina, no Olodum. Um dado interessante é que no Brasil temos hoje em dia três grupos de mulheres negras organizadas, que é o da Bahia com as mulheres do MNU, o Nzinga do Rio de Janeiro e o Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo. (GONZALEZ, [1985], 2018, p.261)

Ao longo da pesquisa e escrita dessa dissertação foi possível perceber a participação e a importância das mulheres nas organizações negras, em especial no MNU. A citação acima de Lélia Gonzalez ao jornal Afro não deixa dúvidas, e as percepções descritas anteriormente também corroboram para essa narrativa. Ao perceber a importância das mulheres no Movimento Negro brasileiro, nota-se também que existem algumas particularidades, reivindicações, demandas que são restritas à mulheridade, sendo assim, questiona-se se foram e como foram tratadas essas questões pelas entidades negras, neste caso em específico, o MNU.

É de conhecimento de todos que a prioridade em algumas organizações negras foi e é a questão racial e suas complexidades. No MNU não foi diferente em seus primeiros anos; a questão racial de modo geral também era a principal frente de luta. Mas é possível notar que, a questão de gênero nas pautas. Quando analisamos uma das fontes, a Carta de Princípios, nota-se que esta abriu um espaço específico em suas reivindicações no tocante às mulheres negras. No entanto, além dessa reivindicação específica, as mulheres buscaram também tratar questões pertinentes a elas, que necessitavam de um maior empenho que nem sempre o Movimento Negro tinha como prioridade atendê-las em determinados momentos.

Desse modo, as mulheres negras buscaram encontrar estratégias para sanar minimamente essa ausência pontual nesses espaços. Sendo assim, as estratégias usadas pelas

⁵⁸ **IBCN** - Instituto Brasileiro de Ciências Náuticas - Única referência encontrada sobre essa sigla. E também não encontramos nenhuma associação desta com Abigail Rocha.

mulheres negras no MNU seria sua presença na imprensa da entidade e, também, na articulação de núcleos femininos criados no seu interior, como por exemplo, o Grupo de Mulheres do MNU (GM/MNU-BA) em 1981.

Ao situarmos o lugar da mulher negra no interior do Movimento Negro Unificado é possível perceber a identidade da problemática decorrente do racismo e das questões gerais colocadas pelo sexismo. Os marcadores sociais, como ⁵⁹ sexismo, racismo e classismo, excluem as mulheres negras delineando seu lugar na sociedade, e, ao mesmo tempo, impulsionam questionamentos quanto a essa posição social de subalternidade que é imposta pela tríplice opressão, conceito trabalhado por Lélia Gonzalez, que se constitui, segundo a autora, no cruzamento de opressões destinadas às mulheres negras ao longo de suas vidas. A partir das colocações da autora, percebi que existe uma preocupação sobre o lugar de inferiorização dada à mulher negra, pois esta permanece como o setor mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, e constitui a tríplice opressão (mulher, negra e pobre). Os estudos nessa perspectiva possibilitam a interpretação do conceito contemporâneo de interseccionalidade.

É importante ressaltar que a construção do pensamento de mulheres negras está centrada na recuperação da sua história, e em sua reinterpretação, a partir de uma nova estrutura teórica construída em oposição aos paradigmas tradicionais, revelando suas contribuições em diversas áreas do conhecimento, no enfrentamento político ao racismo, ao sexismo e ao heterossexismo através de uma perspectiva interseccional.

A representatividade entre as mulheres negras fortaleceu as dinâmicas de lutas para a conquista de inserção em vários espaços, ainda que os ocupando gradativamente por consequência de ações e entraves de uma sociedade racista e patriarcal, que também reverberava no interior do Movimento Negro e, no recorte da pesquisa, o MNU. No entanto, a partir dos trabalhos de mulheres negras que vieram antes de nós, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Neusa Pereira da Silva, entre outras, conseguimos aprofundar hoje as questões levantadas neste trabalho, a respeito das perspectivas das mulheres negras e o onde estavam no interior do MNU.

Ao delimitar o lugar que as mulheres negras estão situadas na sociedade, como foi feito na análise da fonte Carta de Princípios, é possível perceber a interpretação sobre os fenômenos que o racismo, sexismo e a classe impõem a elas. Enquanto o racismo se constitui

⁵⁹**Marcadores sociais:** são construídos numa composição de signos e fronteiras, que produzem definições, sentidos, parâmetros para ações e valoração do mundo, coerentes para quem compartilha seus significados. Mas, durante o fluxo da vida cotidiana esta construção não está necessariamente exposta à primeira vista, nem se coloca como categorias fixas.

de forma sintomática a neurose cultural brasileira, o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular (GONZALEZ, 2018), e a classe limita seu acesso ao mercado de trabalho e também sua mobilidade social.

A partir da Carta de Princípios, seguirei traçando o que podemos entender como ocupação de espaços pelas mulheres negras no MNU: sua participação na imprensa da organização e a criação de um núcleo próprio no interior do Movimento, trazendo assim possíveis respostas à indagação levantada: Movimento Negro Unificado e representações: onde estão as mulheres negras?

Como já apresentado no capítulo dois desta dissertação, o MNU teve o ato de sua criação em São Paulo, porém, assim como na sua criação houve várias vozes de diversas entidades negras do país, em sua construção também. Foram feitos vários congressos Brasil afora, criaram delegações interestaduais para organizar e representar as atividades do MNU, além de se criar seções em vários estados brasileiros, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Maranhão, Espírito Santo, Salvador entre outros, estes eram representados por delegados. Desse movimento surgiu o MNU-BA

Tanto o Boletim Informativo Nêgo quanto a criação do GM-MNU/BA (Grupo de Mulheres Negras do MNU-BA), ambos gerados da seção MNU-BA, se deram alguns anos após os primeiros passos da criação do MNU. Optei por apresentar o Boletim primeiro para que se possa ver, gradualmente, a germinação da ideia e desabrochar do GM nas páginas do jornal. Assim, o período 1978-82 fica um pouco expandido e se lança um olhar para o MNU-BA, devido a essa especificidade do Grupo de Mulheres Negras, tão importante para o escopo dessa dissertação, para a compreensão do lugar das mulheres no MNU.

3.1 A imprensa do MNU e as Mulheres

Como a intenção é perceber os lugares que as mulheres negras ocuparam e ocupam junto ao MNU, além da observância feita na Carta de Princípios, também optei por trazer a perspectiva dessa realidade através da imprensa negra usando os primeiros números do Boletim Informativo da entidade como fonte e, a partir disso, fazer uma análise sobre essa demarcação de espaço que as mulheres negras conseguiram ocupar. A imprensa negra se constituiu como um dos instrumentos utilizados pelos negros brasileiros para uma chamada ao debate público sobre sua realidade e também sobre o racismo existente no país. As entidades negras através da criação de jornais próprios buscavam mostrar as reivindicações, demandas, batalhas e vitórias pelo uso da esfera pública, pois, na maioria das vezes, estes não eram anunciados por

outros meios de comunicação. Notadamente, essa mídia ocupa papel importante na discussão sobre identidades, e ela pode, ao mesmo tempo, disseminar, reforçar, construir e desconstruir as imposições de uma identidade branca hegemônica não condizente com a realidade do povo preto. Diante disso, é possível perceber que as mulheres negras e a participação delas na imprensa da Organização contribuíram no constructo do MNU em seus primeiros anos.

A organização do MNU como praticante da filosofia de se construir novas perspectivas identitárias resolveu, em julho de 1981, após três anos de sua fundação, lançar-se também no mundo da imprensa negra, desse modo foi inaugurado em sua seção interestadual na Bahia um informativo chamado: *NÊGO: Boletim informativo do MNU-BA*. A respeito da escolha do nome Florentina Souza (2006, p.202) salienta que, ao ser perguntado sobre a nomenclatura em uma entrevista, Jônatas Conceição⁶⁰ disse que o nome teria sido escolhido pela conotação afetivo-carinhosa que a expressão *Nêgo* possui em contextos informais no Recôncavo Baiano. No entanto, na perspectiva de Souza, a utilização do termo pode também estar ligado a uma tentativa de ressignificação da palavra, retirando desta o sentido pejorativo a muito empregado.

O Boletim conta com 22 edições entre os anos de 1981 a 1992. Composto por duas edições anuais nos anos de 1981, uma edição em 1982, duas edições anuais entre 1983 a 1989, no ano de 1990 não houve edição, no ano de 1991 houve duas edições, houve uma em 1992 e, por fim, duas em 1993. Apesar da segunda edição não ter data, tudo indica que seria no mesmo ano de 1981, devido às semelhanças características com as demais edições, como por exemplo, as matérias voltadas para a comemoração do dia da consciência negra, o que leva a pensar que esta edição teria como data os últimos meses do dito 1981.

Segundo Florentina da Silva Souza, no livro *Afro-descendência em Cadernos Negros e o Jornal do MNU*, de 2006 (p.203-204), jornal podem ser divididos em três fases: a primeira entre julho de 1981 e outubro de 1986, nesta primeira fase é publicada onze edições como periódico da Bahia e com o nome de *Nêgo - Boletim do MNU- Bahia*. A segunda fase tem início em maio de 1987, o boletim passa a se chamar *Nêgo - Jornal Nacional do Movimento Negro Unificado* passa por um aumento na tiragem e a edição fica por conta das seções nacionais da entidade, mas a redação e distribuição continuam sendo feita pela seção baiana. E a terceira e última fase que começa a partir de maio de 1989, também há uma mudança no

⁶⁰ **Jônatas Conceição:** Foi poeta atuante no Movimento Negro da Bahia, professor de Língua portuguesa, radialista, diretor e co-ordenador do Projeto de extensão Pedagógica do Bloco Afro Ilê Aiyê, em 1976. Além disso, publicou em vários periódicos, tais como a revista O Saco, de Fortaleza, na qual publicou o conto “Minha Missão”; o jornal A Tarde em que saiu o conto “Margens Morto”, depois republicado no volume 10 da série Cadernos negro. Falecido em 03 de abril de 2009.

Ver mais em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/291-jonatas-conceicao>

nome e o periódico passa ser chamado de *Jornal do Movimento Negro Unificado*, continuando dando prioridade aos princípios e objetivos de combate ao racismo. Os exemplares do boletim encontram-se disponíveis no site *NEGRITOS*⁶¹.

Os textos apresentados neste boletim tinham como temas os interesses da população negra, a situação da mulher, carnaval, religiosidade, trabalho, saúde, denúncias de racismo, denúncias de violências policiais, entre outros assuntos. Também divulgava atividades culturais promovidas por diversas entidades negras de Salvador e não apenas do MNU. Além de anunciar eventos, congressos e encontros das organizações negras, possibilitava a divulgação e convidava a participar e algumas vezes nas próximas edições havia relatos de como teriam ocorrido tais eventos. As edições possuem em média oito a doze folhas e tiragem de pelo menos três mil exemplares, como aponta Florentina Souza (2006), este boletim foi:

Apresentado em formato duplo de ofício com média de oito folhas número e uma tiragem de três mil exemplares, contando com a participação de militantes e simpatizantes do movimento, o periódico publica matérias e informações sobre os mais diversos temas de interesse da população afro-descendente na Bahia, como racismo, história, situação da mulher negra, saúde, trabalho, religiões, carnaval e violência policial contra negros e mestiços, entre outros assuntos. (SOUZA, 2006, p.201)

A intenção do MNU era que o jornal estivesse ao alcance da população negra de forma mais acessível possível, no entanto, como toda atividade sem fins lucrativos, existem as dificuldades financeiras em se manter, e diante dessa realidade, a comissão optou por buscar alternativas para driblar a falta de recursos econômicos. Uma das formas encontradas foi através da publicidade. Podemos encontrar anúncios de diversos segmentos comerciais: gráficas, lanchonetes, livrarias, papelarias, restaurantes, que vão aparecendo gradativamente, à medida que os números do jornal são publicados, porém nem todas as edições apresentavam anúncios.

De modo geral, o *Boletim Informativo Nêgo* e, posteriormente, apenas *Nêgo*, em sua primeira fase, buscou dar destaque a uma produção da intelectualidade afro-brasileira interessada em participar dos debates sobre identidade brasileira, cidadania, racismo, vida cultural e política. Essa prática além de abarcar os interesses de toda população negra, pôde também ser direcionada às mulheres da organização, de forma a dar destaque para suas lutas e

⁶¹ **Site Negritos** - Este site é fruto de um projeto de pesquisa de memória, comunicação, educação e resistência, com o propósito de fortalecer a memória negra que construiu o Brasil. Como parte desse objetivo, o projeto *NEGRITOS* visa contribuir para a disseminação da importância da imprensa negra para que possamos alcançar nossas histórias e registrar as vozes daqueles que chegaram antes de nós. Este projeto é coordenado pela Profa. Dra. Martha Rosa F. Queiroz, professora de história da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Disponível em: <<http://negritos.com.br/>> Acesso em: 23/10/2020.

traçar estratégias de atendimento às suas demandas. Com o decorrer dos anos, o objetivo do jornal vai sofrendo algumas mudanças:

[...] Tais como a releitura dos resultados e consequências da abolição da escravatura no Brasil, a denúncia da opressão continuada aos negros, contestação da violência policial contra negros e mestiços e a corrosão da estereotipização negativa do grupo étnico. Inicialmente as matérias são curtas, utilizam linguagem menos elaborada, acessível a um leito de formação intelectual média. Entretanto, a partir de 1986 e principalmente quando se torna um periódico nacional, os textos tornam-se mais extensos, e a ênfase recai sobre questões políticas diretamente ligadas à eleição de candidatos negros e a participação de afro-brasileiros nos partidos políticos. Os textos voltam-se para discussão e análise de teorias e propostas de combate ao racismo e a exclusão do negro nos vários setores da sociedade, principalmente nos campos da política. São debatidos assuntos como patrimônio cultural afro-brasileiro, influências e determinações do conceito de raça e de classe no desenho das relações raciais no Brasil e estratégias de viabilização da efetiva atuação do negro nas decisões da vida política do país. (SOUZA, 2006, p.203)

Essas pequenas mudanças continuam contribuindo no direcionamento do conhecimento do passado histórico dignificante para negro, a fim de alterar a imagem inferiorizada que a há séculos vem sendo construída e reproduzida pelo discurso ocidental, como relata Souza (2006). O *Nêgo* construiu uma estética nas capas do editorial para despertar no leitor interesse pelos temas que eram considerados fundamentais para a entidade. Com uma linguagem mais dinâmica ao levantar questionamentos que atingiam a população diariamente.

Como o recorte temporal escolhido para ser trabalhado nesta dissertação é de 1978 a 1982, concentrei a análise das edições restritas a este período, no entanto, como o jornal teve seu lançamento em 1981, e neste ano houve apenas duas edições e no ano de 1982 apenas uma, então transbordei para as duas próximas edições de 1983, para um melhor posicionamento do estudo sobre o lugar ocupado pelas mulheres negras no interior do MNU e, conseqüentemente, como as suas pautas foram abordadas, buscando dessa forma encontrar as respostas na análise dessas edições sob as perspectivas das contribuições femininas e dos temas de mulheridade.

Ao examinar o conjunto dessas cinco edições, percebi entre as matérias os seguintes temas: matérias voltadas para as mulheres negras como aconteceu no lançamento da primeira edição e tema sobre a mulher, como a comemoração do dia Internacional da Mulher por uma perspectiva feminina negra, e, apesar de não haver assinatura, no último parágrafo, a autora se colocou no texto dando a impressão de ter sido escrito por uma mulher; uma entrevista com a

atriz Zezé Mota, e essa também não era assinada. Ana Célia da Silva⁶² assina uma matéria, mostrando a participação das mulheres nessa inauguração da imprensa do MNU. Apesar disso, em sua maioria, as edições seguiram o *script* da metodologia da imprensa como um todo, e o destaque ficaram a cargo dos colunistas masculinos. De modo geral, as matérias eram voltadas para a comunidade negra como um todo. Sobressaindo nessa atividade a preocupação com a consciência e letramento racial, principalmente através da educação. Em todas as cinco edições analisadas, há várias matérias sobre o dia da consciência negra, a história de Zumbi, a existência do Quilombo de Palmares, houve também uma predominância pelas matérias carnavalescas, além de indicações de livros sobre questões raciais e de livrarias onde pudessem encontrar, algumas vezes até mencionaram os preços.

À medida que as edições foram publicadas, novas colunas eram inseridas, passou a ter mais espaços para denúncias de violências contra a população negra, denúncias de episódios de racismo, como foi o caso do estudante nomeado como Lima⁶³. É sabido que o discente sofreu racismo em uma aula de direito penal na Universidade Católica de Salvador, ato cometido pelo ex-desembargador e então professor Francisco Pondé Sobrinho, não havendo mais informações a respeito. Nesta mesma edição, houve uma matéria sobre a extinção do GEP (Grupo Especial de Prevenção), unidade ligada à DIVOP (Divisão de Operações Policiais da Secretaria de Segurança Pública), em que o autor faz uma ligação das operações e o genocídio da população negra. Os atos violentos desses órgãos desencadearam manifestação de várias organizações, dentre elas o MNU, pedindo o seu fim. Inaugura-se, assim, essa abordagem mais direta a respeito dos episódios de racismo sofrido pela população negra.

Havia, ainda, de um modo geral, uma predominância de matérias sobre os blocos negros e afoxés, além de reportagens com duras críticas em relação à educação (formal) que negligencia momentos históricos importantes para a população negra, como a história do Quilombo do Palmares, Zumbi, a Revolta da Chibata e a Revolta dos Malês. Outras reportagens têm temas bastante pertinentes ao MNU, como, por exemplo, a apresentação de seu histórico, a explicação sobre o que é o MNU, e o objetivo da sua criação e, ainda, como está organizado na Bahia. Algumas seções também são inauguradas ao longo desses cinco editoriais: a coluna que aborda documentos importantes e a reprodução de alguns deles, chamada de *Documentos do MNU*; a coluna *Fala Criolo* que tem por objetivo trazer

⁶² **Ana Célia da Silva**- Ana Célia é liderança do movimento negro há mais de quatorze décadas. Pedagoga de formação, mestre e doutora na área de Educação pela Universidade Federal da Bahia. É também uma das fundadoras do GM - Grupo de Mulheres do MNU.

⁶³ Ver mais em: Segunda edição do Boletim Informativo Nêgo: <http://negritos.com.br/2019/01/15/nego-no-2/>

entrevistas e apresentação de temas e pessoas importantes da comunidade negra e se estende até a última edição; a coluna *Informe* que traz informações sobre eventos negros sendo do MNU ou não; essas são algumas colunas estreadas no Boletim.

Quanto às capas do Nêgo dessas cinco edições analisadas, duas estamparam Zumbi de Palmares: uma foi ilustrada com elementos do Continente africano, uma trouxe a Miss Afoxé e a capa do primeiro boletim apresentou um texto explicativo sobre o porquê da criação de um jornal do MNU.

Já o debate e participação de mulheres, ainda que tímido, pode ser percebido nessas primeiras cinco edições analisadas. Em um total de nove aparições entre matérias, poesias, poemas, reportagens, entrevistas, com a temática sobre as mulheres negras, três tiveram a assinatura de Ana Célia, duas matérias tiveram a assinatura do GM-MNU/BA, três estão sem assinatura e uma apesar de ter tema de mulheridade é assinada por Wilson Santos. Houve dois poemas publicados, um de autoria de Ana Célia da Silva, integrante do MNU e do GM, e outro foi assinado por Inaldete Pinheiro de Andrade⁶⁴, importante membra do MNU/PE, uma das fundadoras do Movimento Negro na região e participante de organizações da sociedade civil voltadas para a defesa dos direitos humanos; seu poema era intitulado de *O poema da Volta* e aparece na nova coluna da terceira edição chamada Cultura: As músicas e os poemas Negros.

Como mencionado anteriormente, o nome de Ana Célia da Silva esteve presente em três matérias, *Treze de maio: Abolição?; Para não esquecer...; “Miss” Bahia*; e no poema chamado *Negro*, todos serão tratados logo adiante. Ana Célia só voltou a assinar outra matéria novamente em 1988, na décima quarta edição sobre estudos africanos. Ana Célia é liderança do movimento negro há mais de quatro décadas. Pedagoga de formação, mestre e doutora na área de Educação pela Universidade Federal da Bahia, é também uma das fundadoras do GM - Grupo de Mulheres. Desde a década 1970, quando ingressou no MNU, Ana Célia tem sido uma referência na luta contra o racismo no Brasil. E, a partir daí, vem desenvolvendo trabalhos que dialogam com referenciais das Africanidade e das relações étnico-raciais. É pioneira em publicações que versam sobre discriminações das populações negras nos livros

⁶⁴ **Inaldete Pinheiro de Andrade** - Nasceu em 1946, na cidade de Parnamirim-RN. cursou Graduação em Enfermagem e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Foi uma das fundadoras do Movimento Negro na região e participa de organizações da sociedade civil voltadas para a defesa dos direitos humanos. É pesquisadora e militante, filiada à União Brasileira de Escritores (UBE), tem em seu currículo a produção de mais de uma dezena de livros, alguns ainda inéditos.

Ver mais em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafr/autoras/297-inaldete-pinheiro-de-andrade>

didáticos nacionais. Atuou por mais de vinte anos no magistério e, em 1994, tornou-se professora da Universidade do Estado da Bahia na qual se aposentou.

Ao tratar das questões das mulheres pela visão do jornal, a intenção de saber sobre o levantamento de pautas, demandas ou reivindicações e como foram tratadas no MNU foi sanada na medida em que se pode observar a participação de mulheres negras como autoras de matérias e/ou como temas. Quanto às assinaturas das matérias, como dito acima, houve algumas de autoria de Ana Célia, mas a partir da quarta edição observei que as assinaturas sobre temas de mulheres vinham em nome do Grupo de Mulheres do MNU/BA, isso ocorreu até a décima edição, mas nas seguintes havia assinaturas de mulheres em matérias, mas não do grupo em si, foi o exemplo da edição número 12 de 1987, na coluna *Fala Criolo*, nela há uma matéria dividida em quatro opiniões sob assinatura feminina a respeito da situação da mulher negra e o que ocorreu a ela nos noventa e nove anos pós abolição. Essa matéria é assinada por Nádia Nóbrega, professora de dança; Valdina Pinto também professora; Silvia Black, militante do Centro Cultural Negro do Maranhão e pela Valdecir Santos membra do GM da Bahia e também era da comissão executiva Nacional do MNU.

Gostaria de ressaltar também que ao analisar as edições, principalmente as cinco primeiras, diante do que foi analisado percebe-se que o lugar da mulher esteve muitas vezes à margem. Apesar de notar uma predominância levantada pelas edições do jornal no que se refere às pautas das mulheres, uma concentração em debates acerca da saúde da mulher, mais precisamente sobre a reprodução (contraceptivos, aborto, etc.). Ao analisar o conjunto, apesar de não ser o foco da dissertação, percebi que em um total dessas 22 (vinte e duas) edições, seis edições não abordaram as pautas das mulheres, sete escreveram a respeito de aborto e meios contraceptivos, uma edição fala sobre a sexualização da mulata, três edições trazem entrevistas com mulheres de nomes importantes no movimento negro - Zezé Mota, Beatriz do Nascimento e Lélia Gonzalez - e três traziam como pauta as mulheres na política. Depois dessa exposição geral, passarei a essas participações femininas e temas nas cinco primeiras edições do *Boletim Informativo Nêgo* como parte de uma das respostas quanto ao lugar da mulher negra no MNU.

Como metodologia para essa análise, trarei primeiramente as fotocópias das matérias sobre/e assinada por mulheres, separadas por edições, logo após apresentarei a análise da matéria junto ao tema e quem a assina, tentando perceber esse lugar da mulher negra, a participação e afins.

3.1.1 Primeira edição Boletim Informativo- julho de 1981

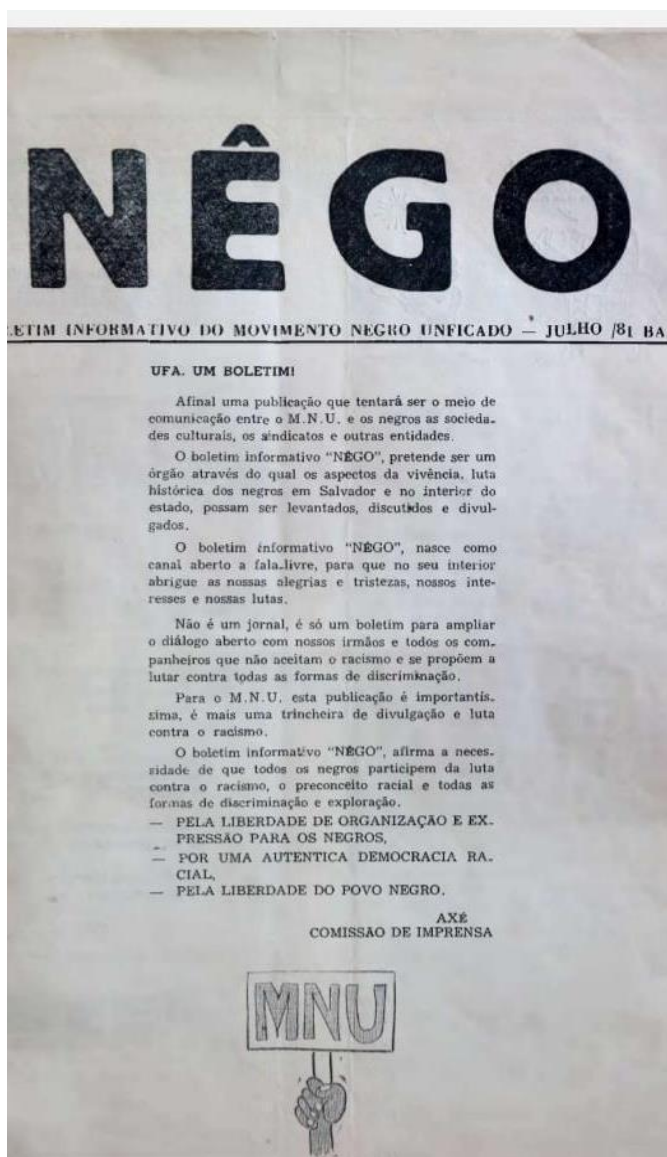


Fig.01 - Capa da primeira edição



Fig.02 - Matéria assinada por Ana Célia

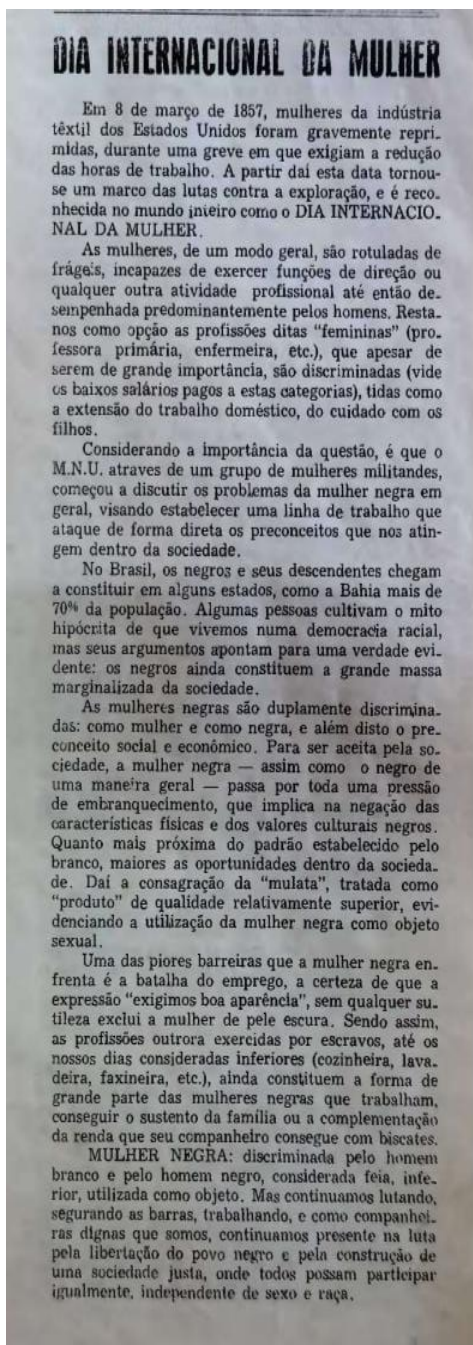


Fig 03- Matéria sobre as mulheres e sem assinatura.



Fig.04 - Entrevista com Zezé Motta sem assinatura.

Logo na primeira edição, o *Boletim Informativo Nêgo* optou por trazer uma capa auto-explicativa sobre o motivo da criação de uma publicação negra própria. Anunciando que este seria um meio de comunicação entre o MNU e os negros e a sociedade como um todo; e que essa comunicação se daria através do histórico de luta da população negra contra as mazelas imposta a esse povo. Ao fim convida a todos para essa nova empreitada. Apesar da riqueza

das várias chamadas contidas nessa edição, estas ficarão para análises futuras quando o intuito for analisar a imprensa do MNU. Como vimos, a partir das fotocópias, nessa primeira edição, houve chamadas para temas sobre a mulher, entrevista de uma atriz ícone à época, e vemos a assinatura de uma matéria a respeito das questões negras.

A primeira matéria que trago sob o aspecto de assinatura ou tema sobre as mulheres é uma matéria assinada por Ana Célia da Silva. A militante se apresenta como uma das fundadoras do MNU/BA, fundadora do Grupo de Trabalho de Educação chamado *Robson Silveira da Luz* e também como as pessoas que faziam o jornal *Nego* em uma entrevista cedida ao canal do projeto *Negritos*, depositado na plataforma do YouTube.

Na matéria do boletim a professora fala da comemoração do 13 de maio, dia da abolição, tecendo críticas a respeito da realidade negra diante da lei Áurea e das duas outras leis que a antecederam, a Lei do sexagenário e a do Ventre livre. A militante reforça que ambas as leis beneficiaram muito mais os senhores de escravos e que os próprios escravizados. Também pontua como essas leis reverberam na realidade do povo negro de outrora e também da atualidade, reforçando o que vem sendo dito ao longo dessa dissertação sobre os nossos passos virem de longe. Tudo caminha com a ancestralidade do povo preto, coisas boas e as partes ruins, também.

Dessa forma, Ana Célia observa que a lei do Sexagenário trouxe vantagens para o senhor de escravizados, uma vez que ele não precisaria ter obrigações com os mais velhos, descartando-os como objetos quando chegassem à velhice. E sobre a lei do Ventre Livre Ana Célia destaca que esta que fazia libertos os filhos das escravizadas, no entanto, assim como os sexagenários, também os deixavam desamparados tanto pelo senhor quanto pelo Estado. O senhor de escravizados acabava sendo favorecido, pois ficava isento de suas obrigações para com seus escravizados depois de anos de mão de obra gratuita e, no caso dos beneficiados pela lei do Ventre Livre, continuavam a lhes servir com a anuência do Estado, uma vez que estes poderiam ficar sob a tutela desses senhores, continuando sem qualquer direito à liberdade, à educação à vida digna e à cidadania. Para finalizar, Ana Célia reflete sobre as impossibilidades de vida digna dos negros antepassados e seus descendentes frutos de políticas de exclusão para eles e de favorecimento para os imigrantes.

Essa preocupação da militante com a questão do negro e da educação pode ser notada ao longo de sua vida e também de sua carreira profissional. Sendo professora com graduação em pedagogia desde 1968, e também com mestrado em 1988 e o doutorado um pouco mais tarde em 2001, porém continuando na educação. Ana Célia também fez curso de Especialização em Introdução aos Estudos Africanos em 1986 pelo Centro de Estudos Afro-

orientais e aumentando sua vasta experiência na área de educação. Tornou-se especialista em estudos dos Currículos Específicos para Níveis e Tipos de Educação, concentrando em temas como: estereótipos em relação ao negro no livro didático de Língua Portuguesa das séries iniciais, desconstrução, representação social do negro nos livros didáticos de Língua Portuguesa das séries iniciais e educação das relações étnico-raciais.

Quando olhamos para nossas mulheres negras na atualidade, percebemos como a presença dessas leis permanece na sociedade brasileira. A Lei do Sexagenário pode ser percebido na questão dos trabalhos domésticos, muito ainda informal, onde nossas mais velhas dedicam quase toda a vida a cuidar dos patrões, dos filhos e casas destes, e muitas vezes na velhice ficam desamparadas. Ainda que a formalização da PEC das domésticas tenha sido estabelecida em 2015, ela ainda é bem jovem, e muitas patroas mantêm os serviços prestados pelas mulheres negras na informalidade.

Quanto à Lei do Ventre Livre e a atualidade, ventre não tão livre, que continua servindo mão de obra barata para a elite, e as mulheres continuam sendo negligenciadas pelo Estado, através da falta de políticas públicas que atenda os seus filhos.

A segunda matéria com a temática feminina é sobre a comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Ao que tudo indica, parece ter sido escrita por uma mulher, devido às vezes que se colocou no texto através do gênero feminino, informou rapidamente sobre e como surgiu esse dia. Depois faz uma reflexão sobre a mulher negra e como esse dia não a contempla devido às suas especificidades. A autora desconhecida também traz algumas breves considerações do MNU e seu olhar para as questões femininas, porém, deixa destacada que tais ações estavam sendo articuladas por um grupo de mulheres negras, o que pode ser associado ao embrião do futuro GM-MNU/BA.

São trazidos questionamentos sobre a realidade da mulher negra na vida social, profissional e termina trazendo apontamentos sobre a solidão e preterimento da mulher negra, porém sutilmente, ao abordar a respeito do lugar mercantilizado e sexualizado dado a mulata, o que torna ainda mais pejorativo quando traz a palavra *exportação*, *Mulata tipo exportação*, remetendo à histórica forma de se remeter à mulher negra como objeto e como um “artigo, com reconhecida facilidade de se comercializar as mulheres negras. Nesta matéria é possível também perceber as encruzilhadas que atingem as mulheres negras numa perspectiva de tripla discriminação, direcionando para as noções dos princípios da interseccionalidade, mostrando como essas percepções já estavam presentes nas discussões das mulheres negras antes mesmo da sua cunhagem acadêmica.

Mais ao final do boletim, a última matéria e a terceira com temática feminina é uma entrevista com a atriz e cantora Zezé Mota, que já era uma expressão da comunidade negra à época. Nesta entrevista não se tem assinatura e nem indícios que teria sido feita por uma mulher.

Em um total de oitos perguntas, Zezé Mota fala sobre o sentimento gratificante de voltar à Bahia, local de grande referência negra para ela, e também ser sempre bem recebida neste estado. A atriz é questionada sobre como é ser uma artista negra em um país com uma representatividade branca tão massiva, e Zezé, então, responde que é imensa a dificuldade do negro ingressar e se manter na área artística, e cita como exemplos as profissões de atores ou cantores, enquanto o primeiro recebe apenas pequenos papéis e pontas na dramaturgia, aos cantores negros existe uma imposição por apenas um estilo de música: o samba. Mas a atriz também reforça que, apesar de todos os percalços, o povo negro tem em sua essência a criatividade e é sempre bom no que faz e acaba driblando os obstáculos pelos caminhos.

Caminhos trilhados por todos os artistas negros são cheios de obstáculos, para o ator e atriz exista a obrigatoriedade de fazer papéis irrelevantes ou pontas, não podendo jamais existir como família ou mudar sua estrutura sócio-econômica; para o cantor ou cantora existe a imposição do samba como único setor musical onde o negro pode exercer sua musicalidade. Temos, enquanto negros, uma explosão de criatividade e naturalmente estes aspectos limitam muito os caminhos do artista negro (Trecho da entrevista cedida ao Boletim Informativo NEGO, julho de 1981).

Ao ser levantada a questão da consciência racial e a classe artística negra, o (a) entrevistador (a) (pois nesta matéria, ao contrário da anterior, não se consegue distinguir se foi homem ou mulher quem a entrevistou), quis ouvir de Zezé sobre o que ela pensava a respeito de como a comunidade negra poderia auxiliar nesse quesito. A atriz responde que existia uma dificuldade de aproximação entre a classe, as bases comunitárias e as organizações negras e, segundo ela, a falta de apoio para com eles, principalmente quando sofrem algum episódio de racismo, e que o ideal seria que houvesse um entrosamento maior entre o Movimento Negro, em especial o MNU e os artistas negros, pois estes últimos como tinham acesso ao público e a imprensa mais estreito e se os discursos fossem mais uniformes entre eles, o efeito seria melhor.

Zezé Mota também fala sobre suas conquistas enquanto mulher negra atuante no mundo artístico, sobre o bom relacionamento com outros artistas, mas também comenta sobre a sua infância e adolescência e como a repressão sexual deste período a encorajou, na fase adulta, a uma maior liberdade sexual. Porém, devido a uma crescente atenção a sua condição de mulher negra livre sexualmente despertou alguns posicionamentos conflitantes tanto nela

internamente quanto nas comunidades negras que apontavam uma associação entre a objetificação e a sexualização da beleza negra e os papéis desempenhados por ela. Quanto a essa associação, Mota respondeu:

Bem, esta explosão de "Gostosura" e sensualidade ocorreu depois do filme "Xica da Silva"[1976] quando se começou a dizer que eu era a mulher "Sexy" do ano e que eu era bonita etc. Procurei a professora Lélia Gonzalez, minha amiga e conselheira, e lhe contei o que estava acontecendo, dos grilos que estavam pintando na cabeça das pessoas. Chegamos à conclusão que a questão possuía dois lados: o da negra que estava sendo vista como Objeto Sexual pura e simplesmente, e o da negra sendo vista como Padrão de Beleza num País em que o modelo de beleza é o padrão ariano, e que deram uma chancezinha à mulata. Sempre negaram qualquer concurso de beleza ou estética à mulher negra. Esta questão, portanto, tem aspectos negativos e aspectos positivos e também me deixa encucada pois além da luta contra o racismo, sou contra a repressão sexual. Este meu posicionamento em palco está contido em minha personalidade, modo de expressão. Mas se o MNU acha que esse comportamento em cena pode passar uma imagem negativa para a Mulher Negra e que isso pode desviar a atenção do público de meu talento e postura política, estou disposta a pensar nisso com carinho, sendo que isso não pode acontecer de repente. (Trecho da entrevista cedida ao Boletim Informativo NEGO, julho de 1981).

Ao analisar essa primeira edição, como já mencionado acima, apesar de contemplar as mulheres negras nessa inauguração da imprensa negra do MNU, apenas a primeira matéria tem assinatura e é da integrante Ana Célia. A segunda, apesar de estar sem assinatura alguns indícios mostram que pode ter sido escrita por uma mulher, já a terceira matéria que é a entrevista de Zezé Mota, essa além de não estar assinada, não se consegue perceber o gênero de quem escreveu. Essa análise leva a perceber que na visão geral do Boletim a mulher e sua temática não estiveram de fora. Apesar de não trazer reivindicações diretas, o saldo é positivo, pois apresenta ao menos três menções relacionadas às mulheres.

3.1.2 Segunda edição do Boletim Informativo, sem data⁶⁵

⁶⁵**Sem data** - Essa edição do Boletim não tem data, mas tudo indica que esta edição seja de novembro ou dezembro devido ao número de matérias sobre o dia de novembro e sobre Zumbi de Palmares.

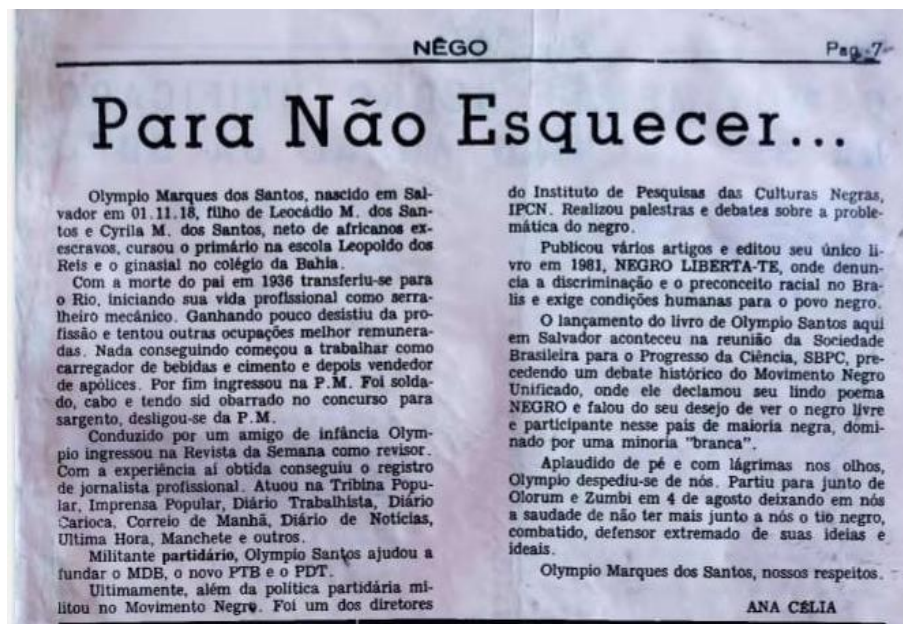


Fig 01- Matéria assinada por Ana Célia

Nesta edição, além de não apresentar a data, também não houve matéria sobre a mulher negra ou sobre suas demandas. Houve apenas uma homenagem póstuma feita por Ana Célia para Olympio Marques, militante do Movimento Negro, partidário, fundador de alguns partidos políticos, ex-diretor do IPCN, palestrante e escritor.

Ana Célia relembra o lançamento do livro de Olympio Marques em Salvador, na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, onde, segundo a ativista, tal evento ofertou um debate histórico do Movimento Negro Unificado. Ana Célia ainda relata que o ativista declamou um lindo poema e falou sobre a esperança de uma vida melhor para os negros. Marques foi aplaudido de pé com lágrimas nos olhos. Termina informando o dia de sua passagem e agradecendo pela pessoa que ele foi.

A observação feita é que, ainda que não se tenha alguma matéria ligada diretamente ao tema mulheres, houve a participação de uma, mesmo que seja com uma pequena matéria, mas de grande importância, que pode ser percebida pela escrita que Ana Célia dispensou a comunicar a morte de alguém importante para o Movimento Negro.

Assim como na edição anterior, conseguimos perceber essa sutileza presente no lugar à margem destinado às mulheres negras em todos os espaços, até mesmo em sua comunidade. Ao analisar essa edição com uma única matéria é possível perceber que as estratégias de inserção das mulheres, ainda que em pequenos passos, são relevantes para que se possam se fazer presentes. Essa edição apesar de não ter a data expressa, tudo indica que ela foi lançada nos últimos meses do ano, por concentrar uma parte considerável de matérias sobre o dia da

consciência negra e seus desdobramentos. Esse fato pode ter determinado a falta de matérias direcionadas às mulheres, porém, ainda assim, teve uma pequena participação feminina, com só uma assinatura de mulher, a de Ana Célia. Não se deve, apesar disso, deixar de problematizar a concentração de assinaturas masculinas no editorial.

3.1.3 Terceira edição do Boletim Informativo - março de 1982

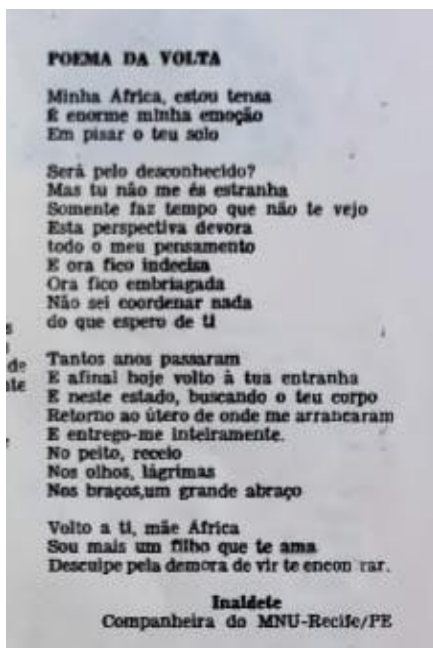


Fig 01- Poema de Inaldete Pinheiro de Andrade

"MISS" Afro-Bahia

Era o assunto na boca de toda a raça.

O Unzo de Obá Xireé lançou o concurso miss Afro Bahia.

Miss? Ai meu Deus! Será que as mulheres negras vão desfilar durinhas na passarela, dando perigosos rodopios, enquanto o apresentador grita que elas têm 88 de busto, 90 de quadris e adoram ler o Pequeno Príncipe?

Um suspense em nossas cabeças de negras Ilê, Malê, MNU e outras mais. Como não ia dar outra naquele sábado, fomos lá conferir.

O Fantoches parecia um templo nagô, negro, negro, negro.

Os cantores do Unzo faziam ressoar os lamboreas.

Chega a comissão julgadora comandada pela Zezé Mota.

Será que elas vão escolher uma negra de lábios finos e nariz afilado? Oh angústia!

Momento de ternura. A rainha do Obá aparece dançando. Uma mentina linda, linda.

Surge o apresentador. É agora. Será.

Ele começa a dizer a altura das candidatas e os tambores começam a tocar. O homem fica confuso e grita: — as candidatas são todas lindas e negras. Ai vem elas.

E chegaram. Vinte e uma moças dançando ijexá. E agora? Essa passarela feita para desfile de miss com passinhos leves vai aguentar? Aguentou. Reforçaram com pregos, mas aguentou.

Uma candidata ensaia um desfile, mas a galeria grita: dança, dança. Que jeito? começou a dançar.

E foi assim, miss jogando ijexá, aplausos, atrações maravilhosas.

O júri mostrou que conhece a verdadeira beleza negra quando escolheu Eline do Olodum, garça de olhos de rubi, rosto redondo e cabelo nixano, a mais bela negra da Bahia, a melhor dançarina da noite, o maior axé enfim.

De repente e preciso aplaudir o Unzo de Obá Xireé e timidamente perguntar:

"Neguinhos, dá para tirar esse tal de "miss" e colocar "NEGRA BAHIA" HELEZA e ou coisa parecida?"

Axé para vocês.

Ana Célia

Fig 02 - Matéria assinada por Ana Célia.

GRUPO DE MULHER DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO A MULHER NEGRA

A luta pela melhoria da sociedade como um todo, pressupõe a luta contra todas as formas de discriminação e opressão, e dentre elas o racismo. Da mesma maneira a libertação do povo negro passa pela libertação da mulher negra.

A marginalização social, política, econômica e cultural a que estão submetidas as massas pobres, negras em sua maioria, assume um peso maior para a mulher negra, triplicamente discriminada: enquanto raça, sexo e classe. Nota-se que a tripla discriminação sofrida pela mulher negra, de uma certa forma explica sua pequena participação na luta contra a exploração do povo negro e de outros setores da sociedade.

É flagrante a necessidade de uma maior preparação da mulher negra, para um enfrentamento direto com as questões específicas de sua condição dentro da sociedade, sem esquecer a necessidade de continuar lutando ao lado do homem negro pela extinção de todas as formas de discriminação.

Partindo destas considerações gerais é que se constituiu dentro do MNU/BA, um GRUPO DE MULHERES, que tem como objetivos:

- Aprofundar a discussão sobre temas específicos a mulher negra, visando facilitar a definição de uma linha de trabalho a ser desenvolvida em consonância com a programação geral do MNU.

- Criar condições para que através da troca de informações, se consiga um melhor posicionamento das mulheres enquanto militantes, fortalecendo com isso o MNU como um todo.

- Uma maior integração das mulheres que militam no MNU.

O grupo é formado por mulheres, sendo que as reuniões abertas (homens e mulheres) são comunicadas com antecedência, sempre que os assuntos são considerados de interesse geral.

Novas propostas de atuação imediata tem-se concretizado através de reuniões anuais, onde são discutidos temas ligados à mulher em geral, a partir de textos previamente escolhidos pelo grupo.

Desde o começo, esperamos colher muitos frutos.

O crescimento qualitativo e quantitativo do GRUPO dependerá a sua continuidade, ampliando seus objetivos e a sua atuação.

A X E I
GRUPO DE MULHERES DO
MOVIMENTO NEGRO
UNIFICADO - BA

A MULHER NEGRA E A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

A discriminação que sofre a mulher negra, assim os negros em geral tem como origem a vinda dos negros da África para o Brasil na condição de escravos.

No que se refere a mulher negra, sua participação na formação da sociedade brasileira foi marcante, tanto na preservação e transmissão dos costumes como na sua forma de participar e lutar no dia a dia.

A mulher negra desempenha no seu trabalho, uma luta em todos os sentidos, é sempre discriminada e maltratada. A maioria tenta ganhar o seu sustento exercendo funções de empregos domésticos, garças, serventes etc, constituindo com isso trabalho de baixo poder aquisitivo e nível de escolaridade baixo.

No entanto a luta continua, apesar das pressões que ela sofre, é mulher de fé, raça e sempre se sacrificando para vencer as batalhas.

Com o desenvolvimento e a modernização ampliaram os setores de trabalho, passando a mulher negra por um processo seletivo que inclui entre outros aspectos a educação e a "boa aparência". Não satisfazendo estes aspectos, passa a mulher negra a executar serviços domésticos na sua própria casa ou fora dela.

Sofrendo aí as consequências de dupla jornada de trabalho.

A mulher negra é discriminada como mulher, por ser negra e por ser pobre. Desde a sua chegada ao Brasil na condição de escrava, a mulher foi utilizada como instrumento de trabalho e objeto de uso sexual. Os valores morais da raça negra eram diversos dos do branco. Este viu no amor livre da negra o pecado e a decadência.

A visão deformada que fizeram da mulher negra, que tendo sido usada como objeto sexual era tida como sem pudor e vergonha, inscriu-se numa sociedade perdurando até hoje. Por outro lado, continua a visão da mulher negra como elemento ignorante, destinada aos trabalhos pesados, feita porque o único padrão de beleza aceito pela sociedade é o da mulher branca, padrões que representam a imagem de beleza imposta pelo dominador.

Cabe ainda ressaltar que a mulher negra também internalizou a imagem de dela fazer. Por isso procura branquear-se através dos cabelos, a fim de tornar-se semelhante à mulher branca e ser aceita na sociedade.

Quando consegue recuperar sua identidade assumindo-se como negra, fica isolada por ser "diferente".

A compreensão sobre a importância da mulher negra no processo de libertação do povo negro e da transformação da sociedade como um todo, pode ser percebida nas colônias africanas que se libertaram a partir da década de 1960.

O esforço do engajamento das mulheres na luta de libertação nacional, partiu do entendimento de seu papel na transformação das novas gerações.

Como forma de sobrevivência, ou meio de trabalho, a mulher negra é doméstica nas condições da branca, onde tentam ganhar um mísero salário, mas, nem isto é possível, pois são usadas como objeto sexual dos patrões e seus filhos. Quando grávidas não são mais

aceitas e quando dão à luz o problema se agrava, pois seus filhos são rejeitados e não devem juntar-se às crianças brancas e privilegiadas, a fim de não se confundirem pelos maus caminhos. Estas são apenas algumas das maneiras como são tratadas as mulheres e crianças negras.

Muitas vezes as crianças negras são maltratadas nas escolas por seus colegas brancos, isto é, quando chegam à escola, pois a miséria que estas crianças sofrem são geradas pela própria sociedade, dando margem ao grave problema do "menor abandonado".

O contingente do "menor abandonado" é formado em sua maioria pelas crianças negras que não têm apoio da tal sociedade bem estruturada. Estas crianças não recebem um tratamento adequado e nem uma boa alimentação, chegando até à fraqueza mental, têm facilidade para a má influência, são vistos como pivetes, moleques de rua.

Quando internos não têm tratamento adequado, e são traídos pela sociedade.

Este é um problema de grande preocupação, não só do negro como indivíduo mas de todas as entidades culturais da Bahia, como por exemplo, nossos irmãos: entidade cultural Malé de Balé, de Itapuí e o Olodum "Instrumento Cultural do Pelourinho" e muitos outros, que estão realizando o grande trabalho.

YLE AYE, BADAUE, OLURUM BA BA MI

Tudo isto é, uma forma de luta da ajuda, que procuramos demonstrar pois todos dizem que não há racismo, onde está? onde estão? Como resposta perguntamos: Onde está a sociedade que não ajuda estas crianças negras e pobres? As crianças negras miseráveis, que não têm onde morar, comer, vestir, calçar. Não podendo entender que não são aceitos pela sociedade, marginalizados sem nenhum apoio dos órgãos públicos.

Existem vários colégios internos ou chamados "orfanatos" onde um grupo de crianças internas, no COLÉGIO SÃO GERALDO situado em 7 de Abril, que permite as crianças maiores trabalharem fora de suas dependências, mas elas não podem mencionar que são internas, para não serem olhadas com desconfiança e não serem discriminadas.

No trabalho, escolas e o meio social as crianças negras são discriminadas, entretanto são usadas no meio artístico, principalmente nos grupos de dança na maioria negros, para cativar a platéia, grupos de capoeira para servir de destaque em filmes, em teatros.

São crianças negras que não são valorizadas pelo seu trabalho e sua arte.

Com isto conclui-se que as condições em que vivem as crianças negras atualmente, é consequência da falta de recursos da sua família e do apoio dos órgãos públicos no que tange a criação de creches, escolas, orfanatos etc. e principalmente garantir às famílias carentes de recursos condições dignas de moradia, educação e alimentação.

Trabalho apresentado pelo Neco carnavalesco Olodum, no evento do Senebe - 1982 - Salvador-Ba.

Fig 03 - Matéria assinada pelo GM-MNU/BA e pelo Grupo Olodum

Propaganda da Negro

Vivemos numa sociedade impregnada de valores brancos. Basta que olhemos nas novelas de televisão constataremos que o "herói" e a "mocinha" da novela das 20:00 hs é branca de olhos azuis. O mesmo ocorre com a propaganda comercial. Façamos uma análise e notaremos que a moça que recomenda tal pasta de dente ou tal marca de shampoo também é branca.

Com isto não restam dúvidas que a propaganda exclui o negro de mostrar os supostos "benefícios" contidos em certos produtos. E isto é, de se estranhar num país onde se afirma que mais da metade da população é negra.

As poucas vezes que vemos o negro em comerciais automaticamente ele fará o papel de pedreiro, engraxate, pipoqueiro carregador ou empregada doméstica, ou qualquer outra atividade de pouco prestígio na escala social burguesa.

Negra só doméstica

Se fala que a mulher é explorada sexualmente e discriminada de outras formas nos comerciais, isto a mulher branca. A negra quando aparece em alguma propaganda será a empregada doméstica promovendo a venda de detergentes de limpeza que deixará as panelas da patroa (branca) "brilhando e sem gordura". E se por acaso o mesmo tipo de comercial for feito pela mulher branca, na certa a dona de casa, o detergente deixará as mãos dela "macias e sem cheiro". Daí percebemos a diferença de tratamento.

Para muitos psicólogos e outros cientistas sociais os estereótipos brancos de beleza e sucesso levados ao público pelos comerciais criam nos negros sentimentos de auto-rejeição. E um destes estudiosos é o psicólogo balano Nelson Ramos:

"A personalidade do indivíduo negro sofre uma grande distorção ligada a problema de matizes de identificação. Desde os heróis até o conteúdo da propaganda vinculada por todos os meios de comunicação que reafirmam e perpetuam uma série de valores culturais brancos que



atingem o âmbito da própria estética, o que é bem mais grave, criando sentimentos de menos valia nos indivíduos que estão assim diária e continuamente segregados e marginalizados."

Situação econômica marginaliza

Além de discriminar o negro não resta dúvida também que a propaganda reflete uma realidade social. Na verdade no Brasil o negro é o engraxate e a empregada doméstica. Tentar negar isso seria no mínimo, absurdo.

Os profissionais de propaganda argumentam que seria sem sentido um negro aparecer fazendo o papel de um industrial ou de um grande empresário, se isto na realidade não existe no Brasil.

Dizem eles ainda que a propaganda como instrumento de competição de mercado reconhece a situação de inferioridade social dos negros. E a propaganda reflete isso. Outro argumento é que os negros não dispõem de poder aquisitivo para consumir certos produtos, daí o comer-

cial não mostrar o negro promovendo a venda do Passat, último tipo, ou mostrar bebês negros utilizando taladas descartáveis.

Dentro desta análise a propaganda não seria racista apenas estaria referendando uma situação social. Mas fica uma interrogação: Será que um dia quando um número bastante representativo de negros dispuserem de condições financeiras para consumirem certos produtos será que a propaganda vai utilizar o modelo negro? Será que a propaganda vai mostrar um dia uma negra em vez de empregada sendo patroa? Será que o público não reagiria, boicotando o produto dentro de sua ideologia racista por ver um negro anunciando? E este é um dos motivos pelos quais, segundo os profissionais de propaganda, se tem dificultado a utilização do modelo negro em comerciais. De qualquer forma o motivo seria o racismo.



Fig 04 - Matéria sobre mulher sem assinatura



Eline, Rainha Negra

Entrevista a
WILSON SANTOS

— Já ganhou! Já ganhou!
Já ganhou!

Em todos os concursos em que esteve presente, ouviu-se esse coro. Primeira rainha do Afoxé Baduê — 1979; rainha do Bloco Oloдум em 1981; 3.ª colocada no "Nega Ilê" em 81. E em 28 de novembro último, eleita Miss Afro Bahia, numa promoção do Afoxé Unzô De Obá Xirêe.

Esta é Eline Batista de Araújo, baiana de Salvador, manequim, uma das maiores expressões da beleza negra, e que ainda faz parar muita gente na rua quando aparece com sua idêntica, penteado e beleza africana.

— Os negros que já têm consciência do que seja negritude acham ótimo a maneira como eu me apresento. Mas outros, assim como muitos brancos, riem ou dizem piadinhas quando eu passo. Percebam-se é carnaval, dizem que o carnaval já passou, coisas desse tipo. Quando o astral está bom eu paro e explico pros caras o lance da negritude, da identidade racial e me saio bem.

Eline diz que os títulos conseguidos tornaram-na mais conhecida, provocaram uma maior aproximação com os militantes negros. Acha que com o sucesso que tem feito nos concursos de beleza negra, em outro lugar teriam aparecido muitas oportunidades em termos profissionais, visto que é dançarina e manequim, mas aqui na Bahia é muito difícil. Daí que pretende sair de Salvador e ir para outro lugar cuidar de sua profissão assim como fez em 79/80 quando fez curso e trabalhou como manequi em Brasília.

Outra coisa que impressiona em Eline é a sua dança descontraída e bem africana:

"Já dançava espontaneamente a algum tempo até que em 1978 participei de uma oficina de dança com o dançarino americano Clyde Morgan e então me aprimorei pegando a técnica".

Sobre o preconceito racial, diz que é muito forte e já sofreu discriminação por ser negra:

"Em Brasília o público levava um impacto quando eu pisava na passarela pois eu era a única negra. Mas logo depois me aplaudiam — até mais do que as outras. Eu mostrava que tinha talento; pisava na passarela "arrasando"; dava tudo de mim, pois nesta terra o negro que quer vencer tem de mostrar que é bom, bom mesmo. Para os brancos as coisas são muito mais fáceis".

Em relação à sua condição de mulher negra, Eline diz que além de todos os problemas que as mulheres negras enfrentam, o chato é que os próprios homens negros ainda não as valorizam devidamente e que somente agora estão começando a reconhecer o valor que têm.

— Eline, os blocos afro e afoxés?

"Fazem coisas muito importantes, como a busca da identidade negra, pesquisas de nossa cultura e muitas atividades ligadas ao negro. Pena que sejam poucos os que cuidam da negritude o ano todo; a maioria se preocupa mais com o carnaval. Acho que devem seguir o exemplo dos poucos que não cuidam só do carnaval".

Na "Noite da Beleza Negra", concurso "Nega Ilê", o público inteiro pedia que Eline fosse a vencedora. Todos esperavam o resultado, que saiu com uma "zebra". Eline ficou em 3.º lugar, perdendo para duas outras candidatas também muito expressivas. O presidente do jurador Mário Gusmão, na hora de entregar os troféus declarou publicamente sua preferência por Eline. O etnólogo Valdeolir Régio, membro do júri, também achou que ela merecia o 1.º lugar. E a própria Eline diz que foi injustiçada, sem no entanto querer desvalorizar a vencedora. Mas deixa pra lá, o importante é que a beleza negra foi mostrada na figura de todas as belíssimas candidatas.

Para o carnaval 82 Eline não tem nada planejado. Diz estar em dúvida sobre participar ou não de algum concurso para ser rainha de bloco ou afoxé, pois embora seja uma coisa de que gosta muito, acha que outras candidatas devem ter as oportunidades que ela teve.

— Eline, e o MNU?

"Acho super válido. Tem que existir um movimento como este, com o propósito de conscientizar o negro sobre seus problemas. Só não sou membro por causa de limitação de tempo mas dou todo apoio. Acho que o MNU não deve se ligar em política mas se vier a apoiar algum candidato nas próximas eleições, deve ser alguém negro, consciente, e que esteja realmente preocupado com os problemas da raça.

Finalmente, Eline disse que o seu grande sonho é conhecer a África. Vida a dois? Só quando encontrar a pessoa certa. Diz ainda que quer ter uma filha para deixar a raiz, a negritude, para passar a identidade de mulher negra. Falou e disse.



Fig 05 - Matéria sobre mulher assinada por Wilson Santos

A edição de março de 1982 do Boletim Informativo foi a edição que mais trouxe a temática e assinatura/autoria feminina dos cinco editoriais analisados. A capa apresenta uma mulher negra e sua beleza, Eline Batista, vencedora do concurso de beleza negra. Nesta chamada a negritude e a beleza são exaltadas.

Se na primeira edição pudemos perceber o embrião do Grupo de Mulheres Negras do MNU/BA, nesta observamos o florescer desse grupo numa em sua primeira matéria dedicada à temática feminina, através de uma matéria assinada pelo GM. A outra matéria também com tema de mulheridade é Bloco Carnavalesco Olodum, uma reprodução do trabalho apresentado no evento do SECNEB⁶⁶ em 1982, em Salvador, na Bahia.

Na matéria assinada pelo GM com o nome de *A mulher Negra* é debatido o papel da mulher negra na sociedade, levantando a questão da tripla opressão: raça, sexo e classe. Percebe-se, na matéria, como esses marcadores operam na vida de mulheres negras e, ao mesmo tempo, deve-se ressaltar a abordagem sobre as batalhas em conjunto com os homens negros na luta coletiva contra os ditames preconceituosos e racistas dispensados à comunidade negra. Essa matéria também apresenta os objetivos do GM, e reforça a importância de se criar um grupo especificamente para mulheres negras, para tratar suas questões de forma mais afetiva, através dos objetivos citados na matéria:

- Aprofundar a discussão sobre temas específicos à mulher negra, visando facilitar a definição de uma linha de trabalho a ser desenvolvida em consonância com a programação geral do MNU.
- Criar condições para que através da troca de informações, se consiga um melhor posicionamento das mulheres enquanto militantes, fortalecendo com isso o MNU como um todo.
- Uma maior integração das mulheres que militam no MNU. (Trecho da matéria do Boletim Informativo NEGO, março de 1982)

O GM pontua que além da importância da participação de mulheres negras na luta contra o racismo, deve-se ter em mente que essa luta passa diretamente pelas mãos das mulheres negras, quando essas batalham por uma melhor condição de vida, pois a marginalização imposta a elas não apenas a critério da sociedade branca e racista, mas que também pode estar cristalizada nos movimentos negros e, também, em seus companheiros de batalha. E por terem sido colocadas à margem, às vezes suas participações ficam relegadas a pequenas participações, sem a importância devida. Diante das constantes encruzilhadas de marcadores sociais como raça, gênero e classe são necessários que as mulheres negras se preparem para os enfrentamentos diários que são impostos a elas quando essas se propõem a protagonizar suas lutas.

O GM também informa que apesar de ser um grupo de mulheres, quando as pautas discutidas perpassam o bem estar e interesse coletivo do MNU as reuniões são avisadas com

⁶⁶ Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil.

antecedência e todos são convidados a participar, inclusive os homens negros.

O segundo título da coluna é assinado pelo Bloco Olodum e apresenta o elo entre a mulher negra e a discriminação racial. O texto começa destacando o sequestro do povo negro do continente Africano e como isso acarretou mazelas presentes até hoje na realidade da população negra. Traz a perspectiva da formação da sociedade brasileira e a importância da mulher negra nesse contexto. Abordam os problemas da mulher negra e o mercado de trabalho, do desemprego, do subemprego, do racismo escondido no requisito “boa aparência” como fator determinante para a alocação em determinados empregos. Denúncia a dupla jornada e apresenta a tripla opressão a partir dos marcadores sociais: mulher, negra e pobre. Ainda, debate sobre a questão da objetificação sexual da mulher negra, e sobre o padrão de beleza branca que as exclui e a incansável luta pela aceitação através do branqueamento imposto pelo padrão branco e eurocêntrico adotado pela sociedade brasileira. Que até hoje percebemos quando nos impõe o cabelo liso como sinônimo de beleza, higiene e perfeição. O processo de branqueamento dita até mesmo quem tem direito a afetos, quanto mais clara a pele mais “querida” é a mulher.

A visão deformada que fizeram da mulher negra, que tendo sido usada como objeto sexual era tida como sem pudor e vergonha, inseriu-se na sociedade perdurando até hoje. Por outro lado, continua a visão da mulher negra como elemento ignorante, destinada aos trabalhos pesados, feia porque o único padrão de beleza aceito pela sociedade é o da mulher branca, padrões que representam a imagem de beleza imposta pelo dominador. Cabe ainda ressaltar que a mulher negra também internalizou a imagem que dela fazem. Por isso procura branquear-se alizando os cabelos, a fim de tornar-se semelhante à mulher branca e ser aceita na sociedade. Quando consegue recuperar sua identidade assumindo-se como negra, fica isolada por ser “diferente”. (Trecho da matéria do Boletim Informativo NEGO, março de 1982)

A matéria também demonstra a importância da mulher no processo de libertação sobre o trabalho doméstico e as regalias que as mulheres brancas possuem em escolher os melhores trabalhos enquanto se servem da subalternidade da mulher negra, e não raro eram às vezes que os patrões se serviam sexualmente delas.

Como forma de sobrevivência, ou meio de trabalho, a mulher negra é doméstica nas cozinhas da branca, onde tentam ganhar um mísero salário, mas, nem isto é possível, pois são usadas como objeto sexual os patrões e seus filhos. (Trecho da matéria do Boletim Informativo NEGO, março de 1982)

Por fim, apresenta a maternidade negra que usualmente tem que abdicar do cuidado de seus próprios filhos para cuidar dos filhos de outros, dos brancos. Algo recorrente na história

das famílias negras brasileiras. Poderia aqui reproduzir vários exemplos na acontecidos em minha família.

Sobre o repúdio que seus filhos recebem como tratamento normalizado desde a tenra idade, dos racismos cotidianos infligidos a essas crianças, com família e órfãos. Ou seja, em todos os espaços crianças, adultos e velhos são discriminados, causando sofrimento além das péssimas condições de vida da população negra.

A matéria seguinte intitulada *Propaganda Negro*, também sem assinatura, e cujo gênero também não se identifica, denuncia e critica os modelos de comerciais mostrados na televisão, onde só existe o protagonismo branco na divulgação das marcas. As representações do povo negro são compostas apenas por categorias profissionais de baixa remuneração.

Vivemos numa sociedade impregnada de valores brancos. Basta que olhemos nas novelas de televisão constataremos que o “herói e a mocinha” da novela das 20:00 hs é branca de olhos azuis. O mesmo ocorre com a propaganda comercial. Façamos uma análise e notamos que a moça que recomenda tal pasta de dente ou tal marca de shampoo também é branca. Com isto não restam dúvidas que a propaganda exclui o negro de mostrar os supostos “benefícios” contidos em certos produtos. E isto é, de se estranhar num país onde se afirma que mais da metade da população é negra. As poucas vezes que vemos o negro em comerciais automaticamente ele fará o papel de pedreiro, engraxate, pipoqueiro carregador ou empregada doméstica, ou qualquer outra atividade de pouco prestígio na escala social burguesa. (Trecho da matéria do Boletim Informativo NEGÓ, março de 1982)

Quando, porventura, a negra aparece na televisão também é na representação doméstica e serviçal. No entanto, o contexto muda quando as marcas decidem trazer mulheres brancas. Quando essas são convidadas para fazer alguma propaganda de marcas que auxiliem nas tarefas domésticas têm-se o cuidado em mostrar a positividade do produto, como por exemplo, buscam mostrar que tal item ajuda nas tarefas domésticas e não agride as mãos.

Todavia, a matéria em questão traz a reflexão sobre os espaços ocupados por negros às margens e isso é refletido nas propagandas e finaliza levantando o questionamento sobre como seria a abordagem se o negro conseguisse ascender financeiramente e profissionalmente.

Gostaria de acrescentar mais um ponto a respeito da exploração, discriminação e crime sexual cometido contra as mulheres negras: quando é apresentada alguma pauta nas mídias sociais ou televisivas sobre algum episódio crime sexual das mulheres, as vítimas que causam comoção na população são sempre as mulheres brancas, e diferentemente do que ocorre com a mulher negra quando a vítima é ela.

Esta matéria também está sem assinatura, o que levanta novamente a possibilidade sobre como as temáticas que abordam principalmente a realidade da mulher negra precisam

ser mais bem direcionadas, atendidas e se possível serem tratadas por outras mulheres contemplando o lugar de fala.

Nesta outra matéria escrita por Ana Célia, que trata do concurso de Miss Afro-Bahia, revelam-se os estereótipos presentes nos concursos de misses. Ana Célia levanta as especulações do público de como seria o desfile, se iam seguir as normativas usuais utilizadas nos desfiles de moldes ocidentais ou seria algo diferente. A militante do GM relata que o público foi surpreendido pelos métodos usados, às participantes fugiram do padrão usual dos concursos de beleza, elas dançaram, brincaram com o público e receberam aplausos. A ganhadora fez jus à negritude por compor os requisitos esperados. Nessa matéria é possível perceber que, apesar de escrita por uma mulher, a entrevista da vencedora foi cedida ao um homem como veremos mais à frente. Apesar de não estabelecer objetivamente na matéria quais seriam os requisitos para o concurso, Ana Célia deixa entrever que os moldes foram diferentes dos concursos de misses tidos como oficiais.

E como das outras vezes, continuo a levantar a questão da assinatura, pois mesmo o editorial dando espaço para assinaturas femininas em suas colunas, muitos assuntos pertinentes a elas ficam a cargo de autores masculinos, tais como a entrevista da Zezé Mota e da Eline Batista. Até mesmo na nova coluna inaugurada nesta edição chamada de *Cultura*, que tem por objetivo apresentar as músicas e poemas negros, em um total de sete poemas, apenas um tem a autoria de uma militante do MNU-Recife/PE com o título *Poema da Volta*, de Inaldete Pinheiro.

Como mencionado acima, a quinta matéria relacionada ao mundo da mulher é uma entrevista com a ganhadora do Miss Afro-Bahia, Eline Batista Araújo. A modelo foi entrevistada por Wilson Santos, apesar de não se ter maiores informações sobre a pessoa de Wilson Santos no jornal perceberam que chegamos novamente na questão sobre como a representatividade feminina por vezes ficava em segundo plano. Acredito que apesar de ter sido uma boa entrevista, o ano seria mais representativo se esta tivesse sido feita por uma das mulheres que compõem o quadro editorial do jornal ou por uma membra, ainda que não fosse atuante no *Nego*.

De acordo com a entrevista, Eline Batista também foi vencedora de vários outros concursos de beleza negra fortalecendo o combate sobre a imposição de uma única beleza, a branca. Ela expõe sobre sua trajetória como uma das poucas negras a participar de desfiles, relata também sobre sua condição de mulher negra e sobre as vezes que sofreu discriminação.

— Já ganhou! Já ganhou! Já ganhou! Em todos os concursos em que esteve presente, ouviu-se esse coro. Primeira rainha do Afoxé Badauê — 1979; rainha do Bloco Olodum em 1981; 3.a colocada no “Nega Ilê” em 81. E em 28 de novembro último, eleita Miss Afro Bahia, numa promoção do Afoxé Unzô De Obá Xirêe. Esta é Eline Batista de Araújo, baiana de Salvador, manequim, uma das maiores expressões da beleza negra, e que ainda faz parar muita gente na rua quando aparece com sua indumentária, penteado e beleza africana. (Trecho da matéria do Boletim Informativo NEGO, março de 1982)

Questionada sobre o MNU, Eline Batista explica sobre a importância da existência do movimento como um propositivo na disseminação da condição e dos problemas do povo negro, e que gostaria de ser atuante, mas lhe falta tempo devido à vida que leva. Também diz que apóia o movimento ser apartidário e finaliza dizendo que seu sonho é conhecer a África e ter uma filha para lhe passar os conceitos da negritude.

Diante das análises dessas três edições, podemos perceber o engajamento das mulheres e o expressivo número de reportagens e matérias com o tema mulher nesta edição. Observamos a imagem feminina mais presente com Ana Célia da Silva, e uma página sendo dividida por questões da mulheridade pelo GM e o grupo Olodum, e notamos também que em sua grande maioria as matérias eram assinadas por homens, até mesmo essa última, a entrevista da Miss, apesar da chamada ter sido escrita por Ana Célia.

Mas, de modo geral, pode-se notar a presença da interseccionalidade, ainda que de forma tímida, e entender também a disputa de espaços, numa perspectiva subjetiva ao observar os detalhes e, deles, extrair a essência do fato ou as pistas necessárias para desvendar a presença da interseccionalidade ali contida. Assim, os detalhes se tornam reveladores e essenciais para o desenrolar de toda a narrativa, neste caso, nas análises propostas aqui sobre o lugar das mulheres nesse espectro jornalístico. Ao perceber todo o conjunto das matérias, o que está nítido, ou que está nos detalhes, foram também meios utilizados como ferramentas para procedimento de análise das edições do Jornal do MNU.

Foi possível perceber que na primeira edição do jornal, há duas matérias sobre mulheres negras, porém sem assinatura. Uma indica expressamente que foi escrita por uma mulher, quando percebemos que a autora se coloca no texto como uma mulher, já a outra matéria não se consegue perceber essa informação. Então, partindo da análise de que a maioria das matérias dessas três edições tem assinaturas masculinas, logo, deduzimos que existe uma grande probabilidade de que a maioria das matérias sem assinatura tenha sido escrita por homens. E novamente a pergunta: Onde estão as mulheres negras? Sabemos que estão na imprensa, e também em núcleos próprios, mas ainda assim, esse lugar não é um direito garantido, tendo em vista a oscilação no número de matérias direcionadas a elas ou

assinadas por elas. Por mais que tenham ocupado espaços diante de toda a especificidade que a condição de mulher negra impõe, ainda é um lugar limitado.

3.1.4 Quarta edição do Boletim Informativo - janeiro de 1984



Fig.01 - Capa da quarta edição.

Trouxemos essa capa a título de comprovação do que já foi dito no início desse tópico sobre a ausência ou pouca visibilidade da contribuição da mulher negra no jornal da entidade. Após ter conseguido o feito de ter publicações sobre o tema mulher ou assinaturas de mulheres em algumas matérias, na quarta edição não houve nada relacionado às mulheres e nem explicações do porquê desta ausência. Todavia, como já mencionei, percebi certa constância na falta e ou na pouca representatividade feminina nas edições de novembro ou

meses próximos, ao que tudo indica, a organização nestas edições buscavam dar mais destaque às questões que favoreciam o coletivo, neste caso, matérias sobre o dia da consciência negra e, ao mesmo tempo, apresentar a negritude e contribuir para uma maior conscientização da população negra sobre o seu lugar no mundo, seus heróis, suas lutas, suas representatividades.

3.1.5 Quinta edição do Boletim Informativo - novembro de 1984

Sobre a questão do aborto

No tempo da escravidão os homens e mulheres negros mais fortes e hábeis eram utilizados como reprodutores de escravos. Neste período também não eram raros os casos de mulheres escravas que praticavam o aborto ou matavam seus filhos recém-nascidos para livrá-los da escravidão.

Hoje, querem impedir de ter filhos as mulheres pobres, negras em sua maioria, através de programas de controle de natalidade do governo, que mais prejudicam do que beneficiam a mulher, que nada ganha com isto em termos de conhecimento de seu próprio corpo, uma vez que não escolhe conscientemente a melhor maneira de evitar filhos.

Q aborto, embora ilegal, é amplamente praticado por mulheres da classe pobre, que não querem impor a seus filhos a situação de miséria em que vivem. Embora a gente não disponha de dados no momento, sabemos que é grande o número de mulheres que morrem, ficam estereis ou doentes por causa de abortos mal feitos. Isto ocorre principalmente com as mulheres pobres que por não poderem pagar um médico têm de recorrer a "curiosas" que, geralmente, realizam abortos nas piores condições de higiene e através de métodos perigosos.

Em função disto é que nós perguntamos:

— O que significa a legalização do aborto na sociedade brasileira hoje?

— O aborto seria legalizado para quem? Para as mulheres que têm recursos para procurar uma clínica particular?

E as que dependem do INAMPS? Seriam obrigadas a continuar se submetendo aos péssimos serviços que aí são prestados?

— E as mulheres que nem sequer fazem parte do sistema previdenciário, por não terem empregos regulares?

Estas não teriam direito aos serviços do estado, nem dinheiro para pagar clínica particular. Continuariam a praticar o aborto nas mesmas condições em que o fazem hoje?

Estas são questões que não podemos deixar de pensar quando se fala em legalização do aborto, pois ele não acontece da mesma forma para todas as mulheres, nem é praticado pelos mesmos motivos.

Não somos contra o aborto, mas consideramos que este é o último recurso a ser utilizado por uma mulher que, efetivamente, tenha a sua disposição métodos anticoncepcionais que possam ser por ela escolhidos conscientemente.

Por isto, achamos que paralelamente à esta discussão devemos:

— Defender o direito da mulher decidir sobre o seu próprio corpo, o que só poderá ser feito através da informação, através do conhecimento do corpo, através do acesso a métodos anticoncepcionais que não sejam nocivos à saúde. E isto deve ser feito de uma forma que todas as mulheres possam ser atingidas, pois do contrário estaremos deixando de fora a maior parte das mulheres que mais sofrem com a ignorância, as maiores vítimas dos planos do governo e dos abortos mal feitos.

GRUPO DE MULHERES DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO

Fig.01- Matéria assinada pelo GM-MNU/BA

Nesta edição de número cinco, apesar de sair no mês de novembro, e apesar da observação inicial, não houve tantas matérias relacionadas ao dia da consciência negra propriamente dita, em compensação, várias matérias com temática racial e apenas uma com temática feminina, está assinada pelo GM e tratava da questão do aborto. Esse número anunciava algumas colunas novas: uma chamada *Informe*, que traz os eventos negros

realizados e quais os saldos positivos e negativos desses eventos. Outra coluna nova é *Fala Criolo*, coluna fixa até a última edição, dedicada a apresentar pessoas da comunidade negra, trazendo opiniões, apresentando trabalhos, tais como o carnaval e suas organizações. A terceira coluna nova é sobre a divulgação de documentos importantes da organização, denominada de *Documentos do MNU* a quarta coluna criada foi a *Recados*, um espaço para informar e deixar recado para os leitores, além da criação da coluna *Curiosidade* que trazia informações sobre o Continente Africano e, também, intitulado como fatos curiosos sobre os negros da Bahia. Além da tradicional coluna de indicação de livros. Nessas colunas pouco ou nada se vê de autoria/assinatura feminina.

Na matéria a respeito da questão do aborto, o GM levanta a bandeira da legalização do aborto uma vez que realmente acontece em todas as camadas da sociedade, no entanto, as mulheres negras que estão mais sujeitas a riscos à saúde, devido ao procedimento clandestino ser feito, na maioria das vezes, e sem qualquer assistência. O GM também relata que não dispõe de dados oficiais, mas que são conhecidas as realizações desses abortos, tanto em clínicas clandestinas quanto por métodos ditos “caseiros”, como a ingestão de remédios e chás de procedências duvidosas.

Ao abordar essa temática, o GM tem o intuito de mostrar a realidade de mulheres negras e pobres que, sem condições financeiras, físicas ou psicológicas de terem filhos estão sujeitas a recorrer a esses procedimentos e que se houvesse uma legalização, tais mulheres poderiam ser assistidas pelas unidades de saúde de forma responsável.

Em função disto é que nós perguntamos: — O que significa a legalização do aborto na sociedade brasileira hoje? — O aborto seria legalizado para quem? Para as mulheres que têm recursos para procurar uma clínica particular? «E as que dependem do INAMPS? Seriam obrigadas a continuar se submetendo aos péssimos serviços que aí são prestados? — E as mulheres que nem sequer fazem parte do sistema previdenciário, por não terem empregos regulares? Estas não teriam direito aos serviços do estado, nem dinheiro para pagar clínica particular. Continuariam a praticar o aborto nas mesmas condições em que o fazem hoje?

(Trecho retirado da reportagem Sobre a questão do aborto, ed. novembro de 1983)

O GM ressalta que não é contra o aborto ou a favor, mas que considera o procedimento um recurso a ser utilizado em determinadas situações. No entanto, o grupo também reforça a importância da conscientização, prevenção e uso correto de métodos anticoncepcionais, dessa maneira é imprescindível defender o direito da mulher decidir sobre o seu próprio corpo e saber sobre o planejamento familiar e saúde reprodutiva. Esses temas são caros ao GM, visto que eram comuns planos de esterilização das mulheres e que isso só é alcançado quando há informações corretas, conhecimento do próprio corpo e também através

de acesso a métodos anticoncepcionais que não sejam nocivos à saúde. Tais metodologias deveriam abranger todas as mulheres, principalmente aquelas que ainda não possuía tanto acesso às informações. E se tornam são vítimas da esterilização compulsória praticada por alguns planos de governos, ou na pior das hipóteses acabarem sendo vítimas de abortos mal feitos⁶⁷.

Diante de todas as análises feitas nessas cinco edições, percebe-se o grande empenho das mulheres na continuidade da luta pelos seus direitos, espaços e posição e também o incentivo em mostrar a outras mulheres a importância dos debates no que refere a elas. Apesar de o Boletim apresentar em sua maioria temas pertinentes ao MNU, como a conscientização racial, a luta contra racismo, o incentivo ao letramento racial através de indicação de livros, e a luta pelos direitos da população negra, ainda que essa passasse por um viés mais masculino, é importante perceber a necessidade de compreensão tanto de raça quanto de gênero, pois ambos se constituem em relações de poder e, portanto, determina tanto a vida de mulheres e, conseqüentemente, de homens negros, assim como da sociedade em geral.

Dessa forma, as aparições de mulheres e assinatura das mesmas no editorial foram fundamentais para que se construísse um pensamento feminista centrado na recuperação da história do povo negro, no espaço da mulher negra nessa história, na apresentação e atendimento de suas particularidades no interior do MNU. A ocupação desse espaço, a determinação desse lugar da mulher negra, de onde ela está pode ser validada em conjunto com uma estrutura teórica construída em oposição aos paradigmas tradicionais. E revela suas contribuições em diversas áreas do conhecimento, no enfrentamento político ao racismo, ao sexismo e ao heterossexismo, ao classicismo como forma de combate às encruzilhadas que lhes são impostas.

A partir dessas lutas percebemos a importância de mulheres negras que vieram antes e das mulheres da atualidade, que contribuíram para o conhecimento da história do Movimento Negro politicamente organizado no Brasil e sua participação nele. Assim, procurei traçar neste capítulo o caminho percorrido por essas mulheres no interior do Movimento Negro Unificado através da imprensa e dessa forma perceber estratégias usadas para suas demandas e particularidades fosse minimamente atendido.

Seguindo nesta trajetória de análises de fontes e de caminhos encontrados por essas mulheres negras no interior do MNU será apresentado mais uma articulação dessas mulheres,

⁶⁷ Sobre a questão da esterilização e opressão voltada as mulheres.
Ver mais em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/JMFSk6DkY3MVQRThkJhw9WJ/?lang=pt>

a criação do GM do MNU/BA na tentativa de responder a pergunta “Onde estão as Mulheres Negras?”.

3.2 A germinação das mulheres negras junto ao MNU.

Como mencionado, o MNU nasceu da articulação de várias vozes de diversas partes do país assemelhando-se a um mosaico diaspórico, porém sua criação se deu no espaço territorial paulista. Suas seções (regionais) foram sendo estabelecidas em outros estados gradativamente e, no mesmo ano de sua criação, em 1978, também ocorreu à fundação da seção interestadual de Salvador, o MNU/BA. E como toda unidade, esta era mista e as mulheres negras baianas, ao lado dos homens negros, exerceram um papel fundamental na estruturação da entidade, transformando a seção Bahia num referencial de luta contra o racismo no Brasil. A composição do MNU/BA resultou de um grupo anterior chamado “Grupo Nêgo”, que também foi fundado em 1978, pouco antes do ato da criação do MNU Nacional. Em entrevista para Nanci Helena Rebouças Franco (2021) para o artigo *Legado de Ana Célia da Silva: trajetória de ações afirmativas da militância à produção acadêmica*, Ana Célia traz sobre a criação do MNU:

Em maio de 1978 fui para uma reunião, convidada pelo professor e militante religioso de matriz africana Alberico Paiva (está no Orun). Na época, o então prefeito de Salvador, professor Dr. Edvaldo Brito, o primeiro e único até agora, prefeito explicitamente negro da cidade, convidou a professora Lélia Gonzales, do Rio de Janeiro, para realizar uma série de palestras em comemoração ao 13 de maio. Lá tinham estudantes universitários e secundaristas, operários, funcionários, entre outros. Negros em sua maioria e que ouviram emocionados as análises de Lélia sobre a exclusão, o genocídio, a resistência e a insurgência do povo negro. A partir desse evento, começamos a discutir mais intensamente os problemas do racismo na sociedade brasileira e após várias reuniões foi criado o grupo Nêgo. Publicamos um boletim com o mesmo nome e convidamos Lélia Gonzalez, uma vez que a mesma inspirou essa ação. Dois meses depois, o Grupo Nêgo enviou dois representantes com um documento elaborado para representar o movimento negro baiano, para a fundação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR), no dia 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Nesse evento, estiveram presentes Lélia Gonzalez, Abdias Nascimento, entre outros militantes históricos. (FRANCO, 2021, p.4-5)

Compreender o processo de constituição da organização passa pela percepção de que a entidade seria eixo articulador, simbólico e político, das relações de poder, embates, convergências e experiências construídas por mulheres e homens negros para sua estruturação e organização na luta anti-racista. O MNU é um referencial nacional na luta anti-hegemônica e, para a organização da participação das mulheres foi de suma relevância.

Utilizei a Carta de Princípios para não só elencar os objetivos das mulheres negras da entidade, como pensar se as reivindicações da Carta realmente contemplavam todas as mulheres do MNU. A pauta para elas “*o combate à exploração sexual, econômica e social da mulher negra*” era muito abrangente, de tal modo que requeria divisões em várias vertentes, para que a luta fosse direcionada e organizada, como já explanado através da análise apresentada acima e amparada pelos estudos de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, ao tratarem das relações sociais, profissionais e financeiras das mulheres negras.

A realidade da mulher negra requer atenção às suas especificidades e por este motivo a opção por encontrar seu próprio caminho (grupo de mulheres negras, feminismo negro, mulherismo⁶⁸ entre outros) é tão importante. A partir de suas reivindicações é notório o uso da interseccionalidade como ferramenta de combate e entendimento das estruturas de poder dos marcadores sociais, racismo e sexismo. Essas lutas vêm trazendo bons frutos como mostra Luciana Falcão Lessa, principalmente no artigo *O Movimento Negro caminha, o feminismo negro caminha e o movimento de mulheres caminha* de 2021:

Essas avaliações vêm promovendo o engajamento das mulheres negras nas lutas gerais dos movimentos populares e nas empreendidas pelos Movimentos Negros e Movimentos de Mulheres, nos planos nacional e internacional, buscando assegurar neles a agenda específica das mulheres negras. Tal processo vem resultando, desde meados da década de 1980, na criação de diversas organizações de mulheres negras que hoje se espalham a nível nacional (CARNEIRO, 2003 apud LESSA, 2021, p 367)

Nesse contexto, as relações entre as estruturas de dominação e seus efeitos na vida cotidiana são interseccionadas e precisam estar no panorama das discussões sobre política racial, de gênero, de classe, de sexualidade, de forma que possa combatê-las a partir de seus aspectos subalternizados, por isso as construções teóricas/práticas empreendidas pelas mulheres negras desde a década de 1970 no interior do MNU são tão importantes.

O MNU é uma das entidades negras com maior tempo de existência no território nacional, e tem em seu histórico de luta conflitos com os setores dominantes e hegemônicos da sociedade, e as mulheres tiveram e têm participação efetiva em seus quadros políticos, assim, pode-se deduzir que ele é constituído de inúmeras vozes que se manifestam em diálogo, o que não quer dizer que sempre foi tranquilo, nem mesmo em seu interior. E as mulheres do MNU, neste caso, as baianas, sempre estiveram atentas aos processos de

⁶⁸**Chikwenye Ogunyemi** - nigeriana e crítica literária define o womanismo como: O movimento negro womanista é uma filosofia que celebra as raízes negras, os ideais de vida negra, ao mesmo tempo que mostra uma imagem equilibrada da condição de mulher. Preocupa-se tanto com a disputa de poder sexual negro quanto com a estrutura de poder mundial que subjuga os negros. (Sudbury, 2003, pp. 77-78 apud BISPO, 2011, p. 126)

subordinação impulsionados pelas práticas discriminatórias da tríade racismo/sexismo/classismo. Assim como as relações de poder, os embates, as subordinações sexistas e diferenças de gênero nunca estiveram ausentes do contexto dos movimentos sociais e foi, também, parte efetiva das experiências femininas dentro do MNU.

Silvana Bispo em sua dissertação *Feminismos em debates: Reflexões sobre a organização de mulheres negras em Salvador (1978-1997)*, de 2011, traz a percepção de Arany Santana⁶⁹ e a visão de Petrônio Domingues no texto *Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na luta anti-racista no Brasil*, (2007, 37-38), a respeito de como o contexto sexista do Movimento Negro tinha raízes nas organizações que antecederam o MNU:

As mulheres se sentiam alijadas, à margem do movimento. Havia dentro do movimento uma divisão sexual do trabalho que refletia atitudes preconceituosas. Os homens achavam que trabalho mesmo era panfletagem nas ruas e nos ensaios dos blocos. As mulheres, que até chegaram a fundar a Frente Feminina, apresentaram na época, uma proposta concreta de atuação na área de educação (...) e a proposta não recebeu a devida atenção do coletivo predominantemente masculino. (...) Nós tínhamos consciência de que éramos capazes. (DOMINGUES, 2007 apud BISPO, 2011, p. 132)

Essa reprodução da divisão sexual do trabalho e a efetivação de práticas sexistas dentro da organização política negra não ficaram restritas às entidades do passado, a noção de que as mulheres negras estão fixadas na maioria das vezes em um local de serventia são dimensões estruturantes resultantes das opressões sexista, racista e classistas presentes na sociedade e transferidas em determinado grau para dentro do Movimento Negro em geral.

Ao pesquisar sobre o MNU nota-se que no período do recorte da pesquisa 1978 a 1982 que existia nesse momento, uma postura e visão sexista partilhada por alguns homens do Movimento Negro Unificado, tais atitudes fizeram com que algumas mulheres questionassem a estrutura da organização. Algumas chegaram a desistir devido a esses embates e muitas criaram suas próprias entidades, coletivos, ONGs e núcleos, outras permaneceram e buscaram assumir algumas atividades de destaque e de direção no grupo, tradicionalmente realizadas pelos homens, Valdecir Nascimento reforça essa narrativa na entrevista cedida ao canal

⁶⁹ **Arany Santana Neves** é graduada pela Universidade Federal da Bahia, com especialização em história da África e em língua e cultura kikongo. Arany Santana possui um histórico atrelado à cultura e militância étnica que resiste há anos. Ela é ex-diretora do Ilê Aiyê, mais antigo movimento negro do Brasil, e cofundadora do Movimento Negro Contra a Discriminação Racial (hoje Movimento Negro Unificado). Como educadora, tem uma trajetória voltada para a alfabetização de adultos, a arte-educação e o ensino de cultura africana. Também atriz, participou de filmes como *A Idade da Terra*, de Glauber Rocha, *O Jardim das Folhas Sagradas*, de Pola Ribeiro, e *Capitães da Areia*, de Cecília Amado. **Observação:** Apesar de não haver mais indicações ou referências sobre a historiadora e ativista na pesquisa de Silvana Bispo (2011), acredito que seja essa Arany Santana a qual a autora está se referindo.

*Cultne*⁷⁰ (2021). Petrônio Domingues (2009, p.37) também debateu a respeito dessa incoerência dos membros do MNU. Segundo o autor, os homens do MNU e do Movimento Negro em geral, estava em descompasso entre o discurso de exaltação das mulheres negras e da prática de subjugar-las ou confiná-las às esferas de apoio dentro das entidades, não lhes garantindo, assim, representatividade nas instâncias de decisão do movimento. No que diz respeito ao MNU, as mulheres que buscaram criar um espaço próprio ou questionar as práticas racistas de seus aliados, não eram vistas com bons olhos e ocasionalmente eram acusadas de criarem “facções” no interior da entidade como menciona Luiza Bairros:

A gente enfrentava uma barra muito pesada na relação com os homens dentro da organização. Então, o que acontecia, as mulheres compunham a maioria da militância, mas, os homens é que tinham a visibilidade, os homens é que dirigiam, os homens é que apareciam como os líderes do movimento. (BAIRROS apud BISPO, 2011, p.134).

Silvana Bispo em sua dissertação, de 2011, sobre feminismos e as organizações de mulheres negras em Salvador e Cláudia Pons Cardoso em sua tese de doutorado intitulada “*Outras Falas: Feminismos Na Perspectiva De Mulheres Negras Brasileiras*”, de 2012, investigam trajetórias de mulheres negras ativistas brasileiras para compreender como as desigualdades de raça, gênero, classe e sexualidade são transformadas em instrumentos para a construção de uma organização própria, espaço de protagonismo e exercício de experiências exitosas no desafio aos poderes constituídos. Nesses estudos são utilizadas entrevistas de ativistas negras inseridas no contexto da militância para atingir o propósito de ambas em suas teses e dissertações. No caso desta pesquisa, utilizarei em partes alguns os relatos e entrevistas de Luiza Bairros, Ana Célia Silva e Valdecir Nascimento, pois acredito que algumas respostas auxiliam no propósito desta dissertação.

Gostaria também de ter conseguido algumas entrevistas para que pudesse enriquecer ainda mais a presente pesquisa, no entanto, devido a vários fatores, entre eles a pandemia, essas entrevistas não foram possíveis. Por mais que eu tenha buscado contato, não obtive respostas efetivas. Entre organizações e ativistas que eu busquei contatos via correio eletrônico, mídias sociais e mensagens via aplicativo de troca de mensagens, apenas quatro tentativas tiveram sucesso, ainda assim, com respostas de indicação de contato de outras pessoas que poderiam porventura ajudar, mas não consegui nenhum contato concreto, por esse motivo utilizarei das entrevistas contidas nos estudos de Bispo, de Cardoso e em dois

⁷⁰ **Canal Cultne**- Cultura Negra Desperta - <https://www.youtube.com/@Cultne> Entrevista com Valdecir Nascimento na coluna Cultne Resenha em março de 2021 - Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WwB2g_A7FMw acesso: 13/12/2022

canais na plataforma do YouTube, que possuem em parte recortes direcionadas ao MNU e o Grupo de Mulheres Negras do MNU/BA. Acredito que este movimento auxiliará na análise deste terceiro item, o GM-MNU/BA, direcionando a pesquisa para o lugar da mulher negra no interior da instituição.

O último ponto ao qual me volto é a criação do Grupo de Mulheres do MNU/BA. Apesar de não ter encontrado uma data correta, o que tudo indica ao analisar as primeiras edições do *Nêgo - Boletim Informativo do Movimento Negro Unificado* sua consagração teria sido por volta do final de 1981 e início de 1982. Na matéria da primeira edição do Boletim de julho de 1981, é possível perceber a movimentação para criação do MNU. A matéria é sobre o Dia internacional da Mulher, já tratado acima, mas um ponto que chama atenção, para se pensar a uma articulação das mulheres:

As mulheres, de um modo geral, são rotuladas de frágeis, incapazes de exercer funções de direção ou qualquer outra atividade profissional até então desempenhada predominantemente pelos homens. Resta Nos como opção as profissões ditas “femininas” (professora primária, enfermeira, etc.), que apesar de serem de grande importância, são discriminadas (vide os baixos salários pagos a estas categorias), tidas como a extensão do trabalho doméstico, do cuidado com os filhos. Considerando a importância da questão, é que o M.N.U. através de um grupo de mulheres militantes, começou a discutir os problemas da mulher negra em geral, visando estabelecer uma linha de trabalho que ataque de forma direta os preconceitos que nos atingem dentro da sociedade. (Trecho da Matéria O dia internacional da mulher, edição 01, p.7)⁷¹

Apesar desse recorte apresentado, somente na terceira edição (1982), algumas matérias foram assinadas pelo Grupo de Mulheres do MNU/BA. E o grupo estendeu essa partilha até aproximadamente a décima edição em 1986. Dessa forma, podemos perceber o embrião e o desabrochar do GM - Grupo de mulheres negras pelas páginas do *Boletim Informativo Nêgo*, e o empenho do grupo de mulheres no interior do movimento com a intenção de se fortalecer entre si e criar um espaço próprio. Para Luiza Bairros (BISPO, 2011, p.152), o processo da constituição de um grupo específico de mulheres foi emblemático na medida em que ajudou a desvelar um traço de machismo que existia na organização e muitos homens acabaram assustados com a força que aquelas mulheres foram ganhando no processo. A experiência da criação do GM foi relevante, uma vez que tal estratégia lhes permitiu acumular um capital político e simbólico significativo dentro e fora da organização.

Sendo assim, podemos considerar que em 1981, Luiza Bairros, Ana Célia da Silva, Maria do Amparo, Teresa Alfaya, Valdecir Nascimento, Júlia, América, Lúcia, Valdicélia,

⁷¹ **Primeira edição:** ver mais em site Negritos. Disponível em: <<http://negritos.com.br/>>

Saraí e outras criaram um núcleo no interior do MNU denominado de Grupo de Mulheres (GM) do MNU-BA (CARDOSO, 2012, p.172; PINTO, 2017, p.233). Como já mencionado, apesar de ter vários nomes na composição do GM do MNU/BA, concentrei-me em Luiza Bairos, Ana Célia e Valdecir Nascimento porque seus relatos vão ao encontro do que foi proposto na dissertação, falam sobre o lugar da mulher negra na construção da sociedade brasileira e como elaboram a noção de ancestralidade.

Luiza Helena de Bairos⁷², falecida em 2016, nasceu em Porto Alegre, e na sua fase adulta mudou-se para a Bahia no final da década de 1970. Foi uma das fundadoras do GM, socióloga, militante negra e feminista. Entre 2001 e 2003, Bairos trabalhou no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD. Desenvolveu trabalhos no Ministério do Governo Britânico, para o Desenvolvimento Internacional, como consultora do Programa de Combate ao Racismo Institucional, nos programas DFID/Pnud, sob responsabilidade da ONU, entre os anos de 2003 e 2005. Fez parte de diversas pesquisas e consultorias, a nível nacional e internacional, na perspectiva das relações raciais e de gênero. Organizou vários livros e escreveu diversos artigos sobre racismo, sexismo e o negro no mercado de trabalho. Nos anos de 2008 a 2010, foi titular da Secretaria de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia (SEPROMI), que trata de políticas para mulheres e de igualdade racial. Foi como ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR) de 2011 a 2014.

Luiza Bairos, em entrevista para Silvana Bispo (2011, p.133), faz um histórico sobre o início da sua caminhada na militância, que teria iniciado com o movimento negro, dentro do MNU, de 1979 até 1994. Segundo a ativista:

Era um momento em que vários movimentos sociais no Brasil estavam se

⁷² **Luiza Helena de Bairos:** socióloga, militante negra e feminista que desponta como uma das lideranças nacionais na luta anti-racista e sexista do país. Seu ativismo repousa nas experiências do movimento negro e de mulheres negras. Trabalhou entre os anos de 2001 e 2003 no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD, na coordenação de ações interagências e de projetos no processo de preparação e acompanhamento da III Conferência Mundial Contra o Racismo – relação estabelecida com agências internacionais, governo e sociedade civil. Luiza Bairos desenvolveu trabalhos no Ministério do Governo Britânico, para o Desenvolvimento Internacional, como consultora do Programa de Combate ao Racismo Institucional, nos programas DFID/Pnud, sob responsabilidade da ONU, entre os anos de 2003 e 2005, onde exerceu importante papel na elaboração de projetos e mecanismos de promoção à igualdade racial, combate ao racismo e suas discriminações correlatas. Fez parte de diversas pesquisas e consultorias a nível nacional e internacional, na perspectiva das relações raciais e de gênero. Nas últimas décadas tem estado à frente de inúmeras iniciativas de afirmação da identidade negra na sociedade brasileira. Entre os anos de 2008 a 2010, foi titular da Secretaria de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia (SEPROMI), que trata de políticas para mulheres e de igualdade racial. Atualmente está como ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR). Ver em: BISPO, Silvana. *Feminismos em debate: reflexões sobre a organização do movimento de mulheres negras em Salvador (1978-1997)*. 2011. dissertação UFBA

organizando, especialmente naquele processo de luta contra a Ditadura Militar e foi no meio dessa efervescência política que havia na sociedade que o Movimento Negro reemergiu nos anos 70 e o MNU em 80. Eu sou originalmente de Porto Alegre e me transféri para Salvador neste ano de 1979. (BAIRROS, apud BISPO, 2011, p. 147)

Quanto à presença de mulheres nas organizações mistas, Luiza Bairros, na mesma entrevista (2011), relata que elas, mulheres em geral, enfrentavam situações difíceis na relação com os homens nas organizações negras, e que apesar delas comporem a maioria da militância, os homens é que tinham a visibilidade, os homens é que dirigiam, os homens é que apareciam como os líderes do movimento. Como foi mostrado nesta pesquisa, as primeiras edições do Boletim do MNU trazem essas características das quais Bairros falava sobre esse espaço, apesar das matérias assinadas por mulheres e dos temas da mulheridade, as entrevistas com mulheres importantes, como Zezé Mota e a Miss Eline Batista não receberam a assinatura de mulheres ou mesmo do GM.

Desse modo, parecia natural, como mostra Luiza Bairros, que caminhassem para criar espaços próprios, e, no caso das mulheres do MNU, tomaram Lélia Gonzalez como exemplo, e buscaram mudar a realidade, no interior do movimento:

Quando a maioria das militantes do MNU ainda não tinha uma elaboração mais aprofundada sobre a mulher negra, era Lélia que servia como nossa porta-voz contra o sexismo que ameaçava subordinar a participação de mulheres no interior do MNU e o racismo que impedia nossa inserção no movimento de mulheres. Mas, através de muitas e longas conversas e dos textos dela, aprendemos como incorporar um certo modo feminista às nossas vidas e à militância, articulamos nossos próprios interesses e criamos condições para valorizar a ação política das mulheres negras. (BAIRROS, 2000, p. 43)

O sexismo como uma dimensão estruturante não está ausente do cotidiano das militantes negras, e se refletia em conflitos na disputa por espaços de lideranças, na divisão sexual do trabalho, nas diferenciações de gênero, nas reivindicações políticas e, conseqüentemente, no seu espaço de luta anti-racista, dificultando suas articulações políticas.

A gente percebia que havia uma timidez muito grande na maior parte das mulheres. Nas reuniões para se colocar eram apenas uma, duas, três, quatro mulheres no máximo que se colocavam, se propunham a falar, defender suas ideias, contestar os homens nas coisas que eles colocavam. Mas em nossas conversas, entre nós mesmas, todo mundo tinha sua opinião sobre tudo, mas aquela coragem de se colocar não estava posta. (BAIRROS, apud BISPO, 2011, p. 149)

A abordagem interseccional não é somente teórica, ela é prática, política é uma ferramenta importante para a percepção dos instrumentos de poder. As interlocuções entre

raça, classe e sexo, neste momento, enquanto marcadores sociais foram fundamentais para a quebra da identidade homogênea masculina no MNU, e acabou por instaurar novos referenciais e paradigmas de pertencimento às mulheres negras. Diante dessas constatações, a mulher negra militante do MNU pôde observar que o seu lugar de ocupação na precariedade e vulnerabilidade em diversos níveis da vida, como na educação, na saúde, no trabalho, na renda, no lazer de qualidade, ou seja, nos direitos básicos para o exercício da cidadania, que também são perpassados pelos marcadores sociais racismo e sexismo, tanto na sociedade quanto dentro do seu espaço de luta. Diante disso, essas mulheres em conformidade decidiram pela mudança, ainda que pequenas, e como outras mulheres que já utilizaram de estratégias de encontros diferenciados, as mulheres do MNU também usaram desse artifício para se organizarem.

Fizemos na verdade um programa que foi quase uma ‘capacitação’, à nossa moda. A gente não dava este nome, mas era o que a gente fazia. (...), pois, nas reuniões que tínhamos durante a semana – dia de quarta-feira nem sempre dava para discutir tudo – então a gente tinha reuniões aos sábados que também eram os momentos que recebíamos pessoas novas interessadas em participar, e, aproveitávamos para discutir algumas questões com mais profundidade (...). Então, o que nós mulheres fazíamos? Nós reuníamos as mulheres pela manhã, e a gente pegava toda pauta da reunião que ia haver de tarde, e discutíamos a pauta da reunião toda antes, porque entre nós todo mundo falava. Então, era muito bacana, porque daí quando o restante da militância chegava, que eram os homens realmente, nós já estávamos super aquecidas e quando chegava na hora da reunião todo mundo tinha uma opinião, todo mundo se manifestava, todo mundo tinha uma ideia. E a reação da maior parte dos homens foi muito ruim a este processo (ênfase). Eles diziam que quase que estávamos formando uma tendência dentro do MNU porque vínhamos a para reuniões com as opiniões formadas, e não passávamos por aquele processo junto com eles de construir as ideias. (BAIRROS apud BISPO, 2011, p.151)

Nota-se, a partir das palavras de Luiza Bairros, que as mulheres negras perceberam que a discussão sobre o aspecto de gênero no interior do MNU estava faltando, e era necessário esse olhar para as mulheres, que se não fosse pelo movimento que então que fosse por elas.

Caminhando mais uma vez em direção à pergunta “onde estão as mulheres negras?”, quando voltamos olhar para a análise da imprensa do MNU nos deparamos com a inserção ainda tímida dessas mulheres através das assinaturas e autoria de matérias. É interessante pensar como as militantes que estavam no primeiro momento do MNU continuaram suas trajetórias, na tentativa de responder à pergunta, criando espaços próprios nos núcleos mistos, núcleos femininos independentes, ou até lutando individualmente. Na questão da pesquisa, o foco foi direcionado a duas militantes: Ana Célia da Silva e Valdecir Nascimento, que tiveram registradas suas assinaturas em matérias e um poema no Boletim do MNU. Tal destaque é

importante, pois se percebeu ser raro, no Boletim, mesmo em temas ligados à mulheridade, a autoria ser registrada por uma mulher ou pelo Grupo de Mulheres. Enxergo em ambas - Ana Célia e Valdecir - vozes importantes para pensar a formação do grupo de mulheres no MNU, a organização da pauta feminina e a importância dos e das militantes da Bahia para a formação do Movimento Unificado. Ressalto, ainda, que essas duas autoras são fundamentais para a pergunta que conduz essa dissertação, pois lançaram ao grupo de mulheres os pontos importantes de sua luta, que concernem à tripla opressão bem como a importância da ancestralidade para pensar e organizar o espaço público da mulher negra.

Ana Célia da Silva é liderança do movimento negro há mais de três décadas. Pedagoga de formação, com mestrado e doutorado na área de Educação pela Universidade Federal da Bahia. Está na militância desde a década de 1980, desenvolvendo trabalhos que dialogam com referenciais das Africanidade e das relações etnicorraciais. Suas publicações debatem, em especial, a discriminação das populações negras nos livros didáticos nacionais. Além dos anos que atuou na educação básica, em 1994, tornou-se professora da Universidade do Estado da Bahia e se aposentou em 2010, e segue ativa na vida acadêmica, política, social e cultural de Salvador, sendo uma figura marcante nas diversas manifestações sobre a questão racial.

Ao ser indagado por Silvana Bispo quanto ao seu início na caminhada da luta negra, principalmente no MNU, Ana Célia discorre sobre sua entrada e saída da entidade.

Olha, começou a partir da fundação do Movimento Negro Unificado - MNU, um pouco antes. O então prefeito Edvaldo Brito fez uma semana de palestras e convidou Lélia Gonzalez, importantíssima já na época, para fazer uma série de palestras sobre o 13 de maio, mas ela não falou sobre o 13 e sim o que aconteceu depois do 13 de maio. E nós fomos ouvindo aquilo e percebermos que precisaríamos fazer alguma coisa a respeito. Então, nós fundamos o Grupo Negro que funcionava na Praça Municipal no Jardim Sucupira em julho de 1978 e um ano depois nós fundamos o MNU. Mandamos em 1978 um grupo de pessoas daqui de Salvador para São Paulo representando o Grupo Negro. (...) e foi fundado em 7 de julho o MNU, e nós fizemos parte da fundação e então comecei a trabalhar no MNU. Em 1980 nós fundamos o primeiro Grupo de Trabalho - GT de Educação, e até agora continua trabalhando a questão do negro na educação. (...) Eu saí em 1989, do MNU quanto entidade, mas continuo trabalhando como supra entidade⁷³, supra movimento de uma maneira geral. (SILVA apud BISPO, 2011, p.157)

⁷³ Segundo Ana Célia a ideia de supra-entidade simboliza a perspectiva de um supra-movimento, ou seja, uma organização unificada a partir de algumas propostas políticas. Segundo a depoente, sua participação na militância de referencial negro se estabelece a partir da conjuntura orgânica. Sua atuação política se efetivava em seu local de trabalho e em outras instâncias da sociedade, e, não necessariamente a mesma tenha que estar filiada a uma entidade negra específica, ou seja, “me chamam para fazer palestras, debates, eu estou nas discussões todas” (informação oral obtida por Silvana Bispo na entrevista com a militante)

Assim como dito acima, Ana Célia reafirma como foi a sua participação no MNU e na construção do Jornal *Nêgo* na entrevista concedida ao canal Negritos⁷⁴ em 2019. A professora também relata como se deu seu primeiro contato com o jornal, que ao chegar no MNU já havia um grupo fazendo o Jornal *Nêgo* e logo depois ela e o irmão Jônatas Conceição passaram a auxiliar no Boletim. Para a ativista:

O Jornal *Nêgo* foi muito importante porque na época foram as primeiras escritas sobre o Movimento Negro em Salvador, na Bahia, no Brasil e também no exterior; o jornal difundia a ideia de que o Brasil não era uma democracia racial, que no Brasil havia um racismo muito violento, que nós negros éramos maioria no país, mas representados como minoria. (SILVA, Canal Negritos, 2019)

E como Ana Célia mesmo conta, a circulação do jornal era feita em forma de vendas de mão em mão, nas ruas, nas praças, as ideias difundidas pelo MNU alcançava os negros. E, conseqüentemente, também chegaria até as mulheres os temas debatidos sobre elas através das postagens do GM-MNU/BA.

Historicamente, a nós mulheres negras estão reservados os espaços subalternos no cenário e imaginário social brasileiro. Por conseguinte, esse lugar se estende aos movimentos negros, dessa forma, mulheres como Ana Célia e as demais participantes do MNU/BA passam a pensar num grupo específico, contribuindo para a autonomia da mulher negra. O GM do MNU desenvolvido pelas mulheres negras elaborou estratégias de resistência para enfrentar as desigualdades vigentes tanto no MNU quanto na sociedade. Espaços como o *Nêgo* foram importantes para o exercício do protagonismo coletivo, para a autodefinição do grupo e o desenvolvimento do projeto de empoderamento das mulheres. Porém, não pode esquecer que a organização dessas mulheres foi recebida com certa apreensão por parcela do movimento negro pelo temor infundado de que a luta de enfrentamento do racismo e da discriminação racial fosse enfraquecida com a inclusão da “questão da mulher”, como era vista na opressão sexista.

Diante da participação ativa de Ana Célia na autoria de matérias do jornal *Nêgo* e da sua participação na fundação do GM, percebemos que as mulheres negras estavam no front, buscando estratégias e caminhos para que elas alcançassem o objetivo de empoderamento político e para que pudessem exercer uma atuação proativa no interior do MNU, assumindo também um lugar de protagonistas no Movimento Negro. O GM possibilitou que elas utilizassem de estratégias que passavam pela troca de experiências entre elas, apresentadas

⁷⁴Canal Negritos: <https://www.youtube.com/@negritosimprensanegra6821>

Entrevista de Ana Célia da Silva: <https://www.youtube.com/watch?v=YAALfJdyK0g> acesso dia 13/11/2022

pela exposição de suas fragilidades, ao dividir os medos alimentados pelo racismo, pelas imagens depreciativas, pelos estereótipos, que acabam abalando a autoestima e a capacidade de falarem em seu próprio nome e, a partir daí, reconectar a força entre elas para construir, coletivamente, a transformação das mulheres do grupo pela afirmação, pelo discurso, pelo ato de falar e lutar por seus direitos.

Em seguida, me debruçarei sobre o espaço/lugar da mulher negra na organização MNU através da perspectiva de Valdecir Nascimento. Nascimento é natural de Salvador e vem desenvolvendo há quase trinta anos sua militância no Movimento Negro e de mulheres negras. Graduada em História pela Universidade Federal da Bahia, tem mestrado em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, onde desenvolveu uma pesquisa que mapeou as experiências educacionais do Movimento Negro do Brasil. Presta consultoria a partir de abordagens sobre relações etnicorraciais e de gênero para organismos diversos. Foi fundadora junto com a professora Vanda Sá Barreto do Ceafro - Educação e Profissionalização para Igualdade Racial e de Gênero – programa que está sob a rubrica do Centro de Estudos Afro-Orientais, da Universidade Federal da Bahia, no qual atuou como coordenadora executiva. Foi Superintendente de Políticas para Mulheres pela Secretaria de Promoção da Igualdade do Governo do Estado da Bahia (SEPROMI). É coordenadora executiva do Odara – Instituto da Mulher Negra, da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e coordenadora do Brasil na Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora. Compõe a Secretaria Executiva do Fórum Permanente pela Igualdade Racial (FOPIR)⁷⁵.

Com esse extenso currículo, Valdecir Nascimento nos auxilia a entender sobre o espaço/lugar da mulher negra na organização MNU através de algumas entrevistas cedidas para dissertação Silvana Bispo de 2011 *FEMINISMOS EM DEBATE: Reflexões sobre a organização do movimento de mulheres negras em Salvador (1978 - 1997)*, para a tese de doutorado de Claudia Cardoso de 2012 *OUTRAS FALAS: Feminismos Na Perspectiva De Mulheres Negras Brasileiras* e também para o Canal *Cultne Cultura Negra Desperta* no quadro *Cultne Resenha* apresentado por Carlos Alberto de Medeiros, apesar de serem entrevistas cedidas a terceiros, acredito que alcançará o objetivo proposto. Como já mencionado, esse foi o caminho escolhido diante da dificuldade encontrada em estabelecer um contato direto com a militante.

⁷⁵ Valdecir Pedreira do Nascimento: <https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/sup/und/uni/val.html>

Valdecir Nascimento relata nessas entrevistas a importância da preparação familiar quanto a sua consciência racial, o que esse posicionamento contribuiu para sua trajetória de militância. Esse entrelaçamento nos auxilia a tentar responder a indagação da dissertação sobre o lugar da mulher negra no MNU.

Minha trajetória de vida, eu sempre costumo dizer que ela não é diferente do restante das mulheres negras, 90% das mulheres negras da Bahia, do Brasil. Porque na verdade o racismo que determinou minha trajetória de vida é o mesmo que determinou a trajetória de vida de muitas mulheres. Eu sou a quarta de uma família de cinco irmãos, três homens e duas mulheres. De uma mãe fantástica (...) Eu sou de uma família muito pobre, mas de grande afetividade. Então, não fomos educados apanhando muito, minha mãe achava que não tinha muitas coisas para dar para gente, coisas materiais, consequentemente ela acreditava que não deveria bater na gente, não era justo bater, espancar. (...) Sou de uma família que existia uma consciência elementar, um tipo de consciência política sobre o racismo. Porque minha mãe e meu pai concordavam que poderíamos passar fome, mas que não podíamos pedir nada a ninguém. Deixaram a gente com a espinha ereta e com cara em pé. Isso foi muito importante para nossa educação. (NASCIMENTO apud BISPO, 2011, p.163).

Em entrevista Carlos Alberto Medeiros em 2021 no canal *Cultne Valdecir Nascimento* continua com o mesmo posicionamento quanto à importância do seio familiar quanto à sua consciência racial e militância: A ativista reforça que a experiência familiar através dos ensinamentos de sua mãe a ensinou muito sobre a questão racial:

[...] Nesta organização (MNU) eu aprendi o que é ser uma mulher negra, apesar de que Carlos, eu Sempre digo que é como se estivesse preparada porque a leitura sobre a questão racial, as reflexões sobre a questão racial, já atravessava a minha família porque meu pai foi uma ativista comunista, era um homem negro, era de Candomblé, então é minha mãe era uma mulher do recôncavo baiano. Onde ela nos ensinou a não baixar a cabeça: *reaja, reaja, não volte para casa apanhada, não deixe te humilhar*. Então você já é forjada numa perspectiva de insurgência, então é como se fosse uma luva, sabe, eu já tinha inquietação das questões que aconteciam na família. [...] E quando encontro o MNU, ele complementa o que era debatido em casa, o que era chamado a atenção em casa. Em relação: *Não vá com o sapato sujo porque você é negro, o povo vai falar mal de você, cuidado com sua aparência*. Então minha mãe acreditava que a aparência ia nos proteger do racismo e na medida em que ela argumentava como se a higiene fosse nos proteger ela também nos alertava que tinha uma situação diferenciada e que nós também éramos tratados de uma forma diferente. E ela exigia que nós não abaixássemos a cabeça. Então, essa vivência familiar, ela é importante no encontro com o MNU, porque na verdade, o que o MNU vai me ensinar é como ler e sistematizar e interpretar do ponto de vista político do que a minha mãe estava falando do que os meus pais se tratavam. (NASCIMENTO, 2021, Canal Cultne)

Sua mãe também foi importante quanto ao seu empoderamento feminino. Segundo Valdecir Nascimento, sua mãe sempre falava que não deveria se submeter a homem nenhum, que, primeiro deveria estudar e, depois, pensar em casamento, que o estudo lhe garantiria independência, até mesmo, dos homens da família, seus irmãos. *Quando essa mulher me*

ensinou isso, eu aprendi isso e trouxe isso para a minha vida; organizo minha vida dessa forma: isso significa o quê? Do que esta mulher estava falando? Como é que eu aprendi isso e continuo tocando isso? (NASCIMENTO apud BISPO, 2011, p.163).

Quanto ao seu ativismo, Nascimento participou do Movimento Negro e de Mulheres Negras, participou das principais transformações vivenciadas pelo MNU, como por exemplo, o GM-MNU/BA, no qual esteve à frente em sua construção. Como mencionado, Valdecir Nascimento herdou esse aprendizado de sua mãe, e de outras mulheres militantes do MNU. Para ela, os homens negros não são os inimigos preferenciais das mulheres negras, mas alerta para a convivência com seus atos, “porque se você deixar quem mata a gente são eles” (Apud LESSA, 2020: p.126). E, para além das disputas com os homens negros, ela cita a disputa das mulheres heterossexuais com as lésbicas: “[...] na hora de você hierarquizar, distribuir poder, você garante a lógica judaico-cristã, que é racista e heterossexual” (apud LESSA, 2020, p.126). Essa postura/visão sexista partilhada por certos homens do Movimento Negro era um problema, talvez um dos maiores percalços interpostos às ativistas. Mas ao mesmo tempo também levava as mulheres negras a avaliar o grupo, fazer questionamentos internos, uma vez que as mulheres estavam insatisfeitas com o comportamento de determinados integrantes. Valdecir Nascimento aponta as questões sexistas existente no grupo a partir dos posicionamentos de alguns integrantes homens, principalmente com a entrada de novas integrantes no MNU:

Nós tínhamos um conjunto de ativistas no MNU que tinha umas práticas que eram essa coisa, toda novinha que chegava você já sabe como é, o Jogo de Sedução, era um ritual né? E como, quando você ouve homem negro com aqueles discursos muito elaborados, com aquelas leituras, a sedução se realizava. Só que isso, provocava um prejuízo no MNU, porque as meninas se apaixonavam e era só sedução. Eles as tinham, e eles seguiam a vida né. E nós resolvemos barrar dentro do MNU, esse ciclo de ação e começamos a nos organizar. E também como era naquela época, os homens falavam e as mulheres secretariavam. Nós falávamos que perdemos por muito pouco nas assembleias, nas plenárias e acabava as namoradas votando com os sedutores, né? Com os conquistadores. E aí nós resolvemos revolucionar, mudar aquela ordem, porque nós não podíamos ter uma organização antirracista que reproduzia relações sexistas, machistas. (NASCIMENTO, 2021, Canal Cultne)

Esses comportamentos masculinos faziam com que algumas mulheres negras não resistissem ao ambiente sexista e, em função disto, a presença feminina era sempre pequena. Diante disso, foi ficando mais forte o desejo de mudança, de obter um posicionamento no MNU, então elas passaram a se fortalecer, se organizar, e passaram a assumir atividades de destaque e de direção no grupo, tradicionalmente realizadas pelos homens.

E aí nós juntamos, nós tínhamos as grandes mulheres no MNU: Ana Célia, Amparo, Luiza Bairros, Teresa que já estavam lá, e quando minha geração chega no MNU, nós resolvemos, e falávamos: essas meninas não vão poder ficar caladas e nem virar isca né na mão dos sedutores e daí querido, o que que vai acontecer nós vamos organizar o grupo de mulheres do MNU, com a finalidade inicial de estudar, de se formar, porque a gente acreditava que nós não teríamos, porque nós não tínhamos um acúmulo sobre a luta racista para que a gente pudesse intervir, fazer propostas, participar de assembléias, conduzir processos dentro da organização (NASCIMENTO, 2021, Canal Cultne)

Valdecir Nascimento em entrevista a Silvana Bispo (2011) aponta a importância de se ter estratégias para lidar com os percalços na criação do GM: *Para realizar uma ação, contínua: Começamos a nos articular, conversar antes “Olha, hoje você pega a coordenação da mesa” incentivando que as mulheres comessem a assumir outra postura.* Nascimento destaca como importante era o não envolvimento com nenhum companheiro de luta, porque isso poderia desmoralizar a luta, além de trazer problemas com as esposas dos mesmos. Valdecir na entrevista para Claudia Cardoso (2012) diz: *“As mulheres dos militantes nos odiavam. Como se a gente fosse tudo mulheres amantes deles. Então, isso era uma problemática para a gente trazer mais mulheres para dentro do movimento”*.

Outra estratégia encontrada pelo GM eram os encontros que antecediam a reunião geral do MNU, e o objetivo era qualificar a intervenção política de todas. Era preciso que as mulheres estivessem preparadas de manhã para participar dessas reuniões mais gerais durante à tarde. *Porque a gente não participava porque não tinha informação, tinha medo de falar; então, nós formamos um grupo de mulheres, muito para fortalecer, para atuar no grupo misto.* (CARDOSO, 2012, p.174). Na entrevista com Carlos Alberto, Valdecir conta como eram essas reuniões:

E aí nós iniciamos em 1981, as reuniões do MNU eram à tarde e pela manhã juntava se as mulheres negras para estudar, e aí a gente estudava a revolução de Moçambique, Samora Machel e as mulheres na frente de lutas de Moçambique. Nós elaboramos documentos sobre a situação da mulher negra no Brasil, começamos a estudar Lélia Gonzalez. (NASCIMENTO, 2021, Canal Cultne)

O GM também montou uma peça de teatro em quatro atos denominada “Anônimas guerreiras brasileiras”, o que possibilitou abrir a discussão sobre a questão das mulheres negras dentro do movimento, como relata Valdecir Nascimento a Bispo:

Foi assim que a gente começou a discutir as relações de gênero dentro do movimento negro. Nós vivenciamos a experiência, que foi de enfrentamento com os caras, em seguida, produzimos a peça de teatro e a gente corria Salvador e alguns municípios do Estado da Bahia, problematizando com essa questão. Fomos a Juazeiro, fomos a Vitória da Conquista, fomos a vários municípios que tinham discussões de movimento negro, a gente levava a peça, bar de periferia, era a nossa

estratégia de discutir a questão das mulheres negras dentro do movimento. E aí o grupo vai se fortalecer. Nós vamos começar a disputar Congresso Estadual, Congresso Municipal, então, a gente vai começar a ter uma atuação efetiva dentro do MNU da Bahia porque nós queríamos dar o tom. Então, a gente, a nossa ação, mesmo sem querer, ela acabava sendo uma ação policialesca, então, onde aparecia as mulheres do MNU, os caras do MNU não ousavam arranjar outra mulher. (NASCIMENTO apud BISPO, 2011, p.173)

Ao ser indagada novamente sobre essa peça de teatro por Carlos Alberto (2021), ativista detalha como a peça trazia discussões pertinentes para as mulheres negras a fim auxiliar uma reflexão sobre o ser mulher negra e também de angariar mais adeptas ao grupo:

A cereja do bolo, Carlos Alberto, foi estruturar uma peça de teatro do Grupo de Mulheres do MNU, foi como a gente usou como metodologia para trazer mais mulheres para dentro do grupo. Foi uma peça chamada Guerreiras Anônimas Brasileiras que tinha Quatro Atos: um ato era questão da aparência, a situação da empregada doméstica, os homens do Pólo Petroquímico que só escolhia mulheres brancas para casar, que isso era um ponto central no nosso debate e debatendo sobre os militantes que não levam suas esposas para o movimento e que ficam paquerando as companheiras da militância. Então a ideia da peça de teatro era estabelecer diálogos e reflexões em torno de relações de opressão que recaiam sobre as mulheres negras e levamos quase dois anos circulando no estado da Bahia com essa peça que abriu os debates e conseqüentemente ocorreu perseguições acusações o que a gente pudesse imaginar naquele momento porque nós começamos a questionar o modelo na verdade nós questionávamos nossa tarefa era transformar aquela organização é transformar numa organização de fato comprometida com a luta de antirracista, contra o patriarcado porque não cabia a nós ativistas negros, como não cabe até hoje a nos ativista negros, homens e mulheres reproduzir nenhum tipo de relação de opressão, de dominação e de discriminação, porque nós somos e conhecemos melhor que ninguém o que isso faz e impacta nas nossas vidas. Então isso era uma perspectiva que o grupo de mulheres do MNU trazia consigo e com certeza absoluta nós modificamos a concepção interna dessa organização. (NASCIMENTO, 2011, Canal Cultne)

É importante ressaltar que Valdecir Nascimento alega que na trajetória do GM houve alguns homens aliados, como Jônatas Conceição, Luiz Alberto, Luiz Orlando, que deram apoio, que entenderam os questionamentos e importância das demandas políticas levantados pelas mulheres dentro da organização, concordavam e debatiam qual era a situação do MNU. Porém, a maioria não participava dessa mesma ideia e havia uma resistência muito grande, alguns chegavam até nomear as mulheres que fizeram frente aos mesmos como “sapatão”, problemáticas, etc.

Diante dos expostos, percebe-se que a unidade negra está bem longe de ser uma verdade absoluta unificadora e que os marcadores raça, gênero, classe e sexualidades transvestidos de unidade mascaravam as diferenças e impossibilitavam o tratamento digno às diversidades. As mulheres negras lançaram mão de táticas para se negar à posição de subalternizadas e com poucos privilégios, mas, sobretudo, na busca de empoderamento e

autonomia. Essas mulheres possuem força, são transformadoras políticas, articuladoras sociais e foram importantes para constituição da entidade negra. Mesmo diante das complexidades do sexismo racializado, as mulheres da organização não ficaram alheias a tais experiências e acabaram por redefinir seu ativismo político a partir de algumas frentes de luta, dentre elas, a constituição do Grupo de Mulheres - GM⁷⁶.

Diante da pauta específica para as mulheres na Carta de Princípios, da inserção tanto de matéria quanto de assinatura no Boletim Informativo de mulheres e do GM, percebo que apesar de ser uma organização mista e ter uma abertura quanto ao espaço ocupado por mulheres negras, existia também a ausência de efetividade em alguns pontos, como por exemplo, o não destaque nas posições de gerenciamento. As reivindicações, os embates e a disputa de poder, de certa forma, conduziram as mulheres para criação de um núcleo próprio na entidade. Essa dinâmica contribuiu para uma percepção de que do racismo constrói diferentes trajetórias/relações de gênero para mulheres e homens de grupos raciais/étnicos diferentes, mas faz também com que mulheres e homens pertencentes ao mesmo grupo racialmente subordinado vivenciem o racismo de lugares de gênero diferentes (CARDOSO, 2012, p.123). Cláudia Cardoso (2012) ainda reforça que as experiências específicas das mulheres negras com o racismo são mais bem definidas pela expressão racismo de gênero ou racismo gendrado⁷⁷, concepção utilizada por Julia Sudbury (2003)

O Grupo de Mulheres tinha por objetivo o empoderamento político das integrantes para que exercessem uma atuação proativa no interior do MNU, assumindo o lugar de protagonistas no movimento negro. A estratégia passava pela troca de experiências para expor as fragilidades, para dividir os medos alimentados pelo racismo, pelas imagens negativas depreciativas, os estereótipos, que acabam

⁷⁶**Grupo de Mulheres do MNU/BA:** Segundo Luiza Bairros, o GM foi bastante emblemático para as mulheres do MNU porque possibilitou a construção de experiências significativas como, por exemplo, a montagem teatral que as militantes propuseram chamada: “Amônias Guerreiras Brasileiras”, título retirado de um poema do escritor Oliveira Silveira. Era a estratégia criada pelas ativistas para discutir as questões de gênero dentro do MNU. A peça tinha por objetivo retratar as mulheres negras em diversas situações da vida, misturando linguagens diversas como teatro, música, poesia, etc. Os atos diziam respeito às identidades da mulher negra em múltiplas esferas da vida; a relações estabelecidas com os homens negros; a crítica ao envolvimento afetivo de homens negros com mulheres brancas; o nível de exploração do trabalho doméstico. O GM se apresentou em quase todos os bairros de Salvador e em diversas cidades do interior do Estado da Bahia. (BAIRROS apud BISPO, 2011, p. 150-151)

⁷⁷ **Racismo Gendrado:** usado para explicar a expressão “racismo de gênero”, que fala das experiências de racismo das mulheres de grupos racialmente subordinados, e sexismo racializado, para caracterizar as discriminações de gênero impostas somente às mulheres destes grupos. Esta classificação visa mostrar quanto o entendimento isolado dos elementos que compõem a expressão “racismo e sexismo” é inadequada para qualificar as experiências das mulheres negras, pois sugere que elas conhecem o mesmo racismo que os homens negros e o mesmo sexismo que as mulheres brancas, estando sujeitas a dupla opressão. A ideia de somatório das opressões oculta a potencialização resultante da intersecção entre os marcadores sociais. (Julia Sudbury, 2003, p. 71 apud CARDOSO, 2012, p.124)

solapando a autoestima e a capacidade de falarem em seu próprio nome para construir, coletivamente, a transformação das mulheres do grupo pela afirmação do discurso, do ato de falar, pois, como sublinha bell hooks (1989), para as mulheres de grupos oprimidos falar é um ato de resistência, um ato que desafia a política de dominação masculina. (CARDOSO, 2012, p.173)

Essas foram as soluções encontradas pelas mulheres negras para sobreviver às adversidades apresentadas, a partir de estratégias com as quais elas se defendiam e se fortaleciam tanto individualmente quanto coletivamente, tanto no GM do MNU/BA quanto no Movimento Negro. Ou seja, as mulheres negras foram encontrando seus lugares dentro desses espaços e se articulando e, como mencionado nos capítulos anteriores, é perceptível a importância e desenvoltura das mulheres no interior do Movimento Negro. No entanto, por mais que ocupassem lugares e algumas demandas fossem debatidas, foi necessário criar um núcleo somente para elas em ambientes mistos de lutas anti-racistas.

As ativistas aqui apresentadas entendiam que, por força do passado escravista, o racismo, mais do que o sexismo, exercia maior impacto na produção de desigualdades no Brasil. Sendo assim, elas investiram na militância em busca de possibilidade de mulheres negras ocuparem todos os espaços possíveis, incluindo direção do Movimento Negro, participação expressiva em Movimento de Mulheres e criando espaços próprios como o Movimento de Mulheres Negras que vão se projetando num futuro próximo.

A partir dessas articulações, novas perspectivas vão se desenhando naquele cenário, propondo novas reflexões e abordagens sobre o pensamento e prática política a partir do lugar de onde estavam. Foi necessária uma postura diferenciada das mulheres negras tanto as do GM do MNU/BA quanto às outras mulheres de outras organizações, em trazer outras possibilidades em torno da identidade negra, de gênero e do próprio feminismo negro, como caminho do ativismo político mesmo que de forma lenta e processual. Nesse ínterim, algumas mulheres negras de Salvador, neste caso as que faziam parte do MNU, movidas pelos embates estabelecidos dentro das organizações mistas foram aproximando do Movimento de Mulheres associando ao referencial feminista. Luiza Bairros, que se tornou um referencial para muitas, relaciona essas movimentações de tal maneira que:

A mulher negra, no final dos anos 70, já identificava o Movimento Feminista como um aliado forte, mas essa coisa de democracia racial não permitiu essa aliança. Diante da necessidade de mascarar esse conflito nós acabamos partindo para o estabelecimento de uma falsa harmonia; muito beijo, muita mão no ombro, redundando numa atitude extremamente paternalista. E o paternalismo, todas nós sabemos, é uma das piores formas de autoritarismo que existem. Na relação do branco com o negro no Brasil, o negro é tido como alguém extremamente infantilizado, o que, portanto, precisa ser conduzido. (SARDENBERG, 2008, p.144 apud PINTO, 2017, p.237)

As mulheres negras foram se desvencilhando desses laços paternalistas e conquistando seu lugar a partir de organizações desenvolvidas com estratégias de resistência para enfrentar as desigualdades vigentes na sociedade. Criaram espaços para o exercício do protagonismo coletivo, para a autodefinição do grupo e o desenvolvimento do projeto de empoderamento das mulheres.

A organização das mulheres negras na contemporaneidade não ocorreu pela exclusão dos movimentos negro e feminista, mas estas buscaram pelos seus espaços desde sempre, até mesmo quando foram sequestradas do seu continente e foram escravizadas, sempre ocuparam espaços e lutaram por eles, criando e articulando estratégias próprias.

Ainda sobre os embates das ativistas no Movimento Negro e a organização de grupos próprios:

É o que diz Lúcia Xavier a respeito das mulheres que faziam parte do programa do CEAP: “começamos a pensar num grupo específico. Elas [as mulheres do grupo] já vinham pensando e me agreguei à discussão que elas traziam. Essas discussões de mulheres já encontravam na sociedade, com o movimento feminista” (CONTINS, 2005, p. 318 apud CARDOSO, 2012, p.185).

Os caminhos trilhados por mulheres negras que se articularam e contribuíram para a constante evolução no entendimento do ser mulher negra, do pensamento feminista negro, do feminismo negro, e o seu lugar no mundo foi importante para que se posicionassem em determinados episódios de racismo, sexismo e classismos. Como foi o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina em 1983, e o III Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe em 1985⁷⁸, que desencadeou algumas discordâncias entre as mulheres negras e brancas participantes, uma vez que em Bertioga em 1985 houve disputa política pelo direito ou não à participação de um grupo de mulheres negras do Rio de Janeiro, não inscrito formalmente. Jurema Batista e as outras companheiras não puderam participar e segundo ela, diante do ocorrido, foi “resolvido que iríamos, a partir dali, fundar o movimento de mulheres negras” (apud CONTINS, 2005, p. 286).

Apesar da luta sobre as questões de gênero no Brasil na década de 1970, centrar numa perspectiva feminina tradicional (mulheres brancas), as mulheres negras já vinham desde muito “interessadas nas questões de gênero” e tinham conhecimento da importância da inter-

⁷⁸ Ver: Capítulo 05- Os movimentos de mulheres negras da tese de Cláudia Pons Cardoso: CARDOSO, Cláudia Pons. Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. 2012. Ver em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/7297>

relação entre gênero e raça, como mostravam em seus escritos. O que possibilitou a elas o melhor enfrentamento e luta pelos seus espaços no Movimento Negro, na sociedade e até mesmo nas questões do Movimento Feminista Tradicional. Sendo assim, ressalto a importância das contribuições de mulheres negras nos espaços inseridos a partir de suas especificidades e particularidades. Sem pretender oferecer respostas prontas sobre esse complexo, variado e conflituoso cenário onde o foco primordial é pensar as experiências de mulheres atingidas por estruturas opressoras de poder, efetivamente postas na sociedade brasileira. Volto-me aos dizeres de Jurema Werneck mencionado no início desta dissertação sobre os nossos passos virem de longe sobre não serem detentoras de ideias, mas observar e aprender através de experiências próprias e de outras mulheres que vieram antes:

O que apresentarei aqui não são ideias minhas. Falo do que vi, aprendi, li, ouvi, a partir de minha inserção em comunidades heterogêneas: de diferentes gerações, sexualidades, racialidades, escolaridades, possibilidades econômicas, culturais e políticas, e muito mais. Penso que a originalidade de que posso ser acusada refere-se à tentativa de juntar aqui muitas fontes, diferentes vozes. (WERNECK, p.76, 2010).

Dito isso, ratifico que entender as ações de Mulheres Negras de modo geral no interior do Movimento Negro passa por diversas reflexões. Finalizo com a passagem de Luciana Falcão que cita Silvana Bispo (2011) e Sueli Carneiro sobre a compreensão do processo organizacional do GM MNU/BA e MMN de Salvador.

Com o objetivo de compreender como se estabelece o processo organizacional do Movimento de Mulheres Negras em Salvador, e sua aproximação do Feminismo, Silvana Bispo (2011) compartilha das reflexões de Sueli Carneiro (2003): mesmo se tratando de contextos diferentes, o Movimento de Mulheres Negras se organiza no entre-lugar, na intersecção e na síntese do Movimento Negro com o Movimento Feminista. Assim, tal movimento afirma politicamente o protagonismo de um sujeito específico na luta contra o racismo e o sexismo, a mulher negra. (LESSA, 2021, p.368)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate apresentado não tem a intenção de fechar ciclos, e por este motivo que optei por considerações finais ao invés de conclusão, porque o que podemos perceber ao longo da escrita que nada está concluído, estamos em constantes evoluções, movimentações, revisões e novos aprendizados de coisas que já foram ensinadas.

Dito isso, entendemos que é importante dar continuidade aos debates aqui apresentados e retirar deles cenários de possíveis encaminhamentos para pesquisas futuras. Como visto, a história continua passando por adequações necessárias para a ampliação da produção do conhecimento, abarcando outros sujeitos históricos, e possibilitando novas leituras de mundo. Outras produções de histórias são propostas ampliando o leque de sujeitos e fontes, com isso a possibilidade de incorporação de outros grupos na historiografia. Diante desses novos formatos apresentados, possibilitou que as mulheres negras tornem-se sujeitos históricos e, desse modo, tiveram a oportunidade de terem suas histórias estudadas, pesquisadas, vistas e reproduzidas por elas.

Seguindo na mesma direção, outras narrativas também desafiaram a ordem da historiografia tradicional, como por exemplo, os estudos Pós-coloniais e a Decolonialidade. A decolonialidade por sua vez possibilitou que outros grupos marginalizados fossem também contemplados, como os negros, indígenas entre outros grupos, uma vez que o Pós-colonial não trazia uma abordagem mais específica sobre a América Latina. Foi nesse rol de contingências que a população negra e a mulher negra encontraram alternativas para se fazer ouvir academicamente, pois sua história sempre esteve ali presente, mas não recebia a atenção adequada, e este movimento dentro da academia, conseqüentemente, possibilitou que hoje nós estejamos aqui escrevendo sobre.

Mas ainda é pouco, precisamos escrever mais e mais, pesquisar mais e mais, divulgar mais e mais e incluir mais e mais. Ao começar a pesquisa em busca de respostas para a pergunta, sobre o lugar da mulher nos espaços da negritude e se suas pautas eram atendidas no interior do Movimento Negro Unificado, percebemos que teríamos que buscar respostas no passado também. Para nossa surpresa, não encontramos respostas, mas sim, mais questionamentos, devaneios e algumas similitudes. Tais como as questões das mulheres permaneceram em lugares bastantes semelhantes: eram um contingente grande ativistas, porém com poucos poderes de escolhas, e como possível solução empenharam-se em criar espaços próprios para o atendimento de suas respectivas demandas. Foi assim na maioria das

organizações ao longo dos anos. O engajamento, as análises e o construto teórico produzidos pelas ativistas negras no combate ao racismo/sexismo, em nossa recente história, ainda não foram devidamente registrados e merecem mais estudos.

No que diz respeito a nossa pergunta inicial: Movimento Negro Unificado e representações: Onde estão as mulheres negras? 1978-1982. Acredito que não exista uma resposta concreta e absoluta, mas caminhos que nos fazem pensar sobre esses lugares. No caso desta pesquisa, acredito que esse lugar foi ocupado em meio a várias reivindicações, tais como a pauta da Carta Princípios, espaços no jornal e a criação de um núcleo feminismo no interior do MNU.

Sobre a Carta, cabe pensar o coletivo, ao se propor a colocar uma pauta direcionada especificamente às mulheres negras, baseada em sua realidade de encruzilhada de opressão, através da bandeira de combate à exploração sexual, social e econômica da mulher preta, está abrindo um espaço, que foi ocupado pelas mulheres negras.

Já no jornal, esse lugar pode ser vislumbrado quando se trata da imprensa negra da entidade, apesar de nem todas as edições apresentar temas sobre mulheres negras, houveram espaços para apresentar temas pertinentes às mulheres negras para outras mulheres negras, além da representatividade da participação delas através das assinaturas de mulheres nas matérias tanto individualmente quanto coletivamente através do GM-MNU/BA.

E para finalizar, a possível ocupação de espaços pelas mulheres negras, podemos citar a criação de espaço próprio, o Grupo de Mulheres, a disputa por espaços, confiança e respeito como foi apresentado pelas militantes Valdecir Nascimento, Ana Célia e Luiza Bairros nestes últimos apontamentos. Dessa forma, tudo que foi citado até aqui, direciona para a compreensão da ocupação de espaço pelas mulheres negras. Elas estavam presentes, ainda que tivessem que se impor lutar por reconhecimentos e usar de estratégias para combater as práticas sexistas no interior do MNU. Onde estão as mulheres negras? Estão nas reivindicações, na imprensa e no seu núcleo próprio dentro do grupo. Sim, elas estão presentes, mas que também tenhamos ciência que não foi fácil e que continua sendo uma luta constante para abrir espaços e permanecer neles.

Dessa maneira, a efetivação da luta anti-racista e sexista deve ser somada às pautas políticas empreendidas no âmbito das ações afro brasileiras, sejam elas, sob a alcunha de uma entidade, seja sob as variadas estratégias encontradas para mobilizar-se. De qualquer forma, os conflitos de gênero dentro do MNU foram uma realidade desde sua constituição, as diferenciações estão sendo estabelecidas atualmente, ainda que se tenha algum nível de problemática no interior delas. Não se pode afirmar que a existência destas organizações de

mulheres surgiu apenas pelas práticas sexistas no interior das organizações negras, seria reducionista, mas é inegável que a criação desses espaços acabou fazendo a diferença porque se coloca para fora outra pauta. Além de chegar até outras mulheres, também as orientam enquanto participantes nas organizações mistas. É importante verificar que tais estratégias de organização com objetivo de mobilização/intervenção na sociedade se estabelecem como mecanismos fundamentais encontrados pelas mulheres negras para fazerem emergir suas lutas, reivindicações, políticas de empoderamento, etc.

Apesar de não ter tratado sobre o conceito de ‘dororidade’, gostaria de trazê-lo para auxiliar em uma possível explicação para os empreendimentos feitos por essas mulheres negras no passado e também na contemporaneidade. O conceito ajuda a tecer novas expectativas e com elas novas possibilidades. Acredito que apesar de ser um termo muito novo, ele consegue fazer com que nós, mulheres negras, consigamos entender minimamente esse caminhar das mulheres que vieram antes, como aponta Jurema Werneck. Sendo assim, apesar deste conceito não existir com esse nome no período em que pesquisamos, acredito que suas noções possam ter estado presentes nas articulações dessas irmãs. Dororidade foi nomeado e apresentado por Vilma Piedade.

E o que seria essa dororidade? Segundo Vilma Piedade (2017), seria a dor preta que nos atinge, as violências que nos atinge, a escala inferior que nos relega, o machismo que atinge de forma diferente a mulher negra, o silêncio histórico, o lugar marcado pela ausência, questões que não conseguem obter respostas, no nosso caso, no Movimento Feminista e nem no Movimento Negro.

Piedade (2017) busca sintetizar a dororidade:

Dororidade carrega no seu significado a dor provocada em todas as Mulheres pelo Machismo. Contudo, quando se trata de nós, Mulheres Pretas, tem um agravo nessa dor. A Pele Preta nos marca na escala inferior da sociedade. E a Carne Preta ainda continua sendo a mais barata do mercado. É só verificar os dados. (PIEADADE, 2017, p.17)

A autora percebe que o termo sororidade, usado principalmente pelas feministas (hegemônicas), não consegue dar conta da pretitude das mulheres negras. E daí compreende a necessidade de conceituar o fardo antigo que todas as mulheres negras carregam há muito tempo, o termo pode ser novo, mas o sentir é velho conhecido.

Aonde quero chegar trazendo essa analogia? Quero chegar na constatação de que a mulher negra, não perde a perspectiva da luta contra o racismo, que atinge a população negra de forma geral, mas ela tem que desdobrar em muitas para dar conta de tudo que a atinge especificamente, como fica explicitado nas relatos de Lélia Gonzalez (1980), quando traz a

percepção das encruzilhadas que as atingem fortemente, ou seria a tríplice opressão? Ou a interseccionalidade? Termo também recente para explicar situações antigas. Foi dentro desse aspecto do hoje conhecido como dororidade que essas mulheres negras encontram forças, sabedorias e estratégias para trilhar seus caminhos em movimentos sociais que não as atendiam diretamente, e sabedoria e ancestralidade para encontrar entre elas o espaço que realmente seria próprio, o Movimento de Mulheres Negras.

A intenção é chegar também onde mais possa despertar interesse para que outras, outros e outres também caminhem em busca de respostas. Outres, sim, porque assim como as mulheres estiveram presentes nas organizações e ainda assim não tiveram muita visibilidade, e embora não tenha sido tratada nesta dissertação, a comunidade LGBTQIA+ também se fez presente, os PCDs⁷⁹ também se fizeram presentes, e precisam também ter seu espaço na história das mobilizações negras reconhecido.

Então, finalizando, a proposta dessas considerações finais fica no aspecto de novas possibilidades, de um pequeno passo na imensidão de narrativas que têm para serem estudadas, pesquisadas, contadas, divulgadas etc. Pois, compartilho aqui com vocês, neste lugar de mulher preta, sobre a necessidade de estarmos nos empoderando, socialmente, analítica e politicamente, para que possamos, a todo custo, romper com o abismo social, econômico, de gênero e sexualidade que, historicamente nos separam em categorias nessa sociedade hierarquicamente constituída. Infelizmente vivemos em um país que, em sua maioria, toma a diversidade – cultural, racial, de gênero, de religiões, econômica entre outras – como espaço de subordinação, e transforma em inferioridade, desigualdades, silenciamentos e apagamento.

⁷⁹ PcD é a abreviação para “Pessoa com Deficiência”, já PNE significa “Pessoa com Necessidade Especial”. O termo correto para uso em qualquer situação, seja na inclusão de um colaborador, na escola, clubes, academias, em toda a sociedade brasileira e mundial é PcD.

Ver:

<https://pcdmais.com.br/pcd-pne-afinal-que-termo-usar-para-pessoas-com-deficiencia/#:~:text=PcD%20%C3%A9%20a%20abrevia%C3%A7%C3%A3o%20para,brasileira%20e%20mundial%20%C3%A9%20PcD.>

FONTES:

Carta de Princípios MNU (1978)

disponível em: <https://movimentonegrounificadoba.wordpress.com/documentos/>

Canal Negritos no YouTube: <https://www.youtube.com/@negritosimprensanegra6821>

Entrevista com Ana Célia da Silva no Canal Negritos. Disponível:

<https://www.youtube.com/watch?v=YAALfJdyK0g&t=45s>

Canal Cultne - Cultura Negra Desperta: <https://www.youtube.com/@Cultne>

Entrevista com Valdecir Nascimento no programa Cultne Resenha. Disponível:

https://www.youtube.com/watch?v=WwB2g_A7FMw&t=899s

Site do Movimento Negro Unificado: <http://mnu.org.br/>

Site Negritos disponível: <http://negritos.com.br/>

REFERÊNCIAS:

- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo (Ed.). **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. Pallas Editora, 2016.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil**. (1ª edição) - São Paulo. Companhia das Letras.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra; FRAGA FILHO, Walter. **Os dilemas de dois autores frente a" Uma história do negro no Brasil"**. Revista História Hoje, v. 1, n. 1, p. 45-60, 2012.
- ALVAREZ, Sonia E. **Feminismos e antirracismo: entraves e intersecções: Entrevista com Luiza Bairros, ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)**. Revista Estudos Feministas, v. 20, n. 3, p. 833-850, 2012.
- BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista brasileira de ciência política, n. 11, p. 89-117, 2013. É professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (Pelotas, RS)
<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/?format=pdf&lang=pt>
- BAIROS, Luiza. **Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994**. Afro-Ásia, n. 23, p. 0, 1999.
- BAIROS, Luiza. **Nossos feminismos revisitados**. Revista Estudos Feministas, v. 3, n. 2, p. 458-458, 1995.
- BARBOSA, Muryatan Santana. **A crítica pós-colonial no pensamento indiano contemporâneo**. Afro-Ásia, n. 39, 2009.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e perspectiva negra**. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016.
- BEAUVOIR, Simone de (1970). **O Segundo Sexo I - Fatos e Mitos** (4ª Edição ed., Vol. I). (S. MILLIET, Trad.) São Paulo, Brasil:
- BISPO, Silvana Santos. **Mulheres negras: ativismo e paradoxos na luta antirracista e antissexista na Bahia**. Seminário Internacional "Fazendo Gênero", v. 10, 2013.
- BISPO, Silvana. **Feminismos em debate: reflexões sobre a organização do movimento de mulheres negras em Salvador (1978-1997)**. 2011. dissertação UFBA.
<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/6302>
- CARRANÇA, Flávio. **Hamilton Cardoso e o MNU**. In: BRAUNS, Ennio (org). Movimento Negro Unificado. São Paulo: Editora Sesc, 2020.
- CARNEIRO, Sueli. **Escrito de uma vida** - Belo Horizonte; Editora Letramento, 2018.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo. Selo Negro, 2011. Ebook Kindle.

CARNEIRO, Sueli. (04 de Dezembro de 2018). **Sueli Carneiro revê a trajetória feminista e de luta contra o racismo em livro: *Mulheres no Mundo***. (A. F. SILVA, Entrevistador) Globo - Revista Marie Claire. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2018/12/sueli-carneiro-reve-trajetoria-feminista-e-de-luta-contra-o-racismo-em-livro.html>. Acesso em: 22/04/2021

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/7297> Acesso em: 22/04/2022.

CARDOSO, Edson Lopes. **Memória de movimento negro: um testemunho sobre a formação do homem e do ativista contra o racismo**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Acesso: 14/04/2022
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-16032015-151945/pt-br.php>

CONCEICAO, Raquel Suely Cardoso Da. **O Pensamento Feminista Negro: Contribuições De Patricia Hill Collins**. 2018, dissertação -Unifesp <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/52093>

CORTES, Ana Maria Faustino. **Mulher Negra: sua trajetória dentro e fora do movimento negro até os dias atuais**. 11p. TCC. (Graduação em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

COLLINS, P. H. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. Trad. Juliana de Castro Galvão. Revista Sociedade e Estado, p. 99-127.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: consciência e a política do empoderamento**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. 1ªed. - São Paulo. editora Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberle W. (2004). **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem. Difusão Europeia do Livro.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista estudos feministas, v. 10, p. 171-188, 2002.

CUSTÓDIO, Lourival Aguiar Teixeira. **Um estudo de classe e identidade no Brasil: Movimento Negro Unificado (MNU)-1978-1990**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DA SILVA, Tânia Maria Gomes. **Trajetoária da historiografia das mulheres no Brasil**. Política-História e Sociedade, v. 8, n. 1, 2008.

DA SILVA, Iraneide Soares. **Catharina Rosa Ferreira De Jesus: Uma Africana Mina Do Séc. XIX, Na Ilha De São Luís Do Maranhão/Brasil**. Feira Literária Brasil-África De Vitória-Es, V. 1, N. 4, 2021.

DE ARAÚJO, Bernard Goytacazes; RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. **A instabilidade política na primeira república brasileira.** Revista Estudos Filosóficos UFSJ, n. 3, 2017.

DE OLIVEIRA LEMOS, Rosália. **Os feminismos negros: a reação aos sistemas de opressões.** Revista Espaço Acadêmico, v. 16, n. 185, p. 12-25, 2016.

DOMINGUES, Petrônio. **Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição.** Anos 90, v. 16, n. 30, p. 215-250, 2009.

_____. **Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil.** cadernos pagu, n. 28, p. 345-374, 2007.

_____. **Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica.** Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 10, n. 1, p. 25-40, 2005.

_____. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Tempo, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

_____. **Protagonismo negro em São Paulo: história e historiografia.** Edições Sesc SP, 2019.

_____. **Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação.** Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 39, p. 517-534, 2008.

_____. **Os clubes e bailes blacks de São Paulo no pós-abolição: notas de pesquisa.** SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, v. 25, 2009.

_____. **O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930).** Diálogos latinoamericanos, n. 10, p. 0, 2005.

_____. **Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930).** Revista Brasileira de História, v. 34, p. 251-281, 2014.

FALQUET, Jules. **História do Coletivo Combahee River.** Lutas Sociais, v. 22, n. 40, p. 124-137, 2018.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política.** Editora Record, 2001.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito de cor e racismo no Brasil.** Revista de Antropologia, v. 47, p. 9-43, 2004.

GONZALEZ, Lélia. **Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras.** São Paulo: UCPA Editora, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-lati-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** (org) Flávia Rios, Marcia lima. 1ª edição. Rio de Janeiro; Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **“O movimento negro na última década”, Lugar de negro.** Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (orgs.), Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1982.

GROSGOUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI.** *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

FRANCO, Nanci Helena Rebouças. **Legado de Ana Célia da Silva: trajetória de ações afirmativas da militância à produção acadêmica.** *Roteiro*, v. 46, p. e 26338-e 26338, 2021.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo.** Tradução: Bhuvi Libânio. - 6ª edição. Rio de Janeiro; Rosa dos Tempos, 2020.

_____. **Ensinando a transgredir. A educação como prática da liberdade.** Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. 2ª edição. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2017.

_____. **Intelectuais negras.** *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ; PPCIS/UERJ, v. 3 n. 2, 1995

_____. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** Tradução: Bhuvi Libânio. - 7ª edição. Rio de Janeiro; Rosa dos Tempos, 2019.

_____. **Olhares Negros: raça e representação.** Tradução: Stephanie Borges. São Paulo. Editora Elefante, 2019

_____. **Teoria Feminista da Margem ao Centro.** Tradução: Rainer Patriota. São Paulo; Editora Perspectiva, 2019.

IRACI, Nilza. **Mulheres Negras: nossos passos vêm de longe e irão muito mais além-** Disponível em:

https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-nossos-passos-vem-de-longe-e-irao-muito-mais-alem/?noamp=available&gclid=CjwKCAjw-ZCKBhBkEiwAM4qfF7tiY6nwYg9dI4nuLYGDNv3fjwKde4Jb3qWACRel-X6jJvXo7-ka7xoCYxUQAvD_BwE

KYRILLOS, Gabriela M. **Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade.** *Revista Estudos Feministas*, v. 28, 2020.

LESSA, Luciana Falcão. **O Movimento Negro Caminha, O Feminismo Negro Caminha E O Movimento De Mulheres Negras Caminha.** *Revista TransVersos*, n. 22, p. 364-382, 2021.

LONER, Beatriz Ana.; GILL, L. **Classe, etnia e moralidade: estudo de clubes negros.** *Estudos Ibero-Americanos*, p. 145-162, 2005.

LONER, Beatriz Ana. **Negros: organização e luta em Pelotas.** *História em Revista*, v. 5, n. 5, 1999.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial.** *Revista Estudos Feministas*, v. 22, p. 935-952, 2014.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Transdisciplinaridade e decolonialidade.** *Sociedade e estado*, v. 31, n. 1, p. 75-97, 2016.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. **A virada pós-colonial: experiências, trauma e sensibilidades transfronteiriças**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 123, p. 77-96, 2020.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. **Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas**. 2015, *OP SIS*, 15(n.2), 317-329.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude, usos e sentidos**. Autêntica, 2015.

NASCIMENTO, Abdias. Abdias. **O genocídio do Negro Brasileiro- processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Maria Ivonete Gomes do; OLIVEIRA, Eliane Braga de Oliveira; RODRIGUES, Georgete Medleg; MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Representação da participação das mulheres na Escravatura e Abolição nos arquivos brasileiros**.

OLIVEIRA, Felipe Alves de. **Nosso imperativo histórico é a luta: Intelectuais Negros/as insurgentes e a questão da democracia racial em São Paulo (1945-1964)**. 2020. 193f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), Universidade Federal de Ouro Preto.

OLIVEIRA, Felipe Alves. **Nosso imperativo histórico é a luta: Intelectuais Negros/as insurgentes e a questão da democracia racial em São Paulo (1945-1964)**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2021.

PEDRO, Joana Maria. **Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)**. Revista Brasileira de História, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **O Mundo Negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. 2010. 268 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

_____. **Movimento negro brasileiro: aspectos da luta por educação e pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil” ao longo do século XX**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História–ANPUH, 2011.

PEREIRA, Neusa. **Nasce o Movimento Negro Unificado: Um salto de qualidade no tempo e na história**. In: BRAUNS, Ennio (org). Movimento Negro Unificado. São Paulo: Editora Sesc, 2020.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Contexto, 2007

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo - SP. Editora Nós, 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. Revista de sociologia e política, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina** 'in: E. Lander. A colonialidade do saber, p. 227-78, 2005.

RAGO, Margareth. **As mulheres na historiografia brasileira.** Cultura histórica em debate. São Paulo: UNESP, p. 81-91, 1995.

RAGO, Margareth. **Feminizar é preciso: por uma cultura filógena.** São Paulo em Perspectiva, v. 15, n. 3, p. 53-66, 2001.

RIBEIRO, Matilde. **Mulheres Negras Brasileiras: De Bertiooga A Beijing'**. Revista Estudos Feministas, v. 3, n. 2, p. 446-446, 1995.

SALVADORI, Maria Ângela Borges. **Clubes negros, associativismo e História da Educação.** Educação e Fronteiras, v. 3, n. 9, p. 94-107, 2013.

SANTO VIANA, Elizabeth do Espírito. **Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990).** 2006. 247f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006

SANTO VIANA, Elizabeth do Espírito. **Lélia Gonzalez e outras mulheres: pensamento feminista negro, antirracismo e antissexismo.** Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 1, n. 1, p. 52-63, 2010.

SANTOS, Steffane Pereira. **Movimento de Mulheres Negras no Brasil: Rompendo com os silenciamentos e protagonizando vozes.** Revista de Ciências do Estado, v. 5, n. 2, p. 1-22, 2020.

SANTOS, Taynara Rafaela dos. **Mulheres negras.** Oficina Do Historiador, v. 14, n. 1, p.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero.** Revista Brasileira de História, v. 27, p. 281-300, 2007.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Ed.). **Dicionário de mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade: com 270 ilustrações.** Zahar, 2000.

_____. **Panorâmica dos 30 anos de feminismo no Brasil. Sexualidade, Gênero e sociedade,** v. 12, n. 23-24-25, p. 1-3, 2005.

SCHUMAHER, Maria Aparecida; VARGAS, Elisabeth. **Lugar no governo: álibi ou conquista?** Estudos Feministas, p. 348-364, 1993.

SILVA, Ana Célia da. **Movimento negro brasileiro e sua trajetória para a inclusão da diversidade étnico-racial.** Educação e Contemporaneidade, p. 139, 2002.

SILVA, Iraneide Soares. **Catharina Rosa Ferreira de Jesus: Uma Africana Mina do Séc. XIX, na Ilha de São Luís do Maranhão/Brasil.** Feira Literária Brasil-África de Vitória-ES, v. 1, n. 4, 2021.

SOUZA, Florentina da Silva. **Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU.** Belo horizonte: Autêntica, 2005.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

STOLKE, Verena. **O enigma das interseções: classe, "raça", sexo, sexualidade: a formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX**. Revista Estudos Feministas, v. 14, p. 15-42, 2006.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"**. 2001.

VERGÉS, Françoise. **Um Feminismo Decolonial**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo- SP. Ubu Editora, 2020.

XAVIER, Giovana. **Leitoras": gênero, raça, imagem e discurso em O Menelik (São Paulo, 1915-1916)**. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/afro/a/6GqQxDYMNPffmzY38ZV8fTy/?lang=pt>

XAVIER, Giovana. **Maria de Lourdes Vale Nascimento: uma intelectual negra do pós-Abolição** [livro eletrônico]- Niterói. Eduff, 2020. Coleção Personagens do pós-abolição: trajetórias, e sentidos de liberdade no Brasil Republicano, v.5.

WERNECK, Jurema. **Mulheres Negras: um Olhar sobre as Lutas Sociais e as Políticas Públicas no Brasil**. 2010 Disponível em : https://criola.org.br/wp-content/uploads/2017/10/livro_mulheresnegras_1_.pdf

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. Tradução: Julia Romeu Companhia das Letras, 2012. E-book Kindle.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Tradução: Christina Baum. Editora Companhia das Letras, 2014. Ebook Kindle.
- AGUIAR, Jórisa Danilla Nascimento. **Teoria pós-colonial, estudos subalternos e América Latina: uma guinada epistemológica?** Estudos de sociologia, v. 21, n. 41, 2016.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade** – São Paulo; Selo Sueli Carneiro; Editora Pólen, 2019.
- ALCOFF, Linda Martín. **Uma epistemologia para a próxima revolução**. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 129-143, 2016.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural** – São Paulo; Selo Sueli Carneiro; Editora Pólen, 2019.
- BAHRI, Deepika. **Feminismo e/no pós-colonialismo**. Revista Estudos Feministas, v. 21, p. 659-688, 2013.
- BARROS, José D.'Assunção. (2011). **A Escola dos Annales e a Crítica ao Historicismo e ao Positivismo**. Revista Territórios E Fronteiras. 3(1), 73–103.
- BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo. Selo Sueli Carneiro. Editora Pólen, 2019.
- BROCARD, Daniele; TECCHIO, Caroline. **Olhares para a História: pós-colonialismo, estudos subalternos e decolonialidade**. RELA Cult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 3, 2017.
- BUENO, Winnie. **Imagens de Controle: um conceito do pensamento de Patrícia Hill Collins**. Porto Alegre - RS. Editora Zouk, 2020.
- CAMPOS, Lucas Ribeiro. **Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo entre homens negros em Salvador (1874-1894)**. história, n. 1, p. 144-170, 2007.
- CARVALHO, Guilherme Paiva de. **Pensamento pós-colonial, gênero e poder em María Lugones: multiplicidade ontológica e multiculturalismo**. Trans/Form/Ação, v. 45, p. 311-338, 2022.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Preconceito de marca, etnografia e relações raciais**. Tempo social. [online]. 1999, vol.11, n.1, pp.97-110. ISSN 0103-2070. <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12295> Acesso: 04/03/2021
- CRESCÊNCIO, Cintia Lima; DE SOUSA FERREIRA, Gleidiane. **Da história das Mulheres às Perspectivas Contracoloniais?: Reflexões sobre a historiografia do gênero no Brasil (2001-2019)**. Estudos Ibero-Americanos, v. 47, n. 1, p. 3, 2021.
- CRUZ, Edna Sousa. **Os sentidos do poder/saber dizer**. EntreLetras, v. 2, n. 2, 2011.
- DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Organização Frank Barat. Tradução: Heci Regina Candiani. - 1ª edição - São Paulo. Editora Boitempo, 2018.
- DA SILVA, Cidinha. **A Lélia Gonzalez que emerge deste livro**. Afro-Ásia, n. 64, p. 711-725, 2021.
- DA SILVA, Joasey Pollyanna Andrade; DO CARMO, Valter Moura; RAMOS, Giovana Benedita Jaber Rossini. **As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas**. Revista de Direitos Humanos em Perspectiva, v. 7, n. 1, p. 101-122, 2021.
- DA SILVA NASCIMENTO, Ayrton Matheus; DE SANTANA, Pedro Abelardo. **Decolonialidade: Contribuições Para (Re) Pensar A História**. Revista de Ciências Humanas Caeté, v. 2, n. 3, p. 167-178, 2020.
- DA SILVA SOARES, Iraneide. **CAMINHOS, PEGADAS E MEMÓRIAS: uma história social do movimento negro brasileiro**. Universitas: Relações Internacionais, v. 14, n. 1, 2016.

- DIAS, Letícia Otero. **O feminismo decolonial de Maria Lugones**. Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão, UFGD, v. 8, p. 1-16, 2014.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Renato Silveira - Salvador. EDUFBA, 2008.
- FIGUEIREDO, Angela. **Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial**. Revista Tempo e Argumento, v. 12, n. 29, p. 01-24, 2020.
- FIGUEIREDO, Carlos. **Estudos Subalternos: uma introdução**. Raído, v. 4, n. 7, p. 83-92, 2010.
- GREEN, Marcus E. **Quem Censurou Gramsci?: A Recepção Pós-Colonial Dos “Grupos Sociais Subalternos”**. Revista Novos Rumos, v. 58, n. 2, 2021.
- GOES, Emanuelle. **Interseccionalidade no Brasil, revisitando as que vieram antes**. Blogueiras Negras, v. 8, 2019.
- GOMES, Daiane Daine De Oliveira; CARNEIRO, Elane Mendonça Conde; MADEIRA, Maria Zelma De Araujo. **Mulheres negras, racismo estrutural e resistências**. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 16, n. 1, 2018.
- GOMES, Heloísa Toller. **Visíveis e invisíveis grades: vozes de mulheres na escrita afrodescendente contemporânea**. Caderno Espaço Feminino, v. 12, n. 15, 2004.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes**. Política & Sociedade, v. 10, n. 18, p. 133-154, 2011.
- GOMES, Nilma Lino. **Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira**. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, p. 492-516, 2010.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Ed.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Bazar do tempo, 2019. Ebook kindle.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação - Episódios de racismo cotidiano**. Tradução: Jess Oliveira - 1ª edição. Rio de Janeiro. Editora Cobogó, 2019
- LANDER, Edgardo et al. (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales= Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005.
<https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ciencias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf>
- LEDA, Manuela Corrêa. **Teorias pós-coloniais e decoloniais: para repensar a sociologia da modernidade**. 2014.
- LENE, Hérica; SELIDONHA, Francisca. **Entre Comunicação e História: o indiciário como metodologia para pesquisas históricas sobre a imprensa**. Em Questão, v. 18, n. 1, p. 31-44, 2012.
- LIMA, Emanuel Fonseca et al. (Ed.). **Ensaio sobre racismos: pensamentos de fronteira**. [livro eletrônico] Balão Editorial, 2019.
- LORDE, Audre. **Irmã Outsider**; Tradução: Stephanie Borges - 1ª Edição - Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2019.
- MACENA, Fabiana Francisca. **Outras faces do abolicionismo em Minas Gerais: rebeldia escrava e ativismo de mulheres (1850-1888)**. 2015.
- MAIA, Kênia Soares; ZAMORA, Maria Helena Navas. **O Brasil e a lógica racial: do branqueamento à produção de subjetividade do racismo**. Psicologia Clínica, v. 30, n. 2, p. 265-286, 2018.
- MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Ed.). **Raça, ciência e sociedade**. [online]. Rio de Janeiro -Editora FIOCRUZ, CCB 1996.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. **A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negro e alforrias, séculos XVII a XIX**. Novos estudos CEBRAP, n. 74, p. 107-123, 2006.
- MATA, Inocência. **Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêntricas**. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 14, p. 27-42, 2020.

- MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo**. 2007.0121p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/278996>.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro Brasileiro - 2ª edição**- São Paulo. Editora Perspectiva, 2019.
- NOVAIS REIS, Maurício de; DE ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz. **O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas**. *Revista espaço acadêmico*, v. 17, n. 202, p. 01-11, 2018.
- OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de et al. **Para uma crítica da razão androcêntrica**. 2002.
- ORTEGAL, Leonardo. **Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora**. *Serviço Social & Sociedade*, p. 413-431, 2018.
- PEREIRA, Dulce Maria. **A face negra do Brasil multicultural**. Textos do Brasil. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, v. 2, n. 6, 1998. E-book kindle.
- PERTILE, Kimberly Victória. **Colonialidade do ser e saber: geopolítica do conhecimento e análise do sistema ONU**. *Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional*, v. 13, n. 25, 2020.
- PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Livio (org). **Raças: novas perspectivas antropológicas**. [livro eletrônico] EDUFBA, 2ª edição 2008.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães; DA SILVA FREITAS, Felipe. **LUIZA BAIROS-UMA "BEM LEMBRADA" ENTRE NÓS 1953-2016**. *Afro-Ásia*, n. 55, 2017.
- RANGEL, Pollyanna Soares. **Apenas uma questão de cor? As teorias raciais dos séculos XIX e XX**. *Simbiótica*. *Revista Eletrônica*, v. 2, n. 1, p. 12-21, 2015.
- PINSKY, Carla Bassanezi. **História das mulheres, da academia para os almoços de domingo**. *Revista Estudos Feministas*, v. 15, p. 247-249, 2007.
- RATTS, Alex. **Eu sou atlântica. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto, 2006.
- RATTS, Alex. **As amefricanas: mulheres negras e feminismo na trajetória de Lélia Gonzalez**. Seminário Internacional Fazendo Gênero, V. 9, 2010.
- RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. Coleção Retratos do Brasil Negro. São Paulo Editora Selo Negro, 2010. Ebook Kindle.
- REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. " **Uma negra que fugiu, e consta que já tem dois filhos**": fuga e família entre escravos na Bahia. *Afro-Ásia*, n. 23, p. 27-46, 1999.
- RIBEIRO, Djamil. (07/04/ 2016). Blog da Boitempo. **A categoria do Outro: o olhar de Beauvoir e Grada Kilomba sobre ser mulher**. São Paulo, São Paulo, Brasil. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/04/07/categoria-do-outro-o-olhar-de-beauvoir-e-grada-kilomba-sobre-ser-mulher/>.
- RIOS, Flavia Mateus. **Institucionalização do movimento negro no Brasil Contemporâneo**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- RIOS, Flavia; RATTS, Alex. **A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. Pensadores negros-pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: MC& G Editorial. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2016.
- SANT'ANNA, Márcia. **Escravidão no Brasil: os terreiros de Candomblé e a resistência cultural dos povos negros**. [livro eletrônico]. *Revista Oralidad*, 2015.
- SANTOS, Sônia Beatriz dos. **As ONGs de mulheres negras no Brasil** -PhD em Antropologia (University of Texas, Austin)- Professora do Centro Universitário Celso Lisboa. Rio de Janeiro, Brasil. soniabsantos@yahoo.com. Disponível: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/9102/6274>

- SILVA, Geilza Santos; CANUTO, Ellen Cristine Alves Silva. **A Mulher Negra Na Sociedade Brasileira.**
- SILA, Ariele Chrisóstomo. **A Condição Social Da Mulher Na História Do Brasil Contemporâneo.** 2019.
- SILVA, Tauana Olivia Gomes; FERREIRA, Gleidiane de Sousa. **E as mulheres negras? Narrativas históricas de um feminismo à margem das ondas.** Revista Estudos Feministas, v. 25, p. 1017-1033, 2017.
- SHIAVINATTO, Iara Lins Franco; COSTA, Eduardo Augusto. **Cultura visual e história.** Alameda Casa Editorial, 2016.
- VIEIRA, Fernando Gil Portela. **A ficção como limite.** Fronteiras: Revista Catarinense de História, n. 17, p. 13-31, 2009.
- WOITOWICZ, Karina Janz. **Ecos de uma história silenciosa das mulheres.** 2008.
- ZORZAL, Gabriela. **Paradigma indiciário e o campo do jornalismo: possíveis aproximações.** Revista Sinais, n. 15, 2014.